

# **Entre a Neutralidade e a Beligerância: A Europa do Sul face à I Guerra Mundial**

**Gonçalo Saraiva Loureiro Rego Curado**

**Dissertação de Mestrado em História Contemporânea**

**Junho, 2013**

### **Requer defesa da CNL**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Aires Oliveira.

## 1. Resumo / Abstract

### **“Entre a Neutralidade e a Beligerância: A Europa do Sul face à I Guerra Mundial”**

#### ***“Between Neutrality and Engagement: Southern Europe and the First World War”***

**Autor/Author:** Gonçalo Saraiva Loureiro Rego Curado

**PALAVRAS-CHAVE:** Primeira Guerra Mundial; Grande Guerra; 1914-1918; Europa Sul; Espanha; Itália; Grécia; Portugal; Neutralidade; Beligerância; História Comparada

**KEYWORDS:** First World War; Great War; IWW; 1914-1918; Southern Europe; Spain; Italy; Greece; Portugal; Neutrality; Engagement; Comparative History

O presente trabalho pretende apreciar o trajecto de quatro Estados da Europa do Sul – Espanha, Itália, Grécia e Portugal – no contexto da I Guerra Mundial, entre as respectivas opções pela neutralidade ou beligerância. Enquanto exercício de História Comparada, foram seleccionados seis vectores tradicionalmente enumerados como promotores do deflagrar do referido conflito europeu – Alianças e Política Externa; Militarismo; Nacionalismo; Imperialismo; Pressão Mediática e Apoio Popular; Sistema Político e Decisores Políticos – e foi avaliada a incidência dos mesmos junto dos quatro casos em análise. Com este esforço pretende-se contribuir para o cômputo analítico da Europa do Sul como Área de Estudo e confirmar ou infirmar a existência de uma consonância comportamental dos Estados integrantes face a um fenómeno internacional comum.

*The present work intends to look at the policy options of four Southern European countries – Spain, Italy, Greece and Portugal – during the First World War, namely their individual choices for neutrality or military engagement. As a piece of Comparative History, We selected six factors that are usually named as sponsors of this first global clash – International Alliances and Foreign Policy; Militarism; Nationalism; Imperialism; Media Pressure and Public Support; Political System and Executive Rulers – to assess their presence in the four selected countries. As such, We aim to add a contribution to the Area Studies of Southern Europe and to confirm or refute the existence of a familiar thread in these States’ behavior in face of a common international event.*

## Índice

1. Resumo / <i>Abstract</i> .....	2
2. Introdução.....	5
3. Metodologia .....	13
3.1. História Comparada .....	13
3.2. Estudos de Área .....	16
3.3. Neutralidade e Beligerância.....	18
3.4. Política Externa e Política Interna .....	19
3.5. As Fontes .....	20
4. Desenvolvimento.....	22
4.1. ESPANHA: Neutralidade colaborante.....	22
4.1.1. Evolução Histórica .....	22
4.1.2. Alianças e Política Externa.....	31
4.1.3. Militarismo .....	37
4.1.4. Nacionalismo .....	40
4.1.5. Imperialismo .....	41
4.1.6. Pressão Mediática e Apoio Popular.....	43
4.1.7. Sistema Político e Decisores Políticos .....	47
4.2. ITÁLIA: A beligerância negociada .....	52
4.2.1. Evolução Histórica .....	52
4.2.2. Alianças e Política Externa.....	57
4.2.3. Militarismo .....	63
4.2.4. Nacionalismo .....	66
4.2.5. Imperialismo .....	67
4.2.6. Apoio Popular e Pressão Mediática.....	69
4.2.7. Sistema Político e Decisores Políticos .....	71
4.3. GRÉCIA: A beligerância imposta .....	74
4.3.1. Evolução Histórica do Caso Grego .....	74
4.3.2. Alianças e Política Externa.....	76
4.3.3. Militarismo .....	79
4.3.4. Nacionalismo e Imperialismo .....	80
4.3.5. Pressão Mediática e Apoio Popular.....	81
4.3.6. Sistema Político e Decisores Políticos .....	82

4.4.	PORTUGAL: A beligerância esforçada .....	83
4.4.1.	Síntese Histórica .....	83
4.4.3.	Militarismo .....	101
4.4.4.	Nacionalismo .....	105
4.4.5.	Imperialismo .....	106
4.4.6.	Pressão Mediática e Apoio Popular .....	110
4.4.7.	Sistema Político e Decisores Políticos .....	115
5.	Conclusão .....	119
6.	Bibliografia.....	129
6.1.	Fontes documentais.....	129
6.2.	Imprensa.....	130
6.3.	Fontes Memorialistas .....	131
6.4.	Obras Académicas .....	132

## 2. Introdução

A I Guerra Mundial é tendencialmente considerada como um evento de ruptura civilizacional e evolutiva, criando um fosso anímico entre o Século XIX e o Século XX, entre a modernidade oitocentista e a contemporaneidade, nomeadamente no momento de crepúsculo do Estado Liberal e de busca generalizada de “Regeneração” do mesmo. Nesse contexto, é tido como o evento inaugurador de uma nova era e sede casuística dos desenvolvimentos políticos, económicos, sociais, culturais e bélicos que viriam a marcar o Século XX. Como refere James Joll, “as suas imediatas consequências – a revolução Russa, as turbulências políticas e sociais europeias de 1918-22, o redesenhar de mapas com a emergência de novos Estados nação – determinaram o curso da história do Século XX” (Joll, 1992, p. 1). Poder-se-á depreender que tal decorrerá da sua natureza “mundial”. Contudo, se considerarmos como válido o descritor académico instituído de uma “guerra mundial” como um conflito envolvendo cinco ou mais Estados ao longo de dois ou mais continentes (Hamilton e Herwig, 2004, p. 1) e recordarmos o passado bélico até 1914, facilmente serão referenciados inúmeros conflitos que competem por essa designação: a Guerra da Grande Aliança ou a Guerra dos Nove Anos (1689-48); a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714); a Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748); a Guerra dos Sete Anos (1756-1763); as Guerras Napoleónicas (1803-1815); ou a Guerra da Crimeia (1853-1856).

Ainda assim, apenas foi o conflito de 1914-1918 que inaugurou a designação de “Guerra Mundial” ou de “Grande Guerra”. Esta denominação decorre tanto das inauditas 14 663 000 baixas humanas estimadas – 4,1 % da população europeia -, como do seu carácter de “guerra total”, cuja devastação e intensidade extravasou os teatros bélicos para abranger todos os domínios da vida humana nos Estados directa ou secundariamente implicados e demarcou uma fractura histórica e civilizacional.

Outra originalidade da I Guerra Mundial foi a contínua progressão da sua dimensão geográfica. Para além dos membros da *Entente* – Império Britânico, França, Rússia – e dos Impérios Centrais – Alemanha e Império Austro-Húngaro, a I Guerra Mundial incluiu ainda a beligerância activa da Sérvia, da Itália, dos Estados Unidos da América, da Roménia, do Japão, da Bélgica, da Grécia, de Portugal, do Brasil, do Império Otomano e da Bulgária, para além da beligerância nominal Cuba, da Bolívia, da

Libéria, da China, do Peru, do Uruguai, do Equador, do Panamá, da Guatemala, da Nicarágua, da Costa Rica, do Haiti e das Honduras, assumindo a verdadeiras proporções de um conflito global.

Todavia, a abordagem historiográfica macro da I Guerra Mundial nunca assumiu um foco preferencial na feição “mundial” ou “global” da mesma, mas sempre preferiu uma abordagem concentrada no *core* do conflito – maioritariamente focada nos principais Estados beligerantes. A historiografia da I Guerra Mundial tendeu, desde sempre, a concentrar as atenções nos eventos, processos, estruturas e dinâmicas definidoras do conflito ao nível do seu *core* europeu e, posteriormente, atlântico, procurando-se responsabilidades e causas estruturais do evento. Neste sentido, poder-se-á dividir a historiografia macro da I Guerra Mundial em duas vias distintas e paralelas: 1) a historiografia relativa às responsabilidades pela guerra; 2) a historiografia relativa às causas estruturais do conflito.

A primeira tendência teve a sua génese ainda no decurso da Conferência de Paz de 1919, com a particular ênfase dada à questão da responsabilidade germânica pelo eclodir do conflito, “a culpa de guerra” – *Die Kriegsschuldfrage*. A vitória Aliada e o Artigo 231º do Tratado de Versalhes – que instou a Alemanha a assumir a responsabilidade pela guerra – promoveram uma historiografia inicial do conflito marcada por essa mesma tese e consubstanciada na generalizada publicitação de documentação diplomática pelos principais intervenientes da guerra que frisavam a tese de um conflito imposto pela vontade germânica.

A primeira revisitação e tentativa de refutação da tese partiu da historiografia alemã patrocinada pela Secção de Culpa de Guerra do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Weimar. Nesse contexto, Albrecht Mendelssohn Bartholdy, Johannes Lepsius e Friedrich Thimme promoveram a publicação das fontes diplomáticas germânicas nos múltiplos volumes do *Die Grofe Politik der Europäischen Kabinette* (Bartholdy, Lepsius e thimme, 1922) e refutaram a tese de responsabilidade alemã nas várias edições da revista académica *Die Kriegsschuldfrage*, dirigida por Alfred Wegerer.

A refutação revisionista discorreu ao longo de um argumento compósito: 1) as Potências Centrais tinham justificação moral e legal para uma acção punitiva contra a Sérvia; 2) a intervenção da Rússia e de França conduziram ao agudizar da crise e

nasceram de motivações de acréscimos territoriais e vantagens estratégicas. Posteriormente, o revisionismo alemão foi amenizado pelo contributo da obra do Conde Max Montgelas, que acrescentou a tese da falta de clarividência do poder executivo alemão para prever tanto a falta de apoio das monarquias europeias para o ultimato à Sérvia, como para antecipar a beligerância britânica, tendo a guerra sido o fruto de cálculos erróneos de ambas as partes (Montgelas, 1923). Esta tentativa de desculpabilização alemã ganhou ressonância, ainda na década de 1920, com as obras dos norte-americanos Harry Elmer Barnes (Barnes, 1968) e Sidney Bradshaw Fay (Fay, 2010) que distribuem as responsabilidades do conflito pelos principais intervenientes do Verão de 1914.

No campo oposto às teses revisionistas, a produção historiográfica francesa e anglo saxónica, na década de 1930, procurou reiterar a culpabilização de Versalhes. Pierre Renouvin (Renouvin, 1969), já no contexto da pós-Revolução Russa, colocou a tónica na mobilização russa como evento deflagrador do contexto bélico, mas sustentou que o conflito foi o produto solitário da premeditação alemã e austríaca. Já a norte-americana Everly Schmitt (Schmitt, 1968) enfatizou a vontade germânica em deflagrar a guerra com vista a forçar o desequilíbrio global de forças face ao Império Britânico.

Porém, seria em Itália que a escola antirrevisionista ganharia um sólido substrato com a publicação, por Luigi Albertini, dos seus três volumes de *La Origini Della Guerra del 1914*, consubstanciado pelo original acesso às colecções diplomáticas dos principais intervenientes no conflito na crise de Julho de 1914 (Albertini, 2005). Albertini conclui que, embora a Sérvia pudesse ter sido mais expedita em avisar Viena de um iminente plano para o assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand, o cômputo das responsabilidades pela guerra recaem em Berlim pelo seu “cheque-branco” a Viena para encetar uma ofensiva punitiva contra a Sérvia.

As conclusões de Albertini ocuparam o *mainstream* do debate historiográfico sobre as responsabilidades pelo conflito até à década de 1950, altura em que o alemão Fritz Fisher, da Universidade de Hamburgo, acedeu a fontes diplomáticas alemãs nunca antes publicadas e redigiu o seu trabalho emblemático *Griff Nach Der Welmacht*, onde descreveu a I Guerra Mundial como o produto da vontade imperial alemã – datada de 1912 – de lançar uma guerra preventiva rumo à liderança germânica do sistema internacional, em detrimento do Império Britânico (Fischer, 1967). Refira-se que o



trabalho de Fischer deve ser contextualizado no imediato pós – II Guerra Mundial e numa tendência historiográfica para a identificação de uma linha de continuidade entre as acções alemãs nos dois conflitos.

Posteriormente, as conclusões de Fischer viriam a ser amplamente apoiadas e criticadas pelas obras de Imanuel Geiss (Geiss, 1974), Gerhard Ritter (Ritter, 1972) e outros, ao longo das décadas seguintes, promovendo a sedimentação de uma conclusão intermédia que sustenta que é impraticável e injusto o depositar das responsabilidades pela guerra num só interveniente (Langdon, 1991).

Em paralelo com o decréscimo da actividade historiográfica de identificação das responsabilidades individuais pela I Guerra Mundial, registou-se uma crescente busca académica pelas causas estruturais do conflito. Esta vertente secundária ganhou especial premência no contexto do crescente volume de produção historiográfica sobre a I Guerra Mundial no período entre o final da Guerra Fria – momento propício para o refutar de teses que advogam um expansionismo germânico com recorrência histórica – e o aproximar do centenário do início da I Guerra Mundial.

Entre estes, refira-se a publicação de estudos macro como a alemã *Enzyklopaedie Erster Weltkrieg* (Krumeich, Hirschfeld e Renz, 2004) e de obras circunscritas às dimensões diplomáticas, militares, políticas, económicas e sociais do conflito ou promotoras de interpretações originais como a de Nial Fergusson que considerou a participação britânica na I Guerra Mundial como o evento responsável pela globalização do conflito que seria, no final, a causa da degradação estratégica do Reino Unido no contexto euro-atlântico (Ferguson, 1998).

A apreciação transversal da produção historiográfica de nomeação de causas permite a identificação de seis factores apontados como promotores do conflito: 1) o sistema de alianças; 2) militarismo; 3) nacionalismo; 4) imperialismo; 5) pressão mediática e apoio popular; e 6) o sistema político e o papel dos decisores políticos (Hamilton e Herwig, 2004, pp. 6-20; Joll, 1992, pp. xi, 1-8; Tucker, 1996, pp. 519-521; e Liber, 2007, pp. 178-184).

O sistema de alianças refere-se à existência paralela de dois blocos antagónicos – a *Entente Cordiale* e a Tríplice Aliança – cuja natureza estática e disposições arbitrárias relativas às imposições dos laços entre Estados terá condicionado uma espiral

de crise em Julho de 1914, rumo à guerra. Trata-se, também, de um argumento de desculpabilização individual dos Estados intervenientes, sustentando a alegação de um conflito inevitável e iminente, decorrente da crescente bipolarização do sistema internacional em dois blocos de defesa mútua face à facção opositora (Schmitt, 1934).

Nesse sentido, a I Guerra Mundial ter-se-á traduzido na refutação da tese dominante à data que proclamava o equilíbrio de poderes como um regulador inerente ao sistema internacional, dominado por alianças antagónicas, tal como expresso, em 1907, por Sir Eyre Crowe, então analista sénior do *Foreign Office* britânico: “*The only check on the abuse of political predominance has always consisted in the opposition of an equally formidable rival, or of a combination of several countries forming leagues of defense*” (Gooch e Temperry, 1928, p. 402).

Interligado com o sistema de alianças, é comum mencionar-se o militarismo como causa estrutural (Taylor, 1954 e 1969; Tuchman, 1990; e Lieber, 2007). Trata-se de uma tese bicéfala, constituída pela preponderância generalizada de planeamentos militares ofensivos e de rápida mobilização e progressão territorial em várias frentes – caso do Plano Schlieffen – ao mínimo indício de crise (Hayes, 194; Sagan, 1986); bem como pela referência a um clima global, em 1914, de apologia eufórica da guerra como momento de depuração nacional e de culto da ofensiva bélica (Evera, 1984), “o desencadear de guerras com um toque de leviandade ... a sangria periódica era catártica” (Kissinger, 2002, p. 143).

O nacionalismo, por sua vez, é mencionado como uma motivação implícita para o deflagrar da crise. Nesse sentido, apresenta-se a I Guerra Mundial como uma guerra promovida pelos vários intervenientes com vista à resolução da questão das nacionalidades e de defesa do brio nacional. Para se sustentar esta tese, é comum a citação das várias questões de *terra irredenta*, latentes em 1914, bem como o facto da I Guerra Mundial ter sua génese num evento balcânico, ponto de confluência de nacionalidades e Estados desencontrados. Como tal, a I Guerra Mundial seria o momento preciso para a homogeneizar dos vários espaços nacionais, e “*created by the dream of national purification*” (Mazower, 1998, p. 41).

A citação do imperialismo ou do “novo imperialismo” do tardio “*Scramble for Africa*” como causa estrutural remete para o emergente confronto entre as Potências dominantes no sistema internacional – Reino Unido, Alemanha e França – nas suas

dimensões coloniais. Como tal, a I Guerra Mundial será o resultado de um trajecto histórico de confrontação europeia em sede colonial, em episódios como a Crise de Fashoda de 1898 ou as duas Crises Marroquinas de 1905-1906 e 1911. Esta tese é tradicionalmente interligada com um postulado de culpabilização germânica, sendo comum a referência à progressão da confrontação colonial como resultado da política alemã pós-Bismark de *Weltpolitik*, baseada na progressão colonial e naval em competição directa com o Império Britânico (Omissi, 1997, pp. 237-243).

Já as referências à pressão mediática citam o papel mobilizador e instigador dos *media* nas sociedades industrializadas e urbanizadas dos principais intervenientes, na promoção da guerra junto dos espíritos populares e dos decisores políticos, inflamando paixões e aspirações nacionais. Como refere Ribeiro de Meneses “a mobilização política em tempo de guerra tinha por objectivo a criação de uma consciência política nacional mais elevada e homogénea” (Ribeiro de Meneses, 2000, p.22). Trata-se de uma tese sustentada pela crescente evidência do peso dos *media* na modelação da acção executiva e da pressão popular – recorde-se, por exemplo, o papel do *London Daily Mail* no deflagrar do Pânico Naval Britânico de 1909 (Hale, 1971).

À acção mediática acrescentam-se, ainda, as menções ao apoio popular face ao deflagrar de uma guerra apelidada da “guerra mais popular de sempre” (Roberts, 199, p. 245) e às previsíveis consequências desse mesmo entusiasmo de “*the joy of war*” junto do decisor executivo num movimento de pressão para a beligerância (Ferguson, 1998, p. 357). Um impressionável apoio popular à beligerância, alegadamente, determinante para a promoção da acção executiva ofensiva.

À margem das citadas responsabilidades nacionais, tem-se, registado, ainda, uma tendência para a menção à acção humana no cômputo das responsabilidades pelo deflagrar da crise de Julho de 1914. Nesse contexto, a historiografia recente tem vindo a apreciar o papel do sistema político e dos decisores políticos responsáveis pelo deflagrar da crise e gestão da mesma em Londres, Berlim e Viena (Williamson e Wyk, 2003).

Ainda assim, a vasta maioria da produção historiográfica sobre as causas estruturais da I Guerra Mundial remete para a identificação e observação das mesmas no seio dos principais Estados intervenientes no conflito, nos cinco *players* centrais do sistema internacional e da crise de Julho de 1914 – França, Reino Unido, Império Russo, Alemanha e Império Austro-Húngaro.

Embora apelidada de “mundial”, a apreciação histórica do conflito tende negligenciar o impacto da guerra junto das nações neutrais, bem como o contributo prestado pelos demais beligerantes. O pendor destes *players* secundários não terá sido menosprezado durante a condução das operações bélicas, se considerarmos, por exemplo, a insistência Aliada para atracção de Itália à órbita da *Entente* ou as onnipresentes pressões de ambas as facções para as quebras de neutralidade de Estados como a Noruega e os Países Baixos (Vanderbosch, 1927; Buldnikov, 1989; e Rémond, 2003, p. 289). Consequentemente, instaura-se como imperiosa uma análise macro concentrada na apreciação da I Guerra Mundial pela óptica transversal dos interlocutores periféricos, tanto para o caso dos beligerantes tardios como os Estados que sobreviveram na sua neutralidade mais ou menos equidistante.

Entre as realidades tradicionalmente não observadas pelas apreciações generalistas da I Guerra Mundial encontra-se a orla mediterrânica europeia. Composta por um cômputo de Estados maioritariamente beligerantes no teatro europeu da Guerra – inclusive, com partes dos seus territórios ocupados por frentes terrestres e marítimas de batalha –, os países da Europa do Sul tendem a ser negligenciados no que concerne à apreciação dos contributos individuais para o esforço de guerra e na análise das repercussões materiais, políticas e humanas do conflito. Esta negligência historiográfica pressupõe-se que decorra da própria natureza da Europa do Sul em 1914, ainda empenhada na lenta transposição dos estádios iniciáticos da Revolução Industrial, rumo ao capitalismo industrial (Giner, 1982) e constituída por estados com distintos graus de aproximação ao ritmo económico e social da Europa Central e vivenciando diferentes rumos sistémicos, alternando entre a desagregação nacional – Portugal e Espanha – e a consolidação nacional – Itália e Grécia.

O recurso às várias interpretações históricas do empenho dos Estados da Europa do Sul na I Guerra Mundial permite identificar uma implícita desadequação destas experiências nacionais ao rumo dos eventos no Verão de 1914 e, possivelmente, às causas estruturais citadas para o deflagrar do conflito. Para o caso particular dos estados beligerantes da Europa do Sul é, por exemplo, perceptível a desadequação das respectivas beligerâncias nos principais descritores teóricos utilizados para os protagonistas no conflito, sendo impossível enquadrar as beligerâncias tardias portuguesa ou grega na descrição de Barbara Tuchman de uma intervenção decidida por decisores políticos “*who attempted to back away but the pull of militar schedules*

*dragged them forward*” (Tuchman, 1990, p. 72) ou a beligerância negociada e longamente ponderada de Itália na clássica sentença de David Lord George: “*nations slithered over the brink into the boiling cauldron of war without any trace of apprehension or dismay*” (citado em Liber, 2007, p. 155).

O caso português, em particular, é um exemplo de privação da inclusão no seio de interpretações generalistas e supranacionais. Embora seja abundante a produção historiográfica nacional sobre a participação portuguesa na I Guerra Mundial, a mesma tende a optar pela interpretação da beligerância nacional à luz de uma óptica endocêntrica, limitada à dimensão portuguesa do evento ou, em casos limitados, ao estudo da mesma com contexto de relacionamentos bilaterais da República com Estados como Espanha, Reino Unido e França. Consciente das lacunas supracitadas, o presente trabalho pretende contribuir para a interpretação histórica da I Guerra Mundial com uma análise do trajecto português da neutralidade à beligerância no teatro europeu do conflito, integrando-a no contexto da Europa do Sul. Como tal, a presente tese pretende precisar de que forma o trajecto português rumo à beligerância na I Guerra Mundial diverge das experiências dos seus congéneres geográficos da Europa do Sul.

Não se trata, contudo, de um trabalho maioritariamente ou unicamente concentrado na análise da questão nacional face à I Guerra Mundial. Pelo contrário, optou-se por um rumo, que se presume original, de inclusão de Portugal no seio de uma amostra comparativa regional e de observação do comportamento destes *players* secundários face ao conflito emergente, bem como as opções dos mesmos pela beligerância ou neutralidade. Nesse sentido, não estamos perante uma monografia endocêntrica e limitada ao espaço doméstico, mas com ambições de originalidade na adaptação do método comparativo à Área carente de estudo integrado para o período cronológico referido.

Pretende-se, assim, contribuir para a construção de um quadro comparativo, supra nacional, de avaliação das várias opções dos Estados da Europa do Sul pela beligerância ou pela neutralidade e a identificação das motivações estruturais para cada opção nacional. Para o prosseguimento deste objectivo, pretende-se conduzir a observação das várias experiências nacionais citadas à luz dos indicadores presentemente estabelecidos – e previamente citados – como causas estruturais da I Guerra Mundial, a recordar: 1) o sistema de alianças; 2) militarismo; 3) nacionalismo;

4) imperialismo; 5) pressão mediática e apoio popular; e 6) o papel dos decisores políticos.

Trata-se, assim, de um exercício de História Comparada e de um Estudo de Área, orientado para a análise do caso português em paralelo às avaliações das opções da Espanha, da Itália, e da Grécia pela beligerância ou neutralidade. Pretende-se que o estudo comparado dos vectores de análise supra referidos permita confirmar ou infirmar a existência de uma quadro regional compósito relativo ao posicionamento dos Estados citados face à I Guerra Mundial.

### **3. Metodologia**

#### **3.1. História Comparada**

O presente estudo assume a forma maioritária de um exercício de História Comparada. Como referem Cohen e O'Connor “*historical comparisons may be as ancient as Plutarch’s Parallel Lives*” (2004, p. ix), a História Comparada, enquanto subdisciplina ou vertente historiográfica autónoma teve a sua génese no final do Século XVIII e no início do Século XIX. Esta génese ocorreu no seio de sectores distintos da Ciências Sociais, nomeadamente, no contexto da Ciência Política, da Economia Política e da Sociologia, pelo recurso de autores como Adam Smith, Karl Marx, John Stuart Mill ou Max Webber a argumentos teóricos substantiados em análises históricas supranacionais, ao longo de longos períodos temporais.

Já no Século XX, a História Comparada – progressivamente, enquanto disciplina autónoma – ganhou escopo e fundamento ao longo das obras de Olwald Spenger, Arnold J. Toynbee e, particularmente na segunda metade do Século, de Barrington Moore, Charles Tilly. Foi, em particular, a obra de Barrington Moore que cunhou e delimitou o campo metodológico da História Comparada rumo à identificação de cinco pré-requisitos para a fundação de um regime democrático (Moore, 1966).

Outro dos contributos mais significativos para o desenvolvimento da Histórica Comparada foi prestado por Marc Bloch que recorreu ao método comparativo para a contextualização histórica do feudalismo no seio dos padrões europeus de posse latifundiária e dos modelos nacionais de exploração agrícola (Sewell, 1967). Esta fase permitiu à História Comparada definir conceitos e instaurar práticas, impondo-se como

uma solução estilizada, preocupada com a identificação de semelhanças e diferenças em trajectos históricos paralelos, com um particular ênfase metodológico na procura de causas de aproximação e distanciamento entre os casos em estudo.

No contexto do pós- II Guerra Mundial, a nova proeminência da História Comparada encontra-se profundamente relacionada com o apogeu das obras comparativas dos modelos nacionais e/ou culturais de modernização civilizacional (Black, 1966 e 1975, entre outros títulos do mesmo autor). Foi neste período - em particular, nas décadas de 1970 e 1980 – que se depurou a metodologia da História Comparada, nomeadamente no que toca às fases sequenciais do método comparativo: 1) identificação da premissa que poderá explicar o fenómeno em investigação; 2) selecção dos casos em estudo; 3) identificação das semelhanças e diferenças entre casos; 4) nomeação da causa explicativa das diferenças e semelhanças entre casos (Schutt, 2006).

Esta depuração metodológica deveu-se, também, à crescente adaptação da disciplina a vectores como a Política Comparada, a Sociologia, a História Militar e a Economia Política. Neste contexto, é relevante a obra de Theda Skocpol, cujo cômputo de produção historiográfica é, hoje, considerado como um dos momentos definidores da maioria da História Comparada e do empenho organizado do método comparativo no reconhecimento de semelhanças e diferenças e identificação de causas para fenómenos transversais tais como o papel da ideologia nas revoluções mundiais (1979), a relevância de burocratas e partidos políticos na política doméstica norte-americana (1992), e as modelações no conceito norte-americano de “cidadania”(2003).

O contributo de Skocpol para o estudo das revoluções francesa, russa e chinesa (1979) é particularmente esclarecedor e inspirador para o presente trabalho. Ao focar-se num argumento estruturalista e baseado no Estado Nação, a autora identificou uma linha de continuidade e de semelhança entre os três momentos históricos distintos – por ela catalogados como “Revoluções Sociais” – e seleccionou quatro causas estruturais para as mesmas: 1) estruturas sociais do Estado; 2) pressões internacionais; 3) efeitos internacionais de demonstração; e 4) relações de classe.

Nas últimas duas décadas, a Histórica Comparada tem vindo a assumir uma nova proeminência com o seu empenho enquanto disciplina autónoma em obras interessadas em conduzir estudos de vasta escala de observação e em obter conclusões de substância macro, nomeadamente no que toca à análise de ritmos regionais de

progresso civilizacional em áreas específicas como a região Euro-atlântica, o Médio Oriente, África e a Europa de Leste (Bensel, 1990; Centeno, 2002, Ertman, 1997; Tilly, 1975 e 1990).

Em paralelo, a História Comparada tem servido, ainda, de modelo explicativo para temáticas transversais ao Estado Nação e a áreas regionais circunscritas, casos da política industrial, de questões raciais e étnicas ou da emergência e consolidação de regimes democráticos (Diamond e Plattner, 1993; Evans, 1995; Marks e Steenberg, 2004; Marx, 1998; Lijphart, 1999; Whitehead, 1996), tanto em História, como no seio de disciplinas conexas como a Ciência Política e as Relações Internacionais. Como refere Mahoney e Rueschemeyer (2003, pp. 3, 4), tem sido esta assinalável maleabilidade da História Comparada para se colocar ao serviço de modelos explicativos de grande escala que tem vindo a justificar a sua contínua presença ao longo das páginas dos principais *outlets* internacionais de produção académica. Ainda assim, é raro assistir-se a um contínuo compromisso do historiador para com a História Comparada, sendo maioritariamente comum a incursão circunstancial do autor no método comparativo para a justificação de conclusões de grande escala. Nesse sentido, como refere Fredrickson (1995, p. 587), a História Comparada é utilizada “*as a vehicle for the exploration of a particular problem or topic. Historians normally start with concerns arising from a particular national history and then seek to gain insights by examining an analogous phenomenon elsewhere*”.

Esta sua grande vantagem enquanto modelo teórico prende-se com a sua especial preocupação com a identificação de causas e identificação de semelhanças e divergências (Baldwin, 2004) e com o facto de proporcionar uma oportunidade única de ruptura com modelos nacionais de análise (Green, 2004). Nesse contexto, a História Comparada permite ao historiador abordar as “grandes questões”, identificar processos de larga escala e formular padrões relativos a grupos de casos que exibem suficiente similaridade entre si para serem comparados em grupo (Pierson e Skocpol, 2002), conduzindo à construção de conexões históricas entre os casos. Contudo, qualquer opção pela História Comparada terá que evitar a sua maior tentação e seu mais comum erro: a generalização da tese casuística. Porém, observando-se a provocação prestada pela facilidade de generalização teórica, o empenho da História Comparada permite, efetivamente, a identificação das semelhanças e diferenças entre um certo número de casos (quatro Estados da Europa do Sul) face a um fenómeno particular (I Guerra



Mundial), numa abordagem com um superior lucro teórico do que a simples limitação do estudo às fronteiras individuais de cada Estado.

### 3.2. Estudos de Área

A progressão da História Comparada enquanto disciplina autónoma encontra-se intimamente correlacionada com a elaboração de estudos regionais ou, mais precisamente, “Estados de Área”, numa tendência para a regionalização do método historiográfico (Haupt e Kocka, 2004, p. 31). É precisamente nessa mesma tendência para a “regionalização” da História Comparada que se inscreve o presente estudo. Nesse sentido, encontramos-nos, igualmente, perante um “Estudo de Área”, uma disciplina com uma dimensão própria e estruturada que cumpre, também, explorar para a correcta aplicação metodológica da mesma à obra em curso.

Ao contrário da História Comparada, os “Estudos de Área” – ou na sua mais comum denominação anglo-saxónica de *Area Studies* – têm origem como disciplina organizada na bipolaridade da Guerra Fria. Foi o contexto da Guerra Fria e a doutrina de *containement* de Truman que obrigou os sectores ocidentais – nomeadamente, norte-americanos – a reinventar a análise e interpretação do recém reconfigurado sistema internacional, agora composto de modelações regionais tão originais com duas Alemanhas, um espaço soviético expansivo e uma miríade de incertezas em locais obscuros e de clássica inferior relevância estratégica, mas que com uma inusitada centralidade enquanto esferas de influência, no contexto da confrontação bipolar.

Foi precisamente essa reconversão do sistema internacional que instou os centros de decisão e interpretação política e estratégica – tanto ao nível académico, como no que toca às instâncias ocidentais militares e de *intelligence* – à construção de bolsas de especialização em áreas regionais anteriormente desconsideradas. No campo académico e civil, a centralidade desse esforço foi assumido pela Fundação Rockefeller e pela Fundação Ford que, por exemplo, promoveu o *Foreign Area Fellowship Program*, uma competição para o patrocínio dos estudos de Área em instituições académicas norte-americanas.

Os Estudos de Área, foram, desde logo, amplamente criticados pela sua intimidade recorrente com as agendas políticas da Guerra Fria. Contudo, a disciplina de análise comparativa de uma determinada área geográfica perdurou e especializou-se,

criando-se rotinas de estudos regionais no seio das principais vertentes das Ciências Sociais, numa tendência que sobreviveu à própria desintegração soviética e ao termo da bipolaridade da Guerra Fria.

A Europa do Sul, enquanto zona geográfica composta por Estados e nacionalidades com demarcadas características civilizacionais comuns, constituiu uma crescente área em estudo, nomeadamente no seio académico europeu, embora com alguma controvérsia relativa às suas delimitações geográficas e étnicas. Se recordarmos os parâmetros delineados pelas Nações Unidas, o conceito estrito de “Europa do Sul”, esta engloba os Estados europeus da bacia mediterrânica e Portugal, incluindo realidades tão distintas como a Península Ibérica; a Península Itálica; a Península Balcânica, na totalidade da sua variedade étnica; e as unidades insulares de Chipre e Malta.

A demarcação da Europa do Sul durante a Guerra Fria, contudo, sempre decorreu da “*combination of the modernization paradigm and fears of the spread of communism*”, que a delimitou ao conjunto de Estados propensos à quebra com a solidez ideológica e estratégica do bloco ocidental, nomeadamente Portugal, Espanha, Itália e Grécia (Goddard, Llobera e Shore, 1994, p. 12). Ao longo das décadas de 50 e 60 do Século XX, esses quatro Estados tendencialmente assumiram a forma de uma “área” em estudo em distintas vertentes das Ciências Sociais, tradicionalmente associada à aferição da possibilidade de integração dos mesmos no *core* do esforço político e económico de unificação europeia. Neste contexto, o estudo da Europa do Sul privilegiou a análise da solidez das estruturas políticas e económicas no contexto mais lato dos fluxos europeus e identificou especificidades regionais tais como o predomínio de lealdades clientelistas como base política doméstica, ou o destaque concedido à unidade familiar e à dimensão socioeconómica rural (Giner, 1982; Tillion, 1983).

Uma das principais conclusões basilares que cristalizou a área da Europa do Sul, tal como composta por Portugal, Espanha, Itália e Grécia, foi a sua caracterização enquanto partes do *modelo conservador e corporativo*, caracterizado por elevados níveis de subsidiariedade familiar e pela predominância do chefe de família no mercado laboral (Esping-Andersen, 1990), em contraste com a restante Europa continental. Esta tendência de especialização regional acompanhou o processo de democratização dos vários Estados da Europa do Sul e posterior integração dos mesmos numa Europa

unificada. Nesse contexto, a Europa do Sul especializou-se como uma unidade de *case study* regional de democratização e integração europeia, procurando-se a interpretação dos citados fenómenos ao longo das Ciências Sociais (Anderson, 1999; Maravall, 1997; Morlino, 1998; Miranda, 1996; Sidjanski, 1990, entre outros), num esforço comparativo também presente em Portugal (Costa Pinto e Severiano Teixeira, 2005).

### 3.3. Neutralidade e Beligerância

Cumpre, ainda, referir que, em face de se tratar de um estudo relativo às disposições individuais de quatro Estados face a um conflito bélico, o fenómeno em análise será a opção nacional pela beligerância ou neutralidade, tal como ditada pelas disposições da *Convenção de Haia de 1907* relativas aos direitos e deveres da nação neutra em contexto de guerra. Esta questão será observada à luz do enquadramento legal providenciado para eventos basilares no comportamento dos Estados da Europa do Sul durante a I Guerra Mundial, nomeadamente no que se refere à inviolabilidade territorial da potência neutra; da impossibilidade de assistência material ou bélica da potência neutra à potência beligerante; ou do direito da potência neutra ao apresamento de meios necessários à sua subsistência em cenário de guerra (Rosseau, 1983).

Considerando-se que a neutralidade foi uma condição assumida por todos os Estados da Europa do Sul durante a I Guerra Mundial – com diferentes graus de adesão e durabilidade do estatuto – este será um conceito omnipresente à análise em curso. Tal como refere Ogley em interpretação da ideia de neutralidade “*neutrality is rather like virginity. Everybody starts off with it, but some lose it quicker than others, and some do not lose it at all.*” (Ogley, 1970, p. 1). Esta questão ganha acrescida centralidade no contexto da I Guerra Mundial, evento histórico particularmente renomeado pelas recorrentes violações de neutralidade – recorde-se, por exemplo, o caso da neutralidade belga, originalmente reconhecida e garantida por todas as potências europeias desde a Guerra Franco-Prussiana. Recorrendo, novamente, a Ogley, constatamos que “*the idea that neutrality was obsolete already appears in the First World War ... neutrality began to be seen as a betrayal of common interest...*” (Ogley, 1970, p.5).

Para a avaliação da implementação do estatuto de neutro e gestão nacional da neutralidade iremos recorrer aos quatro tipos de neutralidade propostos por Ogley (1970, pp. 2-5): a neutralidade *neutralizada* 1) – onde a neutralidade é imposta por

acordo internacional, caso da Bélgica pelo tratado de 1839; a neutralidade *tradicional* 2) – onde o Estado neutro incorre nessa condição por opção própria, assumindo-a como questão de princípio ou tradição, à imagem da Suíça e Suécia; os neutrais *ad hoc* 3) – onde a neutralidade é a solução eleita num específico contexto de guerra internacional, podendo ser substituída pela beligerância em face de uma alteração de circunstâncias; e a neutralidade *não-alinhada* - típica da bipolaridade do sistema internacional da Guerra Fria, procurando-se a equidistância entre blocos beligerantes a promoção activa da paz internacional.

A estes quatro tipos de neutralidade cumpre adicionar-se um quinto, a *não-beligerância* ou *neutralidade colaborante*, comum na política externa de vários Estados da Europa do Sul durante a I Guerra Mundial. Embora desprovido de personalidade jurídica à luz do Direito Internacional Público, a *neutralidade colaborante* instaurou-se como uma realidade comum no contexto das duas Guerras Mundiais, sendo melhor descrita como uma neutralidade favorável a um dos Estados ou blocos de Estados beligerantes, a que presta assistência política, militar, económica ou moral. Entre as práticas históricas de *não-beligerância* com maior incidência inscreve-se a política assumida pela Irlanda durante a II Guerra Mundial, onde, embora oficialmente neutra, firmou uma política activa de colaboração com o Reino Unido durante todo o conflito. Foi precisamente a experiência irlandesa que fundou a interpretação académica deste estatuto híbrido (Carroll, 1975; Fisk, 1985; Salmon, 1989).

### **3.4. Política Externa e Política Interna**

Por fim, será necessária uma análise transversal que inclua o binómio política interna/política externa, na senda do sintetizado por Trachtenberg: “*When dealing with questions of foreign policy, political leaders face a particular problem. The people at the top of any political system live in two separate worlds. On the one hand, they live in the world of international politics. ... But they also live in the world of domestic politics and thus need to defend their politics to people at home.*” (2006, p. 153).

A tradição historiográfica vigente até ao Século XX, sempre optou pela apreciação dos comportamentos de um Estado no sistema internacional como isolado das realidades políticas domésticas. Embora esta ainda seja uma interpretação presente em sectores mais conservadores da História das Relações Internacionais e respectiva

Teoria (Morganthau, 2005), progressivamente o cisma teórico política interna/externa, tendeu a ser esbatido por uma crescente tradição de avaliação da preponderância de qualquer um dos campos sobre o outro, bem como uma emergente apreciação da interacção entre as duas realidades.

Esta necessidade de uma interpretação histórica inclusiva foi particularmente apreciada por James Rosenau (1967, 1971) que, em plena Guerra Fria, compreendeu que “*political analysis would be greatly facilitated if propositions that link the stability, functioning, institutions and goals of national political systems to variables in their external environments could be systematically developed*” (Rosenau, 1971, p. 313). Consideramos, assim, o pressuposto da *Linkage Theory* fundada por Rosenau como o melhor substrato teórico para a dimensão de História das Relações Internacionais do presente estudo, ainda que desprovida da particular complexidade metodológica proposta pelo referido autor, aqui substituída por uma opção com maior pendor interpretativo e qualitativo. Nesse sentido, propomos a continuidade do trajecto já traçado por Nuno Severiano Teixeira (Severiano Teixeira, 1996) na sua avaliação da experiência portuguesa na I Guerra Mundial no seio da tradição anglo-saxónica dos “*war studies*”, no que concerne à avaliação histórica da experiência nacional num cenário de guerra ao longo das dimensões política, militar, económica, social, ideológica e psicológica.

### **3.5. As Fontes**

A presente obra pretende assumir a forma de um estudo comparativo que conduz uma apreciação paralela e simultânea de quatro experiências nacionais face ao mesmo fenómeno internacional. Contudo, embora nos socorramos do enquadramento metodológico da História Comparada, será concedida privilegiada atenção ao caso português, sendo este o único analisado mediante a exploração de Fontes Primárias e de uma bibliografia exaustiva.

Para as demais experiências nacionais em estudo, em face das limitações geográficas e da própria natureza do presente estudo, será privilegiado o recurso ao trabalho prévio das historiografias nacional e internacional na observação dos casos espanhol, italiano e grego. Ao invés, para o caso português, para além da extensa produção historiográfica relativa à participação portuguesa na I Guerra Mundial, serão

também empenhadas fontes documentais referentes às dimensões diplomática, política, ideológica, social e mediática da experiência nacional.

No campo diplomático serão empenhadas as várias publicações patrocinadas pelo *Ministério dos Negócios Estrangeiros* com vista à divulgação da actividade diplomática portuguesa rumo ao e no contexto da I Guerra Mundial.

Já os contextos político, social e ideológico nacionais serão melhor interpretados pelo recurso a fontes governamentais oficiais – caso dos *Diário de Governo*; das *Actas do Conselho de Ministros*; dos *Diário da Câmara dos Deputados* e *Diário do Senado*, incluindo as recém-impressas “Sessões Secretas”; e da publicação legislativa durante o período cronológico em estudo –, a testemunhos e obras memorialistas produzidas pelos principais actores do sistema político português, e aos vários títulos da imprensa da época.

Contudo, dado tratar-se de um estudo comparativo regional, que extravasa as fronteiras nacional, a referida bibliografia portuguesa será abundantemente utilizada para a fundamentação teórica, mas irá privilegiar-se a confrontação das incidências nacionais com as suas congéneres regionais e globais. Recorde-se que se pretende que o presente trabalho alcance um escopo regional, supra-nacional, daí o privilegiar da literatura internacional e a necessária limitação do enfoque bibliográfico em Portugal.

## **4. Desenvolvimento**

### **4.1. ESPANHA: Neutralidade colaborante**

#### **4.1.1. Evolução Histórica**

O início do Século XX coincidiu com um momento de particular instabilidade em Espanha, com Madrid em busca do seu espaço e personalidade internacional após ter sido despojada do seu espólio colonial para os Estados Unidos da América, por meio de derrota militar, e para a Alemanha, mediante transacções de vantagens dúbias. À ansiedade pós-colonial espanhola acresceu o seu crescente empenho militar e político em Marrocos e a degradação do sistema político vigente, siderado pela decadência e crescente impopularidade da rotatividade partidária entre Conservadores e Liberais e por episódios com indícios de ruptura como o assassinato do Presidente do Conselho, o Liberal José Canalejas, em 1912 e a tentativa de regicídio, em Abril de 1913.

Com o início das hostilidades europeias em 1914, logo emergiu um atípico consenso político em Espanha acerca da imperiosidade da neutralidade do Reino no conflito mundial. Embora este mesmo consenso não se tenha transposto para o apoio popular de uma ou outra das facções em confronto, o factor decisivo e original do comportamento político, militar e popular espanhol durante a I Guerra Mundial foi a quase unânime aversão à intervenção bélica no conflito europeu.

A I Guerra Mundial foi desde logo percepcionada pelo público espanhol como uma oportunidade para a regeneração nacional, tanto ao nível económico e industrial, com a exploração do escopo comercial fornecido pela neutralidade; como ao nível político e diplomático, como uma conjuntura propícia para o regresso da Espanha aos palcos europeus como nação de espírito conciliador e promotor da paz internacional numa futura conferência de paz. Foram estas aspirações que alimentaram o apoio espanhol à neutralidade, que sobreviveu, tanto ao endurecimento da campanha submarina alemã e afundamento de sessenta e cinco embarcações espanholas, como aos ímpetus intervencionistas do Presidente do Conselho de Ministros Conde Alvaro de Figueroa y Torres de Romanones, em 1917.

Presentemente, a historiografia tende a considerar que a não concretização das aspirações políticas e diplomáticas espanholas de regeneração no pós-guerra e a incapacidade espanhola de total capitalização das oportunidades comerciais e

industriais, como as causas imediatas da futura eclosão do regime monárquico. Tal como refere Francisco Romero Salvadó *“paradoxically, a conflict in which Spain did not intervene was to alter decisively its contemporary history. This was the moment in which the country began to take off towards modernity, despite still having to fight with the burden of its past”* (Salvadó, 2003, p. 291). Contudo, em Julho de 1914, as principais aspirações de Madrid prendiam-se com a sobrevivência, e se possível, com a regeneração doméstica e externa do regime. Como tal, logo no próprio dia do início das hostilidades, o Primeiro-ministro Eduardo Dato declara a neutralidade espanhola no conflito, racionalizando-a, posteriormente, em carta ao antigo líder do seu partido conservador António Maura: *“A Alemanha e a Áustria ficaram contentes com a nossa atitude pois acreditavam que estávamos comprometidos com a Entente. A França e o Reino Unido não nos podem criticar pois os nossos pactos com eles são limitados a Marrocos ... Eles devem saber que não temos os recursos materiais e a preparação adequada para uma guerra moderna ... Não faremos um melhor serviço a ambos os lados ao manter-nos na nossa neutralidade de forma a um dia podermos levantar uma bandeira branca e organizar uma conferência de paz no nosso país para pôr fim ao actual conflito? Temos a autoridade moral para isso e quem sabe se não seremos chamados a fazer isso”* (citado em Salvadó, 1999, p. 33)

Como é perceptível, a imediata opção espanhola por uma declaração inequívoca de neutralidade inclui uma inerente dose de oportunismo, relacionada com as aspirações do executivo de Dato e de Afonso XIII em utilizar o conflito como o mote de regresso de Espanha ao centro da política e diplomacia europeias, na condição de promotor da paz. Porém, a adesão à neutralidade não se restringiu, apenas, ao executivo conservador e à corte régia, incluindo quase todo o espectro político, da direita conservadora *Maurista* aos Socialistas. As poucas vozes dissidentes restringiam-se ao micro Partido Radical do demagogo Alejandro Lerroux, adepto da intervenção junto dos Aliados e à minoritária facção ultra-conservadora e ultra-radical Carlista, tendencialmente pró-germânica.

A única real dissidência foi a posição assumida pelo Conde Romanones, à data líder do Partido Liberal. Romanones, personificação clássica do rotativismo da Regeneração espanhola, dias após a declaração oficial de neutralidade, publicou no órgão informal de comunicação do Partido Liberal, o *El Diálogo Universal*, o artigo *“Neutralidades que matan”* que incorporava, tanto uma desconstrução da tese da



necessária neutralidade, como apelava à intervenção espanhola junto da *Entente*. Romanones advogava a intervenção espanhola como uma oportunidade para o regresso de Espanha a uma dimensão colonial e para o ressurgimento económico e industrial. “*Neutralidades que matan*” não se encontrava, contudo, em consonância com o seu tempo, tendo sido recebido pelo público e opinião espanhola com extenso criticismo, ao ponto de Romanones ter ensaiado, mesmo, uma negação infrutífera da sua autoria.

Este clima de filiação unânime na neutralidade coincidiu com o momento em que Espanha observou o desenrolar do conflito como uma espectadora atenta de uma guerra que se esperava curta e decisiva. Só o fim da progressão alemã no Marne, a derrota russa e a estabilização da frente ocidental ditaram uma necessidade de reapreciação da posição espanhola. Foi nesse contexto que se inicia o que se tornaria no principal cisma psicológico e ideológico espanhol durante a I Guerra Mundial, que dividiu virtualmente a população espanhola entre germanófilos e aliadófilos.

Nenhum dos outros Estados da Europa do Sul terá presenciado tal polarização e radicalização quase obsessiva da sua sociedade em face das duas facções em guerra, o que é particularmente significativo se recordarmos que Espanha foi o único Estado em observação que nunca abandonou a neutralidade (Meaker, 1988, p. 63-65). Porém, este cisma será melhor compreendido se considerarmos que cada um dos lados seria assumido como a representação internacional das duas realidades espanholas em crescente antagonização no contexto da tardia Regeneração. Como tal, as Potências Centrais seriam a reprodução internacional da ordem, autoridade e tradição, enquanto os Aliados representariam os valores liberais e democráticos. Foi assim que Espanha vivenciou um cisma ideológico no seio da sua própria opção pela neutralidade. Sem nunca questionarem ou procurarem a condição de Estado neutro, ambas as facções gladiaram argumentos de defesa de cada um dos lados europeus em conflito. Tal como refere Salvadó “... *a civil war – a civil war of words. It represented a verbal clash between two Spains that was a portent of the real civil war that still lay a generation in the future*” (Salvadó, 1999, p. 34).

De uma forma sintética, poder-se-á descrever a facção germanófila como composta pela aristocracia, clero, burguesia latifundiária e industrial e oficiais do exército, todos estes já representados na dimensão Carlista do Partido Conservador. Já os apoiantes dos Aliados encontravam-se, maioritariamente, no seio da pequena média

burguesia de especialização profissional e urbanizada e dos intelectuais. Todos estes mantinham já opinião pública formada no contexto da denúncia do poder clerical e do apoio a políticas libertárias e democratizantes, também no seio de partidos minoritários como o universo partidário regional catalão, do Partido Socialista e do Partido Republicano. Reviam-se, em especial, no exemplo francês, registando-se inúmeros casos de presença de espanhóis em combate na frente europeia, integrados como voluntários nas fileiras francesas (Plaja, 1973). Particularmente na Catalunha – pólo de contemplação do exemplo democrático e liberal francês – foi criada, em 1914, a revista *Ibéria* e constituído o *Comité de Germanor*, para a publicitação da causa Aliada e recrutamento de voluntários para a Flandres, no contexto da Legião Estrangeira Francesa (Balcells, 1986).

Só a adesão tardia de Itália e de Portugal ao esforço de guerra Aliado, bem como o incremento da guerra submarina alemã, terão produzido um curto laivo de ruptura com o unânime apoio à neutralidade da parte da facção aliadófila que advogou, circunstancialmente, a necessidade de uma ruptura diplomática com as Potências Centrais e, possivelmente, de intervenção espanhola na frente europeia.

Ao invés, nunca a facção germanófila advogou uma atitude para além da neutralidade equidistante, bem consciente dos fortes vínculos económicos e comerciais entre Espanha e os Aliados, bem como do consequente suicídio estratégico e militar que decorreria da intervenção espanhola junto das Potências Centrais, geograficamente isolada dos seus eventuais Aliados e rodeado pelo inimigo em todas as frentes. Como tal, a facção germanófila dedicou, em particular, à defesa acérrima da neutralidade equidistante que procurou apresentar como a melhor expressão da dignidade e condição espanholas, do *Españolismo* independente.

Em paralelo, a neutralidade permitia e patrocina uma profunda reconversão do tecido económico, comercial e industrial espanhol, com Espanha a se impor como fornecedora massiva de bens primários e secundários às potências beligerantes, aliada à total retirada da concorrência externa do mercado doméstico espanhol. A referida duplicação do mercado comercial espanhol produziu um inusitado *boom* económico, aliado à massiva recepção de capital e ouro. Ainda assim, este clima de prosperidade nunca foi percebido como oportunidade para a regeneração das infraestruturas industriais e comerciais espanholas, registando-se, pelo contrário, o perpetuar da

insipiência técnica-industrial e agrária; e a constituição de rotinas de despesismo em factores de luxo e ostentação por sectores muito circunscritos da sociedade espanhola.

O resultado previsível foi o agravamento das condições de vida da vasta maioria da população espanhola, incapaz de lidar com a galopante inflação e especulação, no contexto de uma *crisis de subsistências*. À falência económica e social acrescentou-se uma progressiva falência do regime político vigente. Os primeiros indícios de degradação do sistema político surgiram logo em 1915, quando acusações de falta de planeamento governamental para uma economia de guerra obrigaram à demissão do executivo de Dato. Um ano mais tarde, em 1916, inicia-se processo visível de degradação do tecido regional, com a burguesia industrial catalã, enquadrada na *Lliga Regionalista*, se predispôs a contestar o monopólio económico e decisório de Madrid. Esta espiral depressiva acentuou-se, ainda, com a união de forças das duas principais centrais sindicais espanholas, a *Unión General de Trabajadores* (UGT), de filiação socialista, e a anarco-sindicalista *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), que resultou num progressivo endurecimento do discurso e reivindicações sindicais que culminou na greve geral de Março de 1917.

Também no seio das Forças Armadas se pressentiu a crescente dissociação face à política governamental, nomeadamente, desde que o conflito europeu obrigou os diversos executivos de Madrid a manterem um maior grau de intervencionismo na gestão das fileiras castrenses. Foi neste mesmo contexto que, em 1916, foi publicada uma Lei de Reforma Militar, orientada para a profissionalização das Forças Armadas pela via da especialização do corpo de oficiais, com a introdução de *numerus clausus* e requisitos mínimos de aptidão física e intelectual. A resposta militar passou pela crescente adesão às formas organizadas e sindicalizadas de protesto, em particular com a criação, em 1916, das *juntas de defensa*, para a defesa corporativa e combate à gestão governamental das Forças Armadas.

Foi neste clima de progressiva degradação do tecido político, económico, social e militar espanhol que o novo executivo do conde Romanones - 9 de Dezembro de 1915 a 19 de Abril de 1917 – procurou encetar uma reinterpretação gradual da neutralidade espanhola rumo a uma intervenção militar na frente europeia. Embora o citado objectivo final nunca tenha sido oficialmente declarado por qualquer responsável do executivo de Romanones, é perceptível que o endurecimento da guerra submarina

alemã junto da marinha mercante espanhola e as próprias ambições diplomáticas do Presidente do Conselho de Ministros promoveram uma política de ruptura com as Potências Centrais em linha com o disposto em “*Neutralidades que matan*”. Esta tendência foi assegurada pela intervenção directa do próprio Romanones junto das potências Aliadas e pela acção de representantes diplomáticos espanhóis nas principais capitais Aliadas como foi o caso do Embaixador espanhol em Paris, León y Castillo nas negociações de contrapartidas coloniais e diplomáticas à intervenção espanhola. Foi colocada particular ênfase pelo executivo de Romanones na resolução da questão de Marrocos por via da aproximação espanhola aos Aliados, nomeadamente com a concessão francesa de Tânger.

Contudo, a opção de Romanones encontrava-se fatalmente desprovida de fundamento prático, pois qualquer distanciamento espanhol da sua inicial declaração de neutralidade provar-se-ia infrutífero em face da polarização da sociedade espanhola no apoio às duas facções em guerra e por via da falta de apoio institucional da Casa Real ao abandono espanhol da neutralidade. Este segundo factor decorria das já citadas aspirações de Afonso XIII em protagonizar o diálogo de pacificação das potências europeias na condição de monarca de Estado neutro, à imagem das pretensões infrutíferas de Woodrow Wilson em Dezembro de 1916. Também as pretensões de Romanones de aproximação às potências Aliadas se provariam infrutíferas, não tendo o Presidente do Conselho e os seus representantes diplomáticos visto os seus ímpetos intervencionistas sido correspondidos nas principais capitais Aliadas, nomeadamente após as beligerâncias tardias italiana e portuguesa terem reduzido a relevância estratégica de uma hipotética intervenção espanhola no controlo do Mediterrâneo e do Atlântico Sul.

Também Berlim e Viena nunca colocaram ênfase em atraírem Madrid para sua órbita ou na promoção da beligerância espanhola junto das Potências Centrais. Como tal, todos os esforços alemães e austro-húngaros em Espanha foram concentrados na promoção da continuidade da neutralidade espanhola, nomeadamente pelo recurso à acção política e diplomática e a actividades encobertas conduzidas pelas suas estruturas de *intelligence*. Uma das mais visíveis acções alemãs e austro-húngaras passou pelo controlo encoberto dos principais *outlets* de imprensa espanhola, geridos de forma clandestina por meio de incentivos financeiros, com vista à defesa mediática da neutralidade equidistante e à detracção dos seus opositores, nomeadamente o Presidente

do Conselho Romanones, descrito pela imprensa germanófila como um belicista com motivações financeiras obscuras.

O confronto entre germanófilos e aliadófilos e a campanha clandestina alemã de crítica a Romanones atingiu um pico em Dezembro de 1916 com recrudescimento da campanha submarina alemã contra a marinha mercante. Este factor impeliu Romanones a assumir uma crescente ruptura com a Alemanha em vista de uma hipotética beligerância espanhola. Esta incursão do executivo de Romanones por uma via rumo à intervenção conduziu a uma crescente dissociação entre Governo e Casa Real. Ao contrário de Romanones, Afonso XIII sempre se mostrou um adepto entusiasta da neutralidade equidistante e nunca renegou os seus vínculos familiares e afinidade pessoal para com as famílias reais das Potências do Eixo. Recorde-se, por exemplo, que o monarca espanhol marcou presença, em Viena, no funeral do Imperador austríaco Franz Joseph, envergando o seu uniforme austríaco.

A degradação do diálogo institucional entre Monarca e Governo atingiu o seu ponto mais deficitário em Fevereiro de 1917, quando a intensificação da campanha submarina alemã no afundamento de navios da marinha mercante espanhola impeliu Romanones a assumir publicamente, perante o seu Parlamento, a determinação governamental em assumir qualquer política necessária para assegurar a sobrevivência económica do país (Salvadó, 1999, p. 41). Em consonância com essa declaração parlamentar, Romanones intensificou, de imediato, o seu diálogo encoberto com Paris com vista à obtenção de contrapartidas – Tânger, Gibraltar e disponibilidade para intervenção futura em Portugal – a uma futura ruptura diplomática com a Alemanha e um maior empenho espanhol no esforço aliado. Paris, motivada pela necessidade estratégica de abertura dos portos da costa marroquina espanhola à sua frota, mostrou uma quase total disponibilidade para a aceitação dos termos espanhóis.

Já Londres sempre observou a possível intervenção espanhola com bastantes reservas, consciente, tanto da insuficiência militar, política, económica e social espanhola, como da pouca relevância da beligerância espanhola no cenário macro ou regional da guerra. Adicionalmente, a questão de concessões em Gibraltar e Portugal obrigariam a uma revisão do mapeamento estratégico mediterrânico que Londres não se encontrava preparada para encetar em face da dúbia relevância da beligerância espanhola.

Independentemente do mitigado sucesso das negociações com os Aliados, o afundamento do *San Fulgencio*, a 5 de Abril de 1917, foi considerado por Romanones o momento decisivo para o embate com a Alemanha, por via de nota diplomática de protesto e de ameaça de ruptura de relações diplomáticas bilaterais em face de nova agressão futura à marinha mercante espanhola. Contudo, o planeamento de Romanones nunca se efectivou. A 19 de Abril, para grande gáudio da facção e imprensa germanófila, tornou-se pública a demissão do Presidente do Conselho, substituído pelo Marquês de Alhucemas para a constituição de um novo executivo Liberal.

Embora inicialmente apresentada como uma resignação, a queda de Romanones deveu-se exclusivamente à acção régia, tendo Afonso XIII demitido o Presidente do Conselho como solução cirúrgica para a conclusão dos ímpetus intervencionistas. A justificação para esta acção poder-se-á radicar, tanto na tradicional adesão de Afonso XIII à neutralidade equidistante, como pela sua racionalização dos efeitos da Revolução russa de Março de 1917 e consequente remoção do Czar sem qualquer laivo de reacção da parte de Londres ou Paris. Não terá sido, decerto, estranha à lógica do monarca a observação do caso russo em comparação com a crescente degradação do sistema político espanhol, siderado pela bipolarização da sua sociedade no apoio às duas facções em guerra, com o agravamento generalizado das condições socioeconómicas no contexto da *crisis de subsistencias*; e com a degradação do já ténue controlo governamental das Forças Armadas, com a multiplicação de *juntas de defensa*, com um discurso progressivamente mais próximo do republicanismo.

Com a remoção de Romanones cessaram os ímpetus intervencionistas espanhóis, mesmo em face da continuidade e incremento da acção dos submarinos alemães. Foi formado um novo executivo conservador, comandado por Dato, secundado por alguns dos principais vultos da Restauração. O novo *Governo* de Dato rompeu com tradição de Romanones de prosseguir uma política rumo à guerra, substituída por uma política de sobrevivência do regime num contexto de guerra. A sua vigência coincidiu com o incremento das pretensões regionalistas catalãs por via da *Lliga Regionalista* e com o agravamento da instabilidade política e social espanhola. 1917 foi um ano particularmente difícil para Espanha, com tentativas de paralisação grevistas do tecido económico espanhol, sonegadas pela intervenção das Forças Armadas. Estas últimas, apesar da incerteza da sua adesão incondicional ao decisor político, impuseram-se como

os principais garantes da sobrevivência do regime por via da sua acção repressiva doméstica, dirigida contra o operariado sindicalizado.

Foi precisamente a acção corporativa do oficialato em resposta a uma tentativa governamental de dissolução forçada das *juntas de defensa* que forçou Afonso XIII a demitir o executivo conservador a 26 de Outubro de 1917 e a evidenciar a falência progressiva da Restauração em face as pressões regionalista e militar. Após oito dias sem Governo, Afonso XIII logrou a constituição de um Governo de coligação constituído pelos dois partidos que haviam protagonizado o rotativismo da Restauração. A mesma solução de compromisso partidário voltou a ser ensaiada em Março de 1918 com a constituição de um novo executivo de coligação presidido por Maura e composto pelos principais nomes da vida política espanhola, incluindo três antigos Presidentes do Conselho: Dato, Romanones e Alhucemas.

Imediatamente denominado na imprensa espanhola como *Ministerio de Primates*, independentemente do brio dos seus membros, este Governo de ilustres nunca logrou assumir uma política doméstica ou externa para além da mera sobrevivência do regime e da continuidade da neutralidade espanhola. A salvaguarda da neutralidade foi um factor particularmente presente ao longo de 1918 com a multiplicação de evidentes justificações para a ruptura diplomática espanhola com a Alemanha (Salvadó, 1994). Entre estas refiram-se a publicitação da acção encoberta da Embaixada alemã em Madrid no financiamento e gestão de periódicos germanófilos; as evidências de apoio a acções de sabotagem por forças anarquistas espanholas; e o afundamento de cerca de sessenta navios espanhóis por submarinos alemães, com perdas humanas estimadas em perto de uma centena de marinheiros espanhóis.

A ausência de uma resposta governamental evidenciou a própria fragilidade e impotência do Governo e do regime. Numa circunstancial fuga à impotência governamental, a 10 de Agosto de 1918, o executivo de Maura enviou uma nota diplomática à Embaixada alemã anunciando as suas pretensões de futura substituição de tonelagem da marinha mercante afundada por acção de submarinos alemães pelo apresamento dos navios mercantes alemães fundeados em portos espanhóis. A agressividade da resposta alemã, declarando que qualquer apresamento de navios alemães seria considerada como motivação suficiente para uma declaração de guerra a Espanha e o intensificar da campanha submarina alemã no afundamento de cinco

adicionais navios espanhóis removeram qualquer ímpeto espanhol de ruptura diplomática. Mais uma vez, terá sido fulcral a acção de Afonso XIII na salvaguarda da neutralidade, agora secundado pelo corpo de oficiais das Forças Armadas.

Em Outubro de 1918, a dias do armistício, o *Governo* espanhol anunciou o apresamento de sete navios alemães. Posteriormente seriam divulgados os detalhes desta questão que, ao contrário do anúncio de um apresamento militar, passaria pela cedência alemã de sete navios a Espanha, num processo gerido pela Embaixada alemã em Madrid. Foi nesse mesmo tom de impotência que o executivo de Maura caiu em Novembro de 1918, em paralelo com o final da I Guerra Mundial.

#### **4.1.2. Alianças e Política Externa**

O início das hostilidades europeias, em 1914, coincidiu com um momento em que Espanha se esforça por reencontrar a sua posição e papel no sistema internacional após a conclusão do seu capítulo colonial com a derrota na Guerra de 1898 contra os Estados Unidos e com o conseqüente desfecho das aspirações espanholas a um lugar entre as principais potências europeias. Considerada unanimemente como um “Desastre”, a derrota de 1898 condicionou profundamente a presença internacional espanhola, ao expor tanto a sua insuficiência militar como a falência do seu sistema político e colonial. Ambos os vectores ditaram que, em 1914, Espanha “*was ignored and considered once again as a quantité négligeable by the countries of the Entente*” (Ponce, 2011, p. 53). Como tal, ainda antes de 1914, é perceptível que a principal preocupação externa de Madrid no início do Século XX passa pela angariação de mecanismos de salvaguarda e segurança, uma tendência que perdurará ao longo de toda a I Guerra Mundial. Como refere Balfour: “*no other European country had experienced such an intense degree of insecurity*” (Balfour, 1999, p. 18).

Esse clima de incerteza e insegurança externa ditou que a acção diplomática espanhola no pós-1898 passasse pela obtenção de garantias securitárias na forma do Acordo de Cartagena de 1907, um tratado defensivo firmado com França e o Reino Unido. Segundo o mesmo, Espanha, França e o Reino Unido deveriam consultar-se mutuamente em questões relativas a alterações ao *status quo* do Mediterrânico e Atlântico. A partir deste novo acordo defensivo, ambas as potências externas passaram a incluir Espanha no seio das suas órbitas de influência. Por outro lado, o texto do Acordo



de Cartagena assegurava, também, a sobrevivência da presença espanhola em Marrocos, ao reconhecer a soberania espanhola ao longo de uma faixa definida da costa Norte marroquina. Marrocos era considerado por Madrid como um domínio com uma dimensão estratégica e securitária que extravasava a mera concepção de “colónia”, impondo-se como a primeira linha de defesa nacional e como uma extensão territorial natural. Famoso ficou a tese de Antonio Cánovas, segundo a qual “*la frontera natural de España son las Atlas*” (citado em Almagro, 1956, p. 364)

O Acordo de Cartagena prosseguiu, também, uma tradição comum a todos os executivos da Restauração – Liberais ou Conservadores – de aproximação à *Entente*. Com a exceção de uma breve maior intimidade diplomática com a Alemanha, em 1880, a aproximação espanhola à *Entente* enquadrava-se na política nacional de *recogimento internacional*. Para o prosseguimento desta, Madrid impunha como consideração obrigatória a continuidade dos seus esforços diplomáticos num clima de paz e equilíbrio entre facções europeias antagónicas, daí a opção espanhola pela não adesão a vínculos de obrigatoriedade ofensiva ou à inclusão total em qualquer um dos crescentes blocos antagónicos europeus. Nesse sentido, no início do Século XX Espanha encontrava-se virtualmente despojada de vínculos internacionais definidores e apartada do Sistema das Alianças.

Ao invés, Madrid procurava prosseguir uma política internacional típica das potências médias continentais sem expressão colonial – caso dos países nórdicos, da Suíça ou os Países Baixos -, no que toca à máxima exploração de todas as oportunidades diplomáticas provenientes do estatuto neutral, caso do acréscimo de credibilidade e peso internacional na promoção de negociações de paz. Ambos os vectores – a ausência de vínculos diplomáticos definidores e a consideração da neutralidade incondicional como um veículo de oportunidades – estiveram presentes na postura diplomática de Madrid no início da I Guerra Mundial. Particularmente no que respeita às oportunidades diplomáticas refira-se, por exemplo, que Espanha passou a assegurar a representação diplomática de um grande número dos beligerantes em capitais inimigas e tanto os vários executivos até 1918 como a Casa Real mantiveram uma contínua acção diplomática de disponibilidade internacional para a gestão de questões humanitárias associadas ao conflito e à criação de cenários de diálogo de pacificação entre beligerantes (Ponce, 2011, p. 55).

É indiscutível, porém, que, entre 1914 e 1918, Espanha se encontrou informalmente no contexto da esfera de influência britânica e francesa. Este facto decorre, tanto do Acordo de Cartagena e das duas anteriores décadas de crescente adesão à influência francesa e inglesa, como de uma política diplomática, durante todo o conflito, de neutralidade colaborante para com a causa Aliada por meio, em particular, da acção de Romanones e do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Fernando León y Castillo que repetidamente colocaram a neutralidade espanhola ao serviço de Paris e Londres. Nesse sentido, a opção espanhola pela imediata neutralidade é decorrente do oportunismo político de Madrid e, também, de uma unânime preferência dos vários beligerantes por uma Espanha neutra e repleta de oportunidades ao invés de uma beligerância espanhola de reduzida relevância estratégica ou militar.

Tal como refere Ponce “*Spanish neutrality was agreeable to both belligerent blocs, and to Spain itself*” (2011, p. 57). Como tal, desde logo, ambos os blocos beligerantes determinaram como preferível a neutralidade espanhola. Refira-se, por exemplo, que a intervenção espanhola no conflito iria, indubitavelmente, comprometer o papel determinante de Espanha no fornecimento de matérias-primas essenciais aos vários beligerantes. Este facto foi, de imediato, considerado nas várias capitais beligerantes no seu diálogo de início de hostilidades com as respectivas representações diplomáticas espanholas. A Alemanha, por exemplo, sempre compreendeu que, em face do posicionamento geográfico espanhol, seria altamente improvável uma adesão espanhola à causa alemã e austro-húngara, sendo o melhor cenário possível a continuidade da neutralidade espanhola (Carden, 1987, p. 261). Em várias fases do conflito, o próprio Embaixador espanhol em Berlim reportava que o Governo alemão tendia a considerar a Espanha como um membro informal da *Entente*, muito apesar da proximidade pessoal de Afonso XIII para com as Potências Centrais (Ponce, 2011, p.56).

Curiosamente, tanto no Reino Unido como em França, Espanha era percebida como uma nação de vincada tendência germanófila, desprovida de relevância estratégica em face das beligerâncias italiana e portuguesa. Estes factores combinados com a reduzida dimensão militar espanhola, desde logo, ditaram a indisponibilidade de ambas as potências Aliadas para a negociações de concessões nas três áreas preferenciais para Madrid: Tânger, Gibraltar e Portugal. Como tal, durante todo o conflito, nunca os Aliados exerceram qualquer pressão diplomática sobre Madrid

para a revogação da neutralidade, mesmo em face dos visíveis laivos intervencionistas da fase tardia do primeiro executivo de Romanones. O preço exigido por Madrid para uma ruptura diplomática com as Potências centrais nunca deteve correspondências nas vantagens estratégicas da mesma. Como tal, Londres e Paris sempre optaram pela manutenção do *modus vivendi* da neutralidade espanhola e assumiram que uma eventual beligerância espanhola teria de ser decorrente da acção espanhola, sem interferência directa Aliada (Salvadó, 1999, p. 39).

Já Berlim, optou pelo assegurar da continuidade da neutralidade espanhola por todos os meios disponíveis, nomeadamente por via de uma diplomacia agressiva e por meios encobertos de gestão clandestina de elementos essenciais da vida política espanhola, caso do controlo encoberto de polos de decisão política e militar e da imprensa. Foi nesse contexto que os serviços de informações alemães e, em menor escala, austríacos implementaram uma vasta rede de presença em solo espanhol com prioridades distintas: a monitorização das movimentações militares Aliadas ao longo da costa espanhola e o assegurar da continuidade da neutralidade espanhola. Para a prossecução dos mesmos, a *intelligence* alemã recorreu a estratégias como a presença em vasto número dos seus operacionais em solo espanhol; o controlo financeiro, pelo suborno e injeção de capitais, das autoridades locais de pontos estratégicos como a administração colonial marroquina, insular e costeira e de grupos subversivos como a oposição anarquista; e, em especial, por um controlo quase endémico da imprensa nacional e local espanhola.

Neste último quadrante, os Impérios Centrais exploraram as facilidades decorrentes do crescente custo do papel, para assegurarem posições dominantes – mediante recurso a agentes e entidades *proxies* – num vasto número de títulos de imprensa espanhóis. Esta acção clandestina assumiu proporções tão elevadas que se estima que, no final de 1917, os principais títulos espanhóis se encontrariam ao serviço da causa alemã de promoção da neutralidade espanhola e da denúncia do intervencionismo de Romanones. Os objectivos das Potências Centrais em Espanha não passavam pela atracção de Madrid à sua órbita por meio do sistema de alianças, mas pelo afastamento de Espanha da esfera de acção Aliada por via da promoção e defesa da neutralidade espanholas. Foi no contexto da prossecução deste objectivo que, por exemplo, em face da crescente aproximação espanhola à *Entente* por via das pressões económicas sobre os Estados neutrais periféricos, que Berlim, muito apesar das

disposições do Acordo de Cartagena, encetou negociações diplomáticas com Madrid com vista a um possível incremento da relação bilateral espanhola-alemã.

Para tal, Berlim apelou à hipotética concretização de todas as aspirações coloniais espanholas – Tanger, as possessões francesas em Marrocos, Gibraltar e Portugal – e às ambições diplomáticas da Casa Real no contexto das futuras negociações de paz (Ponce, 2011, p.58 e Salvadó, 2003, p. 298). Outra estratégia alemã consistiu na progressiva exploração das facilidades concedidas pela neutralidade espanhola, tanto no que toca ao já citado fornecimento de matérias-primas, como no apoio logístico à sua guerra submarina. Foi, por exemplo, neste contexto que decorreu a entrada no porto de Cartagena de um submarino alemão U-35 responsável por ataques a comboios navais Aliados ao largo da costa espanhola, facto que motivou audíveis protestos Aliados (Salvadó, 2003, p. 299).

Para além da mera acção diplomática, tanto os membros da *Entente* como as Potências Centrais prosseguiram os seus desígnios em Espanha por canais clandestinos. Tal como refere Cunningham, num relato de 1917, “*the agentes of the two great contending parties to this struggle have labored diligently with money and persuasion to secure the adherence of Spain to their cause*” (Cunningham, 1917, p. 423), sem nunca procurarem, contudo, a promoção da beligerância espanhola. O sucesso da acção de ambas as facções beligerantes em Espanha decorreu, também, do rápido desenvolvimento das estruturas de *intelligence* de ambos os blocos desde o início do conflito. Como refere Elizalde: “*les services secrets furent l’objet d’un énorme développement et devinrent un facteur fondamental tant pour le déroulement de la guerre que pour la définition des relations entre pays. Dans cette conjecture, les agents secrets durent s’occuper de politique extérieure, de problèmes intérieurs, de commerce et d’investissements, de transports et de communications, de stratégie et de défense, d’image de propagande, de groupes d’intérêts et de citoyens anonymes*” (Elizalde, 2007, p. 23). Como tal, a análise do vector “Alianças e Política Externa” não poderá menosprezar, quando existir informação disponível, a acção dos beligerantes junto dos estados da Europa do Sul por canais clandestinos que ultrapassam a formalidade diplomática. Em Espanha, em particular, “*durant la Grande Guerre, les services de renseignements des pays belligerents jouèrent un nouveau rôle dans l’effort de guerre*” (Elizalde, 2007, p. 23).

As Potências Centrais – em particular, a Alemanha - converteram o solo espanhol em teatro de operações clandestinas a uma escala considerável. Focando-se, em particular nas zonas costeiras com potencialidade de observação do tráfego marítimo aliado – nomeadamente, o Sul de Espanha e as ilhas Canárias e Baleares -, a Alemanha desenvolveu uma vasta rede de espionagem e sabotagem. O principal objetivo alemão passaria pela obtenção de informação privilegiada sobre rotas marítimas Aliadas para posterior condução do seu esforço de guerra submarina. Adicionalmente, foram prosseguidos objectivos menores, como a promoção de acções de sabotagem – por via de grupos anarquistas e anarco-sindicalistas subsidiados – em unidades industriais espanholas abastecedoras do esforço de guerra aliado; e o financiamento, por via dos Consulados alemães nas colónias marroquinas espanholas, de insurreições tribais no Marrocos francês (Salvadó, 2003, p. 300).

O esforço clandestino dos Aliados em Espanha surge como limitado, quando comparado com a vasta e rápida propagação da actividade encoberta alemã em solo espanhol. O inicial motor aliado de combate clandestino à crescente influência alemã em Espanha passou pela actividade do Instituto Anglo-francês, criado em Madrid com o propósito de disseminação de informação sobre o esforço de guerra aliado, por via da publicação de literatura, promoção de palestras e organização de sessões cinematográficas, gozando, mesmo, de um limitado apoio governamental espanhol (Cunningham, 1917, p. 424). Ao papel inicial do Instituto Anglo-Francês, logo se aliou a colaboração dos jornalistas britânicos colocados em Espanha - caso de John Walter, correspondente do *The Times* – e do gabinete de imprensa da Embaixada britânica em Madrid que se focaram na refutação imediata da informação divulgada por meios de comunicação classificados como germanófilos, por meio de contactos oficiais e informais com jornalistas espanhóis. A partir deste esforço inicial, desenvolveu-se uma crescente presença da *intelligence* britânica em solo espanhol. Toda a acção clandestina britânica passaria pela direcção do Embaixador em Madrid Arthur H. Hardinge, que, embora não se encontrando institucionalmente vinculado aos serviços de informações, actuaria como o vértice do esforço clandestino, nomeadamente pela provisão de um enquadramento analítico privilegiado.

O embaixador encontrar-se-ia secundado pelo chefe de missão da *Intelligence Division* do *Admiralty War Staff*, Percy Lorraine – Barão de Kirkharle - a actuar em Madrid sobre a cobertura de Primeiro Secretário da Embaixada britânica. O grau de

penetração e influência de Lorraine assumiu proporções consideráveis, sendo comum o mesmo jogar pólo com membros da casa militar de Afonso XIII e marcar presença regular em momentos da vida da corte régia. Porém, a principal acção dos serviços de informações britânicos junto de Afonso XIII coube ao responsável local pela *intelligence* militar, o Comandante Josceline C. H. Grant, adido militar em Madrid entre 1916 e 1919, que logrou criar uma relação de confiança e proximidade com Afonso XIII que terá incluído o debate de matérias de natureza tão sensível que seriam remetidas para o *War Office* por canais secretos paralelos ao correio diplomático (Elizalde, 2007, p. 27). Com o agravamento da guerra submarina alemã, em 1917, Londres incrementou, ainda, a presença dos seus serviços de informações em Espanha com a colocação, em Madrid, do Adido Militar John Harvey.

Para além do domínio militar e político, a actividade encoberta Aliada passaria, também, pela prossecução de objectivos comerciais e industriais favoráveis ao esforço aliado. Nesse contexto, destacou-se a actividade dos membros do gabinete comercial da Embaixada britânica em Madrid – F. W. Mamers, adido comercial, secundado por Archibald Russell, Woods Wollaston e M. Brich – que assistiram os canais de exportação industrial para os Estados Aliados e compilaram uma lista de entidades comerciais e industriais espanholas acusadas de colaboração e relacionamento com as Potências Centrais (Elizalde, 2007, p. 30).

#### **4.1.3. Militarismo**

No caso de Espanha, tornando-se impossível aferir o contributo prestado pelo militarismo a uma beligerância não-existente, é, contudo, viável uma análise da adesão e fidelidade das Forças Armadas espanholas à opção de Madrid pela neutralidade na I Guerra Mundial. Refira-se que, à imagem da política externa de Espanha, também as suas Forças Armadas procuravam uma reorientação e regeneração no cenário pós-1898, assoladas pelas carências materiais e humanas, pela orfandade de um espaço colonial para o exercício operacional e condicionada pela realidade de um regime político degenerativo. A quase imediata declaração espanhola de neutralidade no conflito é, também, a expressão da consciência dos agentes políticos de Madrid – o executivo de Dato e Casa Real – da carência e insipiência militar do Reino. A recente fálência bélica espanhola na derrota de 1898 ainda seria determinante ao nível do decisor político. Isto, muito embora, os últimos Governos do rotativismo espanhol se terem empenhado na

reconversão das Forças Armadas espanholas à imagem do modelo prussiano de alistamento, ainda que permitindo excepções de prestação do serviço militar mediante o pagamento de soma monetária. Como resultado destas falências legislativas, em 1914, as Forças Armadas espanholas eram compostas, nas suas bases operacionais, por fileiras de indivíduos desprovidos de educação e provenientes do interior rural, incapazes de custear a excepção ao serviço militar.

À falência humana, somou-se a falência material. A derrota de 1898 e o fim da expressão colonial espanhola ditaram a perda de um vasto número de equipamento militar ofensivo. Adicionalmente, a adopção do modelo prussiano de alistamento nunca reproduziu o exemplo alemão de incentivo à instituição de uma indústria bélica capaz de suprir as incapacidades operacionais. A Marinha, em especial, nunca conseguiu lograr a sua reconstrução após ter sido dizimada em 1899, mesmo apesar dos incentivos legislativos à construção naval como a Lei Naval de 1908.

As avaliações das Forças Armadas espanholas para 1914 apontam que os números e equipamento disponíveis seriam insuficientes para a simples defesa territorial do Reino. Se considerarmos, ainda, o crescente empenho militar espanhol em Marrocos na resposta bélica à insurreição local – com a presença de 76000 efectivos em solo espanhol –, compreende-se a indisponibilidade militar espanhola para a participação na I Guerra Mundial.

Para além do empenho em Marrocos, em 1914, as Forças Armadas executavam as suas responsabilidades operacionais ao nível do patrulhamento territorial e, em especial, na resposta coerciva à instabilidade política e social espanhola. As Forças Armadas haviam-se tornado num instrumento governamental de repressão interna, sendo comum o recurso às mesmas para acções punitivas junto de grevistas e vagas populares de protesto. Esta acção doméstica, com prática instituída desde do Século XIX, reverteu a natural vocação militar de acção exterior, passando as Forças Armadas a compreender o solo espanhol como um teatro natural de operações ao serviço da sobrevivência doméstica do regime.

No seio das Forças Armadas espanholas reproduziu-se, também, o cisma ideológico que dividiu a restante população espanhola entre o apoio aos blocos beligerantes. Ainda assim, a tradição historiográfica sempre considerou as fileiras militares espanholas como um terreno particular propenso ao apoio ideológico às

Potências centrais, nomeadamente à Alemanha, por via da admiração da sua eficiência bélica. Este pendor germanófilo entre a classe militar – em especial, junto do corpo de oficiais – foi particularmente presente no início do conflito, quando a progressão militar alemã até ao Marne, o sucesso das campanhas em solo russo e nos Balcãs, contrastaram com a derrota mitigada britânica no estreito de Dardanelos, nos Balcãs e em Salónica. Como refere Cunningham, em 1914 e 1915, o pendor germanófilo na classe militar espanhola chegou a um ponto tão alto que os responsáveis políticos espanhóis foram obrigados a ressuscitar uma lei antiga que proibia oficiais espanhóis de criticarem as operações militares de potências amigas (Cunningham, 1917, p.427). Progressivamente, a estabilização da frente Ocidental e a publicidade popular concedida ao sacrifício militar francês mitigaram o germanofilismo inicial da classe militar espanhola.

Muito apesar da adesão ideológica das Forças Armadas à causa Aliada ou à das Potências Centrais, nunca as mesmas foram um vector de promoção da beligerância. Conscientes da sua insipiência material e da impreparação para a participação num conflito com a carga tecnológica e humana da I Guerra Mundial, as chefias militares sempre optaram por considerarem o conflito como uma oportunidade para a regeneração militar e humana a coberto das necessidades de defesa territorial e colonial (marroquina). Esta aspiração foi, porém, corrompida, entre outros factores, pelo facto das Forças Armadas se instaurarem progressivamente, aos olhos dos vários executivos, como uma ameaça à própria estabilidade governativa e sobrevivência do regime. Para tal contribuiu, em especial, o papel das *juntas de defensa*, a feição proto-sindicalizada da classe militar que se tornaram num veículo de crítica do favoritismo real e da corrupção endémica. Afonso XIII devotou particular atenção à ameaça proveniente das *juntas de defensa*, nomeadamente no pós- Revolução Russa e da subvelação grega (Salvadó, 1999, p. 43). Isto, muito embora, se tenha instituído a tese historiográfica de interpretação das *juntas de defensa* como “*a peacefull prununciamiente within the concept of militar discipline*” (Carr, 1966, p. 500), limitados a objectivos endógenos à classe militar como a denúncia de promoções de oficiais com base em patrocínios e afinidades políticas.

Ainda assim, foi com base na ameaça política colocada pela crescente sindicalização da classe militar que Afonso XIII ordenou ao seu Ministro da Guerra, o General Aguilera, a dissolução forçada das *juntas*, ordem com efeitos contraproducentes no que toca ao recrudescer da contestação militar. Os *junteros*, agora reunidos numa



nova junta central, recusaram a dissolução orgânica e, a 1 de Junho de 1917, apresentaram um *ultimatum* exigindo a imediata libertação dos seus líderes e o reconhecimento oficial das *juntas*, forçando a queda do executivo de Alhucema e a crise política de 1917. Compreende-se, assim, que, ao contrário de um vector de promoção da beligerância, as Forças Armadas espanholas foram a real expressão de um regime em degeneração orgânica, incapaz de capitalizar as oportunidades de regeneração oriundas da neutralidade.

#### **4.1.4. Nacionalismo**

Ao longo de todo o conflito, a imprensa germanófila - e de patrocínio germânico - prosseguiu uma estratégia de apresentação da neutralidade como a mais pura expressão da alma e interesse nacional espanhol, de *Españolismo*. Contudo, a neutralidade espanhola não será tanto uma expressão da independência patriótica espanhola, mas mais um fruto de uma estratégia de sobrevivência e oportunismo. Os decisores políticos espanhóis consideraram o momento como uma oportunidade de regeneração e lucro económico, industrial e diplomático. A melhor expressão deste oportunismo executivo foi o Plano de Reconstrução Nacional, lançado em Setembro de 1916 pelo executivo de Alba. Este Plano de 10 anos de regeneração económica, industrial, militar, naval e cultural, com previsões de despesa pública na ordem de 2,15 milhões de pesetas, seria custeado pela taxaçaõ fiscal dos lucros industriais e comerciais da economia de guerra. Contudo, esta provar-se-ia uma estratégia de curta continuidade, minada pela própria instabilidade generalizada do final de regime da Restauração.

A ter marcado presença no contexto da neutralidade espanhola, o vector nacionalismo foi circunscrito a dimensões regionais, nomeadamente na forma do nacionalismo catalão, representado pela emergência possante da *Lliga Regionalista* que, em Novembro de 1917, haviam já colocado dois ministros em Madrid, em clara ruptura com o rotativismo bipartidário do *turno pacífico* da Regeneração (Salvadó, 2003, p. 893). Datada de 1901, a *Lliga* seria, por altura de 1914, o principal veículo do nacionalismo catalão, nomeadamente no que toca à promoção dos interesses políticos, económicos e industriais regionais face à tradicional onnipotência nacional de Madrid. Em face da I Guerra Mundial, a Catalunha percepcionou, também, um conflito e a neutralidade espanhola como uma oportunidade de crescimento. Ciente do seu peso económico e industrial no contexto espanhol, o nacionalismo catalão recorreu à guerra

como o cenário profícuo para a colocação de pressão sobre Madrid para a obtenção de concessões relativas a uma crescente autonomia administrativa e à participação no processo de decisão executiva nacional, com a colocação de seus representantes no seio do *Governo* espanhol, com a propagação do *slogan* de sustentação de uma feição catalã da nação espanhola “*Per Catalunya i l’Espanya Gran*” (Salvadó, 2003, p. 901). Assim, a única real expressão de nacionalismo no contexto da opção espanhola pela neutralidade foi de origem regional catalã, em contra ciclo com as várias estratégias executivas de Madrid e factor de desagregação e insuficiência política nacional. Nesse sentido, o nacionalismo catalão foi um vector que, em face do seu contributo para a fraqueza institucional do regime, contribuiu para a inevitabilidade da contínua opção de Madrid pela neutralidade.

#### **4.1.5. Imperialismo**

Tal como o vector “nacionalismo”, o “imperialismo” marcou presença no processo decisório da neutralidade pela sua ausência e, em particular, pela orfandade de Império, que, no pós-1898, determinava grande parte da política externa de Madrid. Em 1914, a única expressão de política “imperial” ou “colonial” espanhola limitava-se à menção a espaços coloniais numa lógica de mecanismos de salvaguarda territorial. Esta concepção estratégica atípica para um Estado com séculos de tradição colonial transcontinental enumerava objectivos coloniais na sua periferia territorial para efeitos de defesa territorial da metrópole e salvaguarda do regime. Este foi o caso da estratégica subjacente à presença espanhola em Marrocos.

Foi em Marrocos que, no imediato pós 1898, Madrid procurou relançar a sua dimensão colonial e internacional (Salvadó, 2003, p. 293), coincidindo com um período em que Marrocos se impunha como foco de tensão internacional entre as potências europeias por via da sua posição estratégica no controlo do acesso ao Mediterrâneo. Como tal, a política marroquina de Madrid instaurou-se mais do que um foco de tensão e risco do que assumiu o seu objectivo inicial de composição de uma primeira linha de defesa e abastecimento na periferia metropolitana, bem como o controlo estratégico do Mediterrâneo em concorrência com o Reino Unido e França.

Às tensões associadas ao colonialismo marroquino adicionam-se, ainda, as pretensões espanholas de reversão do cenário português – tanto para efeitos de remoção

de um risco de contágio político republicano e subversivo, como para a revisão da posição portuguesa de *proxy* peninsular britânica – e de abandono britânico de Gibraltar. Foram precisamente esses três elementos coloniais – Marrocos, com a oferta de Tânger francês; Portugal, com a oferta de liberdade de intromissão no cenário político português; e Gibraltar – que Berlim ofereceu a Madrid, em reiteradas ocasiões ao longo de 1915 e 1916, de forma a condicionar a crescente aproximação de Espanha à esfera Aliada. A estratégia alemã de disponibilidade para expansão da dimensão colonial espanhola no pós-guerra provar-se-ia infrutífera. Nem mesmo Afonso XIII – clássico adepto do intervencionismo espanhol em Portugal e do revivalismo colonial espanhol – cedeu à tentação alemã, resumindo as suas ambições externas pós-conflito ao regresso de Espanha ao *core* da diplomacia europeia enquanto facilitador do armistício.

Também os vários executivos nunca assumiram um pendor político de recobro colonial. Ao invés, foi, por vezes notória a vontade de Dato e, posteriormente, de Romanones e de Maura de inauguração de uma política pós-colonial, pelo relançamento da influência política, comercial e diplomática espanhola junto das suas antigas possessões coloniais, numa espécie de criação de esferas de influência pós-colonial espanhola. Esta estratégia focou-se, com maior incidência, na América do Sul e na tentativa de revitalização dos laços bilaterais comerciais e políticos (Cunningham, 1917, p.29 e Galiano, 2010, pp.30-39) com Estados emergentes, como a Argentina. Contudo, a estratégia pós-colonial espanhola havia de falhar pela própria natureza degenerativa do regime político de Madrid e pelas consequências da I Guerra Mundial ao nível da navegação internacional, com a crescente instabilidade de rotas comerciais e afundamento ou apresamento de navios mercantes em trânsito transcontinental.

Podemos, então, concluir que se o “imperialismo” determinou a política espanhola de neutralidade, a sua presença foi maioritariamente de natureza psicológica, na medida em que a recente privação espanhola do seu império colonial americano por meio de uma derrota bélica ruinosa determinou a prudência externa de Madrid e a sua aversão a laivos de expansionismo e intervencionismo externos.

#### 4.1.6. Pressão Mediática e Apoio Popular

Como tão bem sintetiza Álvaro Alcalá Galiano, o biógrafo oficial da neutralidade espanhola, o público espanhol comportou-se perante a I Guerra mundial como uma multidão perante um espectáculo de gladiadores (Galiano, 1915, pp. 25-28), dividindo-se em vagas de apoio entusiástico a cada um dos blocos beligerantes. A declaração espanhola de neutralidade foi recebida com um imediato e unânime apoio ao longo de todo o espectro político espanhol, incluindo no seio dos sectores tradicionalmente detractores do regime. Os socialistas, por exemplo, logo a 1 de agosto de 1914, por via do Comité Executivo nacional do *Partido socialista Obrero Español* (PSOE) e da comissão coordenadora da *Unión General de Trabajadores* (UGT) declararam o seu incondicional apoio à neutralidade espanhola. O mesmo foi declarado pela dissidência regionalista catalã pela voz do líder da *Lliga Regionalista*, Francesc Cambó, que justificou a fidelidade à neutralidade com alusões à incapacidade militar e económica espanhola.

As vozes adeptas da intervenção espanhola, em 1914, resumiram-se ao Partido Radical Republicano, na pessoa do seu líder Alejandro Lerroux, e, de forma muito mais incisiva, ao líder do Partido Liberal e futuro Presidente do Conselho, Romanones que logo classificou a neutralidade espanhola como uma opção política degenerativa e suicida ao longo do editorial não assinado “*Neutralidades que matán*”, publicado no órgão oficial Liberal.

A partir do conforto da condição de espectador neutral, Espanha presenciou uma polarização ideológica da sua sociedade entre adeptos dos Aliados e Germanófilos, inaugurando-se uma verdadeira “guerra civil de palavras” (Meaker, G., 1988, p. 2), que se estendeu aos próprios decisores políticos se recordarmos a preferência de Romanones por uma neutralidade colaborante com o esforço Aliado e os laivos de germanofilismo de Afonso XIII. Nesse sentido, poder-se-á dizer que a Direita conservadora espanhola foi tradicionalmente mais propensa ao apoio às Potências Centrais e a Esquerda liberal à neutralidade colaborante para com o esforço aliado.

Entre a esfera germanófila encontravam-se as hostes mais conservadoras do regime, nomeadamente a minoria *Maurista* e os Carlistas ultraclericais, a elite militar, e o clero juntamente com a elite latifundiária, liderados pela Casa da Rainha-Mãe, a

Arquiduquesa austríaca Maria Cristina. Entre estes germanófilos encontravam-se diferentes graus de admiração ou adesão à causa das Potências centrais, registrando-se, contudo, uma unânime admiração da ordem germânica e a esperança de que uma vitória dos Impérios Centrais fomentasse uma regeneração da tradição monárquica e conservadora europeia, muito apesar de aparentes diferenças irreconciliáveis entre a Espanha católica conservadora e a Alemanha protestante. Já, entre os apoiantes da causa Aliada contavam-se os Liberais – muito embora a opção do seu líder por um rumo à beligerância –, as forças regionalistas catalãs, galegas e bascas, os Republicanos, os Socialistas e a classe média urbana, que reviam numa futura vitória Aliada a consagração dos valores democráticos e progressistas (Salvadó, 2003, p.97).

A elite intelectual espanhola, em particular, dividia o seu apoio entre as duas facções beligerantes. Dramaturgos e escritores como Pardo Bazán, Pérez Galdos, Basco Ibañez e Alcalá Galiano, bem como o historiador Rafael Altamira e Miguel de Uñamunú eram notoriamente adeptos dos Aliados. Já o filósofo Jacinto Benavento e o jornalista José Salvierra pontificavam a produção cultural germanófila.

As Forças Armadas reproduziam, no seu seio, a mesma polarização ideológica. Contudo, ao início do conflito, registou-se uma quase total admiração dos militares espanhóis à eficiência do esforço bélico alemão na gestão bem-sucedida de uma guerra em duas frentes, em contraste com a inicial falência e desagregação do contingente militar Aliado. Este unânime germanofilismo tendeu a mitigar-se com a estabilização da frente e com a progressiva substituição da rápida progressão das ofensivas pela da “guerra de atrito”.

O clero espanhol, muito apesar da natural e endógena aversão ao protestantismo germânico e à violação da Bélgica católica pelas forças alemãs, sempre privilegiou o apoio aos Impérios Centrais, nos quais revia a defesa da ordem, da tradição monárquica e do conservadorismo moral e político, em contraste, por exemplo, com a França republicana. Tal como relatou Cunningham, “*from the most humble and isolated parish priest upward, with a few notable exceptions the clergy is openly pro-German and its members are active agents of the Teutonic cause*” (Cunningham, 1917, p. 428).

O sistema partidário e político, para além da oficial adesão quase incondicional à neutralidade espanhola, também presenciou a mesma fracção da sua realidade em dois

campos opostos. Foi aí que as adesões germanófilas e aliadófilas ganharam escopo e fundamento ideológico. Por exemplo, entre as justificações para a adesão à causa germânica foi comum a referência à necessidade de combate ao Reino Unido, considerado como agente do infortúnio colonial espanhol, desde a destruição da sua Armada até à passividade de Londres na guerra hispano-americana de 1898. Também França era apresentada como uma ameaça à Espanha monárquica pelo seu republicanismo liberal com potencial de expansão para além dos Pirenéus, apontando-se como exemplo o Portugal republicano e caótico. Entre os líderes partidários, Romanones sempre optou pela preferência à aproximação à causa Aliada, apoiado pelo decano conservador Maura, em discurso de 21 de Abril de 1915, com referências à comunhão de interesses entre Espanha, o Reino Unido e França (Cunningham, 1915, pp. 19-20).

Por detrás de uma fachada de aparente imparcialidade, cristalizou-se, em Espanha, um cisma social e ideológico relativo ao apoio às facções estrangeiras que combatiam em solo externo. Muito apesar da natureza paradoxal da situação, a questão de apoio Germanófilo e Aliadófilo tornou-se, entre 1914 e 1918, uma matéria de obsessão nacional, nomeadamente pelo facto da sociedade rever em cada um dos blocos beligerantes uma reprodução externa do próprio cisma político, social e económico que progressivamente separava a sociedade espanhola entre a sua tradição rural e conservadora e a modernidade democratizante e europeísta. Tal como refere Salvadó, este cisma reproduzia “*a verbal clash between two Spains, which was a portent to the real Civil War that still lay a generation in the future*” (Salvadó, 2003, p. 296). Refira-se que esta polarização ideológica espanhola decorreu em paralelo com a crescente degradação das condições socioeconómicas e políticas.

A neutralidade espanhola havia sido, também, fruto da consciência executiva da fragilidade económica do reino. Em 1915, o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros do *Governo* de Dato, o Marquês de Lema, justificava a neutralidade perante o seu Embaixador em Londres como o fruto da forte dependência externa de Madrid face aos blocos beligerantes, para a obtenção de mercadorias comerciais e industriais (Ponce, 2011, p. 59-60). No início do conflito, Madrid ainda procurou a capitalização dos fortes vínculos comerciais externos, reformulando-os para apresentar a Espanha como potência abastecedora de ambos os blocos beligerantes e com um mercado interno desprovido de concorrência de bens importados, no contexto de um

proteccionismo artificial decorrente da guerra. Foi no decurso dessa iniciativa que, durante os primeiros anos da neutralidade, Espanha viveu um curto *boom* económico. A ausência temporária de concorrência externa no mercado interno motivou um forte crescimento industrial espanhol em áreas específicas de produção, como o têxtil, a construção naval e a metalurgia e mineração, para efeitos de consumo endógeno e exportação.

A consequente entrada massiva de ouro foi decisiva para a circunstancial reversão do habitual *deficit* da balança comercial, para o registo de lucros atípicos (Salvadó, 2003 b, p. 895). Contudo, tratou-se de um fomento económico de curta duração e artificial. O forte pendor das exportações e a consequente subida de preços no mercado interno levaram à generalização da actividade especuladora e à criação de fortes disparidades regionais entre polos industrializados e urbanos e a ruralidade agrária. O Norte urbano e industrializado registou um forte crescimento económico e a afluência de vagas de mão-de-obra migrante, mas o Sul agrário e rural foi assolado pela depressão endémica e desemprego. A ausência de vias de comunicações entre estes polos antagónicos – recorde-se que o início da I Guerra Mundial coincidiu com a quase total falência do sistema ferroviário espanhol – agravou uma situação socioeconómica que, pela sua gravidade, ficou historicamente registada como uma “crise de subsistências”, ao qual os vários *Governos* de Madrid procuraram responder pela formação de *Juntas de Subsistências* para a regulação de preços e atenuação de disparidades regionais de abastecimento.

O resultado imediato da crescente disparidade socioeconómica espanhola e da sua rápida industrialização foi a consolidação do movimento sindical, com forte implantação nas principais áreas de prevalência industrial e operária, com o socialismo a prevalecer junto do operariado das Astúrias e do País Basco e com o anarco-sindicalismo a prevalecer junto das massas operárias da Catalunha, Valência e Andaluzia (Salvadó, 2003, b, p.896). Contudo, nem mesmo após a consolidação das facções operária socialista e anarco socialista e a união estratégica das mesmas com o pacto histórico de 17 de Julho de 1916, em Saragoça, entre a UGT socialista e o CNT maioritariamente anarco-sindicalista para o combate às políticas governamentais do Plano de Reconstrução Nacional, nunca a neutralidade foi um foco de contestação sindical (Salvadó, 2003 b, pp.90-93). Apesar da consolidação e fortalecimento da contestação sindical, o foco contestatário da mesma sempre incidiu sobre factores

domésticos, assumindo uma tradicional adesão à neutralidade espanhola decorrente do substrato ideológico pacifista e internacionalista, comum ao ideário socialista e anarco-sindicalista e do compromisso assumido pelo PSOE, na constituição de uma força de oposição real ao regime.

A minoritária classe operária espanhola seria o sector da população activa espanhola mais abstraído da polarização em torno do apoio aos dois blocos beligerantes, facto que poderá ser comprovado pela análise dos breves títulos da imprensa socialista e anarco-sindicalista no Verão de 1914. O mesmo não terá ocorrido no seio dos restantes títulos da imprensa espanhola. A causa Aliada era defendida entusiasticamente no *Heraldo de Madrid*, no *Imparcial*, na *Correspondencia de España*, no semanário *España* e no órgão semi-oficial do Partido Liberal de Romanones, o *Diário Universal*. Já as Potências Centrais viam as suas teses e feitos bélicos reproduzidos no *A.B.C.* – à altura, o principal título da imprensa nacional espanhola –, e nos jornais católicos *Correo Español* e *Debate*. Embora reproduzindo e fomentando a polarização da sociedade espanhola face ao conflito, foram raros os laivos de teses intervencionistas nos principais títulos da imprensa espanhola. Os órgãos de comunicação social tendencialmente próximos da causa Aliada preocupavam-se, maioritariamente, com a refutação da propaganda germanófila e com a defesa da política externa dos executivos de Dato e Romanones. Já os títulos germanófilos dividiram esforços entre o combate a Romanones e a defesa da neutralidade espanhola com a mais pura expressão do interesse nacional espanhol.

Desta forma, conclui-se que, apesar da crescente polarização espanhola em face do apoio a Aliados e Potências Centrais, a opinião pública e os *media* espanhóis assumiram um compromisso com a neutralidade espanhola, sendo raros ou inexistentes menções de apoio a uma possível beligerância espanhola no conflito europeu.

#### **4.1.7. Sistema Político e Decisores Políticos**

A opção pela paz ou pela guerra é uma opção de política executiva. Decerto fundamentada por questões de política externa e alianças, de condições militares de participação no conflito, de vantagens ou desvantagens estratégicas, de interesse nacional ou ressonância popular, trata-se, contudo, de uma decisão tomada pelo executor político com responsabilidades de governação nacional. No contexto do



regime espanhol da Restauração, monarquia assente no rotativismo parlamentar entre Liberais e Conservadores, a decisão política em cenário de guerra reside no Rei e nos vários Governos espanhóis que assumiram o poder entre 1914 e 1918.

Dias após o início das hostilidades europeias o Governo espanhol, na altura detido pelo Partido Conservador e liderado pelo Presidente do Conselho Eduardo Dato – 27 de Outubro de 1913 a 9 de Dezembro de 1915 -, declarou a sua neutralidade, fundamentada na fragilidade militar, política, económica, psicológica e social de Espanha para participar num conflito de dimensão continental europeia. Logo a 25 de Agosto de 1914, Dato justifica a sua opção pela neutralidade em carta a António Maura como a opção necessária, considerando-se a ausência de tratados vinculativos entre Espanha e os blocos beligerantes e a consciência de ambas as facções das fragilidades espanholas, sendo a neutralidade uma solução de agrado à *Entente* e às Potências Centrais (Salvadó, 2003, p. 293). A opção de Dato pela neutralidade incluía, ainda, a esperança e o oportunismo espanhol de conversão do conflito europeu e a neutralidade como o momento oportuno para a regeneração económica, social, militar e diplomática do Reino, nomeadamente enquanto fonte de abastecimento primário e industrial dos beligerantes e Estado facilitador do futuro processo de paz, ambição partilhada pelo Presidente do Conselho e Afonso XIII.

O Rei, antes do início das hostilidades, havia promovido e gerido uma crescente aproximação espanhola à *Entente*, com vista à obtenção de vantagens em Marrocos e, possivelmente, em Portugal. Esta tendência manteve-se nos momentos iniciais da I Guerra Mundial, tendo Afonso XIII surgido como facilitador político no escoamento de recursos minerais e de cavalos para França. Contudo, esta tendência pró-Aliada do monarca foi progressivamente refreada ao longo de eventos basilares para o pensamento estratégico espanhol, como a estabilização da frente europeia e, em particular, a beligerância portuguesa, combinados com o crescente estreitar de vínculos pessoais e diplomáticos entre as Potências Centrais e a Casa Real espanhola. Refira-se, por exemplo, a crescente intimidade do Adido militar alemão em Madrid, o Coronel Kalle, no seio da Corte espanhola. De agente de uma neutralidade espanhola benevolente para com os Aliados, logo Afonso XIII evoluiu para defesa de uma neutralidade estrita e equidistante que relançasse Espanha para o centro da política europeia enquanto facilitadora do processo de paz, em harmonia com as práticas de política externa humanitária e conciliadoras de países com tradição de neutralidade,

como a Suíça e a Dinamarca. Foi na prossecução dessas mesmas funções de mediador internacional que Afonso XIII conduziu uma diplomacia paralela, actuando, por vezes, em directa concorrência e contraciclo com a política externa dos executivos espanhóis. Javier Ponce considera essa mesma diplomacia palaciana paralela de Afonso XIII como factor distintivo da neutralidade espanhola (Ponce, 2011, p. 63).

A neutralidade espanhola, tal como previamente referido, foi recebida com unânime apoio ao longo de todo o espectro partidário espanhol. A grande excepção foi Romanones, à altura líder da oposição Liberal e defensor de uma adesão espanhola à órbita Aliada. O seu citado editorial “*Neutralidades que mátan*” inscreve-se como a melhor fonte disponível para a análise das objecções de Romanones face à estrita neutralidade espanhola. Ao contrário de Afonso XIII, Romanones depositava limitadas esperanças nas oportunidades oriundas da neutralidade e temia um crescente isolamento e distanciamento espanhol no contexto da política europeia. Serão essas mesmas objecções que Romanones transportará para funções executivas quando foi convidado por Afonso XIII a formar Governo. Ao contrário da neutralidade equidistante promovida por Dato, o novo executivo de Romanones – 9 de Dezembro de 1915 a 19 de Abril de 1917 – impôs, gradualmente, uma neutralidade colaborante com os Aliados e orientada para a crescente capacitação militar espanhola em face da realidade da guerra europeia.

A administração do Conde de Romanones coincidiu com o início da face visível da crise de regime em Espanha, marcada, em particular, pela eclosão de vagas de protesto popular oriundas dos sectores operário, militar e da dissidência catalã, e com a polarização da opinião pública espanhola no apoio às facções beligerantes. Foi nesse contexto que Romanones ensaiou uma governação de compromisso com a Regeneração nacional e incompatível com os crescentes agravos das Potências Centrais no cenário doméstico – com a promoção de actos de sabotagem industrial e subversão e com o evidente patrocínio da imprensa germanófila – e externo, com os efeitos devastadores da guerra submarina alemã junto da marinha mercante espanhola.

Nem sempre correspondido junto das capitais Aliadas – que, tendencialmente, preferiam as facilidades oriundas da neutralidade espanhola para efeitos de abastecimento industrial e militar – Romanones prosseguiu uma diplomacia de incursão na órbita Aliada, com crescentes laivos intervencionistas, nomeadamente em face de

momentos cruciais para a disponibilidade da sociedade espanhola para a continuidade da estrita neutralidade, como foi o afundamento do *San Fulgencio*, em 9 de Abril de 1917, o trigésimo primeiro navio da marinha mercante espanhola a ser afundado por submarinos alemães, neste caso em águas territoriais espanholas e na posse de um salvo-conduto alemão. Romanones descreveu o afundamento do *San Fulgencio* como determinante na reconsideração da neutralidade espanhola, nomeadamente considerando-se a dependência industrial e estratégica espanhola face à sua marinha mercante; e pretendeu lançar um ensaio de ultimato à Alemanha, indiciando a possibilidade de ruptura diplomática unilateral em face de novo ataque à sua marinha mercante e consequente confisco de tonelagem equivalente entre os navios alemães fundeados em portos espanhóis. No contexto dos quatro anos da neutralidade espanhola, este seria o primeiro e único esforço executivo de rescisão da mesma por força da acção executiva. Contudo, a preferência de Romanones por um alinhamento espanhol com o esforço aliado incorreu em directa concorrência com a adesão de Afonso XIII à neutralidade equidistante pontuada com momentos de intimidade política com as Potências Centrais, como foi, por exemplo, a presença, no funeral do Imperador austríaco Franz Joseph e posterior reunião com os líderes das Potências Centrais, em Viena.

Foi precisamente a acção de Afonso XIII que, em Abril de 1917, travou as pretensões de beligerância de Romanones, instando-o à apresentação da demissão a coberto da justificação da instabilidade social e económica espanhola. A acção régia operou assim como contrapeso às orientações intervencionistas do executivo, tendo o Rei optado pela constituição de novo *Governo* como solução de recurso para a salvaguarda da neutralidade. Foi particularmente significativo que no próprio dia em que Romanones publicitou a sua resignação, submarinos alemães torpedaram e afundaram um novo navio espanhol, o *Tom*, sem qualquer reacção ou reclamação da parte de Madrid.

O intervencionismo de Romanones corria em contraciclo com a unânime adesão espanhola à neutralidade, com a consciência global das fragilidades espanholas para a incursão num conflito europeu e com as pretensões régias de capitalização da sua acção no teatro internacional. Os executivos que se seguiram ao Consulado do Conde de Romanones até ao final da I Guerra Mundial apenas prosseguiram a política de neutralidade delineada por Dato e confirmada por Afonso XIII não se repetindo

qualquer incidência de ruptura diplomática ou de incursões intervencionistas, muito embora a crescente divulgação da participação alemã em acções de sabotagem em solo espanhol – como a publicitação, pelo *El Sol*, em 1918, do patrocínio alemão às acções directas de grupos anarco-sindicalistas contra unidades industriais – e o constante afundamento de unidades da marinha mercante espanhol por submarinos alemães, num número que ascendeu a 70 afundamentos entre Agosto de 1915 e o final da guerra.

A 10 de Agosto de 1918 o *Ramón de Larriñaga* foi afundado em águas espanholas e os marinheiros espanhóis metralhados enquanto flutuavam junto aos destroços. O Governo espanhol, então liderado por Maura, enviou uma nota de protesto a Berlim, sugerindo a substituição da tonelagem de navios espanhóis futuramente afundados pela Alemanha pelo apresamento de navios alemães fundeados em Espanha. A dureza da resposta alemã, considerando qualquer apresamento de navios alemães como *causa belli* e o consequente silêncio espanhol, espelharam a impotência de Madrid em face do conflito e a sua total adesão dos seus decisores políticos à neutralidade, como uma opção de sobrevivência externa e doméstica.

## 4.2. ITÁLIA: A beligerância negociada

### 4.2.1. Evolução Histórica

Uma das mais elucidativas descrições de Itália no momento de inauguração da I Guerra Mundial pertence a Richard Bosworth que a apresentou sinteticamente como a mais noviça e “a menor das Grandes Potências” (Bosworth, 1983). Considerada como o elo mais fraco da Tríplice Aliança, Roma raramente surgia nos mapeamentos estratégicos e diplomáticos traçados em Viena ou Berlim, algo perceptível, por exemplo, em Julho de 1914, quando nenhum dos Impérios Centrais remeteu para Roma o texto do ultimato austríaco a Belgrado. Tal decorreria, também, da comprovada prematuridade do Estado italiano, ainda em fase de consolidação e congregação interna no pós- *Risorgimento*.

Este pendor prioritário da dimensão interna na política italiana é particularmente perceptível em Junho e Julho de 1914. O atentado de Sarajevo ocorreu quando o público e a classe política italiana se encontram ainda concentrados na digestão da *Semana Vermelha* de Junho de 1914 e das revoltas populares que eclodiram em Emília Romanha e se propagaram às principais cidades italianas, incluindo o levantamento de barricadas no centro de Roma. A *Semana Vermelha* instaura-se, mesmo, como um perfeito exemplo da imaturidade e indisponibilidade cívica italiana, se considerarmos que entre as principais reivindicações das hostes sublevadas encontrava-se a recusa de prestação do serviço militar e laivos independentistas de algumas províncias italianas.

Quando a notícia dos assassinatos de Sarajevo finalmente chega ao público italiano, o mesmo colhe-a, maioritariamente, com um ânimo contido, dada a conhecida aversão de Franz Ferninand às pretensões italianas de recuperação da sua *terra irredenta* sob domínio austríaco. A acalmia romana contrastou profundamente com a consciência europeia de agravamento do cenário de guerra. O próprio Parlamento italiano – essencial para a discussão de questões de paz, guerra e alianças – encerrou para férias de Verão a 5 de Julho.

No sector militar, o início da crise europeia coincidiu com a morte, por ataque cardíaco, do Chefe do Estado-maior, o General Pollio, então substituído pelo General Cardona, igualmente alheado, como o seu antecessor, das considerações dos decisores

políticos italianos acerca da atitude a ser adoptada por Itália em cenário de guerra europeia. Cardona apenas deu continuidade às anteriores ordens do General Pollio relativas à mobilização de todos os efectivos disponíveis, ao envio de quatro divisões para a fronteira francesa, ao envio de baterias de artilharia para os Alpes e de colocação de três divisões em regime de prontidão para incursão no Reno. Apesar da citada iniciativa de mobilização militar, a mesma contrastava com a realidade das Forças Armadas italianas, profundamente comprometidas em número de homens e material pelo empenho nas campanhas coloniais da Líbia e com a falta de correspondência entre a sua dimensão planificada e publicitada pelo poder político de Roma e a sua dimensão e capacidades reais.

A referida mobilização militar contrastava, paradoxalmente, com o imobilismo dos decisores políticos italianos, divididos entre a adesão aos princípios estratégicos da Tríplice Aliança e a opção por uma neutralidade benévola motivada pelas deficiências militares, económicas, políticas e estratégicas italianas. Foi com as últimas em mente que o Primeiro-ministro António Salandra e o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros San Giuliano optaram por uma política de avaliação serena do contexto internacional. Ambos encontravam-se cientes das referidas fragilidades militares, da dependência italiana das importações de carvão provenientes do Reino Unido e do histórico recente de revolta popular no contexto da *Semana Vermelha*. Como tal, San Giuliano – tradicional gestor da actividade estratégica e internacional italiana – optou por ignorar e bloquear o canal de diálogo diplomático com Viena.

Esta opção decorreu, também, da vontade italiana de capitalização do conflito europeu com vista à resolução das questões pendentes relacionadas com a sua *terra irredenta* sob domínio austríaco. Tais pretensões foram uma presença constante no diálogo diplomático entre Roma e Berlim, no contexto do qual os interlocutores italianos enumeraram as *terras irredentas* do Trentino, Valona e a faixa Sul da Albânia como contrapartidas ao esforço militar italiano, tendo solicitado a assistência alemã na remoção dos obstáculos e objecções austríacas à conclusão do projecto de unificação italiana.

Viena sempre se mostrou resoluta em matéria de alheação de território, nunca admitindo a concessão de qualquer contrapartida territorial austríaca. O clima de fricção e adversidade entre parceiros da Tríplice Aliança terá sido, também, uma das principais

razões para a ausência de diálogo bilateral entre Viena e Roma em Julho de 1914 (Hamilton e Herwig, 2004, pp. 193-194).

Em face do texto do ultimato austríaco, os decisores executivos italianos discutiram pormenorizadamente a crise internacional e a inclusão de Itália na mesma. Conscientes das limitações militares, políticas e materiais italianas optaram por uma política de prudência, sustentada na ausência de consultas prévias por parte de Viena e Roma – tal como previstas nos convénios fundadores da Tríplice Aliança – como justificação legal e moral para a imediata neutralidade italiana. Esta opção pela neutralidade poderia, contudo, vir a ser revista em face de compensações significativas, facto imediatamente comunicado aos representantes diplomáticos italianos em Berlim e Viena para posterior divulgação junto dos centros de decisão política local. Nesse sentido, entre a entrega do ultimato austríaco e a eclosão das hostilidades, a 28 de Julho, Salandra e San Giuliano delimitaram uma política hermética de prudência e silêncio, adversa à adopção de posições formais e à publicitação de declarações oficiais. Em paralelo, o poder político italiano prosseguia a sua actividade em aparência de normalidade - o Rei Vittorio Emanuele III, manteve-se ausente de Roma, como seria normal durante o interregno político do Verão – e o *aparatus* militar italiano prosseguia a mobilização de acordo com os parâmetros estipulados no seio da Tríplice Aliança, em vista do envio do Terceiro Exército para o Reno e da reunião de unidades navais italiana, alemã e austro-húngara em Medina.

A neutralidade imediata seria a única opção viável, proposta por Salandra e San Giuliano e promulgada oficialmente, a 2 de Agosto, por Vittorio Emanuele III. A promulgação da neutralidade italiana foi recebida com violento criticismo em Berlim e Viena e com contido júbilo no seio da opinião pública italiana, tradicionalmente adversa à presença de Itália junto do Império Austro-Húngaro, nomeadamente num momento deficitário para a coesão política, económica e militar italiana, em concordância com a interpretação do interesse nacional italiano feita por San Giuliano, que haveria de falecer a 14 de Outubro de 1914, em pleno período de *Intervento*.

Na sequência da promulgação oficial da neutralidade italiana, Salandra e San Giuliano delinearam uma política de análise do interesse nacional italiano no contexto da crise europeia, pesando vantagens e desvantagens da continuidade da neutralidade ou da opção pela beligerância no seio de um dos blocos beligerantes. Este período de

reflexão e análise – posteriormente consagrado como *Intervento* – foi, também utilizado por Roma para o fortalecimento das capacidades militares italianas e com o início de um diálogo diplomático com ambos os blocos beligerantes. Salandra, que veio a acumular temporariamente as funções de conduções da política externa após a morte de San Giuliano, descreveu sucintamente a atitude italiana perante estas negociações com ambas as partes beligerantes, como produto do *sacro egoísmo*. Já com Sidney Sonnino no cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiro, Salandra conduziu a sua política de *sacro egoísmo* particularmente concentrada na obtenção de garantias, por parte de Londres e Paris ou Berlim e Viena, de compensações territoriais no cenário do pós-guerra, nomeadamente, a concessão do Trieste e Trentino, do Sul do Tirol, Istria e parte da Albânia.

No seio da Tríplice Aliança, as funções de captura da beligerância ou da neutralidade cooperante italiana foram asseguradas por Berlim que enviou para Roma o príncipe Bernard von Bülow como seu novo Embaixador, antigo responsável pela política externa germânica, detentor de acesso directo ao núcleo decisório de Berlim e conhecedor do meio político e social romano por via do seu casamento com a filha de um antigo Primeiro-ministro italiano. Bülow assegurou uma relação de intimidade e confiança com a aristocracia política italiana, nomeadamente com o Giolitti, último representante das gerações fundadoras do espírito do *Risorgimento*. À acção diplomática do seu Embaixador em Roma, Berlim aliou actividades encobertas e comerciais de atracção da indústria e opinião pública italianas à causa da beligerância no seio da Tríplice Aliança.

Já a *Entente* prosseguiu uma via predominantemente diplomática e negocial, procurando a auscultação dos anseios italianos de compensação territorial. A esta foram, posteriormente, adicionados estímulos encobertos como a cooptação de pontos cirúrgicos da comunicação social italiana, colocados ao dispor das teses Aliadas.

Contudo, independentemente do peso negocial de ambas as partes sob Roma, terá sido o próprio desenvolvimento bélico do conflito que se inscreveu como vector decisório primordial. No início de 1915, em face da iminência de um ataque Aliado ao estreito de Dardanelos, Roma compreendeu que a declaração imediata da sua beligerância no seio da *Entente* lhe concederia vantagens territoriais em face da previsível derrota otomana. Nesse sentido, a 4 de Março, o Embaixador italiano em



Londres foi mandatado por Roma para encetar negociações com a parte inglesa, à qual foram formalmente apresentadas as compensações territoriais esperadas por Itália como contrapartida à beligerância. Considerando a natureza secundária e marginal das exigências territoriais italianas no mapeamento estratégico inglês e francês e a convicção Aliada de que a beligerância italiana seria determinante para o fraccionamento do esforço militar germânico e austro-húngaro, as negociações entre Itália e a *Entente* decorreram a passo acelerado.

Ciente da existência de diálogo entre Roma e a *Entente*, Viena, pressionada pelo parceiro maioritário alemão, acedeu a entregar o Trentino à administração italiana. Tratou-se de um esforço tardio, pois a 26 de Abril, em Londres, representantes do Reino Unido, Rússia, França e o Embaixador italiano em Londres, Guglielmo Imperiali, firmaram o Tratado de Londres, pelo qual a Itália se comprometia à beligerância no seio Aliado até 26 de Maio de 1915. Em troca, Itália recebia promessas de extensas compensações territoriais no cenário negocial do pós-guerra e um empréstimo imediato de guerra na ordem dos cinquenta milhões de libras esterlinas.

As disposições do Tratado de Londres careciam ainda de confirmação e aceitação no cenário político doméstico italiano, onde a causa da neutralidade prevalecia entre as preferências populares. Este facto seria sobejamente conhecido, tanto pelo executivo de Salandra como pela Casa Real, o que obrigou a um esforço organizado de mobilização da opinião pública italiana a favor da beligerância. Num curto espaço temporal o debate político interno em Itália aproximou-se da polarização ideológica observada em Espanha, com a multiplicação de publicações, eventos e debates em defesa da neutralidade e beligerância.

Em paralelo, o poder político italiano percorreu as necessárias etapas rumo à beligerância como a concessão parlamentar de poderes para a prossecução de uma economia de guerra, promulgada a 17 e 18 de Maio, e uma moção de apoio ao Governo, aprovada, a 20 de Maio, com os votos de todas as bancadas parlamentares, com a excepção do Partido Revolucionário Socialista. Em face do necessário apoio institucional, a mobilização militar italiana iniciou-se a 22 de Maio e o estado de guerra contra o Império Austro-húngaro foi declarado a 24 de Maio. Quase de imediato, 35 divisões italianas, cerca de 400 000 homens, assumiram posições ofensivas ao longo da fronteira austríaca. Em Agosto de 1915, Itália declarou guerra ao Império Otomano; à

Bulgária, em Outubro; e, apenas em Agosto de 1916, à Alemanha, depois de grande insistência Aliada para o efeito.

#### **4.2.2. Alianças e Política Externa**

Uma vez concluída a unificação alemã e reestruturado o mapa estratégico europeu, Berlim focou a sua atenção no estabelecimento de vínculos diplomáticos com o Império Austro-Húngaro - parceiro natural e adstrito à Alemanha por meio do Tratado da Aliança Dual, firmado a 7 de Outubro de 1879 – e com a Rússia, em duas ocasiões frustradas: a constituição da *Dreikaiserbun* ou “Liga dos Três Imperadores”, em 1872, entre a Rússia, a Alemanha e o Império Austro-Húngaro, dissolvida em 1878, com a retirada russa após o Congresso de Berlim; o segundo *Dreikaiserbun*, de 1881, que perdurou até 1887.

Seguiu-se a inclusão de Itália no mapeamento estratégico alemão e, em particular, na sua posição vital para o controlo do Sul da Europa e Mediterrâneo. Berlim capitalizou os agravos italianos face à tomada francesa de Tunes, em 1881, para o inaugurar de negociações diplomáticas entre a Alemanha, o Império Austro-Húngaro e Itália. As mesmas seriam concluídas em 20 de Maio de 1882, com a assinatura da Tríplice Aliança. A Alemanha e o Império Austro-Húngaro propunham-se a assistir militarmente a Itália caso esta fosse atacada pela França, sem provocação prévia, e a Itália assegurava a mobilização militar em face de um ataque francês à Alemanha. O tratado incluía, ainda, uma disposição que referia que caso um dos membros se visse na obrigação de iniciar uma guerra de orientação preventiva contra uma grande potência, os outros parceiros preservariam uma neutralidade colaborante.

Com uma duração prevista de 5 anos, a Tríplice Aliança foi continuamente renovada até à retirada unilateral italiana, em 1915. No decurso do processo negocial de cada renovação, a Itália procurou sempre capitalizar a oportunidade para a obtenção de acrescidas vantagens, nomeadamente no que concerne à garantia do apoio alemão às suas pretensões de reunião, sob a administração de Roma, das populações de língua italiana sob domínio austríaco.

A Itália sempre foi compreendida como o elo mais fraco da Tríplice Aliança, sendo tradicionalmente desconsiderada pelos seus parceiros de coligação e abstraída de

momentos e processos decisórios fulcrais. A título de exemplo, durante a evolução da crise de Julho de 1914, nunca a Itália foi considerada por Berlim ou Viena como um parceiro significativo, não se tendo registado qualquer diálogo bilateral ou multilateral com Roma acerca do conteúdo do ultimato austríaco à Sérvia. Já em 1908, aquando da anexação austríaca da Bósnia-Herzegovina, a Itália não havia sido consultada e, logo desde a adesão italiana ao convénio multilateral, a Itália havia sido considerada pelos seus parceiros como um aliado desprezável e irrelevante (Renzi, 1968, p.1414). Como tal, a apreciação histórica da participação italiana na Tríplice Aliança sempre incluiu referências à desconsideração da relevância italiana pelos demais membros da coligação, mas, também, à irregular e dúbia adesão italiana aos princípios do convénio. Nesse sentido, refira-se que a dualidade e duplicidade exercida pela diplomacia italiana nas negociações com os dois blocos beligerantes em 1914 e 1915 não se tratou de um episódio original. Pelo contrário, a duplicidade diplomática italiana foi uma constante do exercício político romano, nomeadamente desde que San Giuliano assumiu a condução da política externa italiana ao longo de momentos como os exercícios austríacos de anexação da Albânia e as duas crises balcânicas.

Nos referidos contextos, San Giuliano “*saved Italy by having two policies, one for Austria and one for France*” (Bosworth, 1983, p. 127), optando por obter garantias e compensações por parte da Áustria por meio de ameaças de entendimentos com Londres e Paris; e por se aproximar de França e do Reino Unido com promessas de enfraquecimento da Tríplice Aliança. Foi, precisamente, esta agilidade e maleabilidade diplomática que terá logrado o alcance italiano de preciosas compensações nos momentos de renegociação e renovação da Tríplice Aliança, como, por exemplo, a inclusão, em 1891, do Artigo VII referente a vantagens territoriais a serem alcançadas nos Balcãs, nas costas Otomanas e nas ilhas do Adriático e do Mar Egeu.

A questão de *terra irredenta* sempre condicionou a adscrição italiana à Tríplice Aliança e minou qualquer esforço de normalização das relações diplomáticas bilaterais entre Roma e Viena (Joll, 1990, p. 179). Os interesses estratégicos e securitários italianos e austríacos seriam tão irreconciliáveis que, em meados de 1914, San Giuliano escrevia ao seu Embaixador em Viena sobre uma hipotética reconsideração do vínculo bilateral (Pryce, 1954, p. 221).

A adesão italiana à Aliança sempre foi de fidelidade mitigada, condicionada pela premência da *terra irredenta* italiana e, em particular, pela consciência, em Roma, da realidade económica e militar do Estado italiano que se sobrepunha aos vínculos diplomáticos, nomeadamente no que toca aos canais bilaterais de abastecimento industrial entre a Itália, França e o Reino Unido – em particular, o canal britânico de abastecimento de carvão, essencial à actividade industrial italiana – e à consciência italiana da impossibilidade prática de vir a travar uma guerra simultânea contra França por terra e contra a Inglaterra, no mar (Keegan, 1999, p. 244). A mesma conclusão já havia motivado, desde 1902, a inauguração de uma prática diplomática italiana paralela, constituída pela criação e consolidação de um eixo de aproximação a França e à Rússia, mediante o recurso a questões de interesse mútuo e colaborante como a costa balcânica albanesa (Joll, 1990, p. 179).

Em Julho de 1914, alheada do processo de entrega do ultimato austro-húngaro à Sérvia, Roma optou por gerir a situação com vista à maximização de vantagens e redução do risco nacional, tendo iniciado negociações com os seus parceiros com vista ao assegurar de compensações territoriais no pós-guerra ao abrigo do Artigo VII da Tríplice Aliança. É nesse contexto que se inscreve a quase imediata declaração italiana de neutralidade, sedada na tese da natureza exclusivamente defensiva da Tríplice Aliança, tal como declarada por Salandra a 3 de Agosto. Ciente do previsível contributo do exército italiano para a imobilização do avanço francês ao longo da fronteira italiana, Berlim desde logo colocou pressão infrutífera junto de Viena para a abertura de uma via negocial com Roma e para a disponibilização de futuras concessões territoriais a Itália, nomeadamente o Trentino e o Trieste (Massey, 1949, p. 191).

Em face da disponibilidade alemã para pressionar Viena, Roma sempre procurou conduzir as negociações relativas às compensações territoriais pela sua beligerância por via do canal alemão e nunca directamente com o Império Austro-húngaro. Berlim logo acedeu às pretensões italianas e, entre 15 e 30 de Julho, os vários protagonistas alemães – o Chanceler Bethmann Hollweg, o Ministro dos Negócios Estrangeiros von Jagow e o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, von Moltke – tentaram, junto dos seus congéneres austro-húngaros, a anuência de Viena às pretensões italianas (Hamilton e Herwig, 2004, p. 193).

O fracasso dos esforços alemães junto de Viena e a consciência italiana da sua debilidade económica e militar para aderir a uma guerra contra França e Inglaterra foram, assim, os principais eixos decisórios para a imediata neutralidade italiana.

A neutralidade italiana foi recebida com resignação em Berlim e votos de represálias e com reiteradas acusações de deslealdade em Viena (Hamilton e Herwig, 2004, p. 195), contudo tais reacções não obstaram a um contínuo interesse de ambas as capitais na cativação da beligerância ou neutralidade colaborante italiana, ao longo dos nove meses seguintes. A actividade diplomática dos integrantes da Tríplice Aliança concorreu em paralelo com a acção dos membros da *Entente* de atracção da Itália à órbita Aliada. Nas suas relações com ambos os blocos beligerantes, Roma foi dominada pela consciência das suas limitações e dos putativos proveitos resultantes da sua intervenção no conflito. Nesse sentido, conclui-se que, independentemente da multiplicação dos canais de diálogo diplomático, a política externa manteve um núcleo justificativo de coerência, focado, na prossecução do interesse nacional. Este realismo italiano terá a sua melhor expressão em Salandra, quando este declarou o “*sacro egoísmo*” como o veículo prioritário da política externa romana do “*Intervento*”.

Descrita por San Giuliano como uma “política de temporização” (Hamilton e Herwig, 2004, p. 196), o “*Intervento*” italiano foi caracterizado por uma intensa actividade diplomática italiana ao longo de canais paralelos de diálogo com as facções beligerantes, competidores pela intervenção italiana ou, num cenário mais modesto, por uma neutralidade colaborante. Foram, também, de nove meses de intensa preparação militar e económica italiana para um cenário de guerra moderna europeia, com ênfase na modernização e construção naval e mobilização de efectivos reservistas.

A competição de ambos os blocos Aliados e a pressão de ambos junto de Roma para a opção pela beligerância é tradicionalmente contextualizada no seio de uma crença comum nas capacidades do exército e marinha italianas para uma função prioritária de obstrução e sedimentação da progressão militar inimiga na frente Sul europeia, actuando, também, como potência militar regional em áreas secundárias do conflito como os Balcãs e o Mediterrâneo. A gestão italiana do “*Intervento*” recaiu, inicialmente, em San Giuliano e, após a morte deste, em Salandra e no seu novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sidney Sonnino. Apesar dos paralelismos das referidas vias negociais, as mesmas decorreram em formatos profundamente

assimétricos marcadas, por exemplo, pela quase ausência de diálogo negocial directo com Viena. Tal como já observado em Julho de 1914, a Monarquia Dual manteve a sua relutância em assumir quaisquer concessões territoriais relevantes a Itália, muito apesar da contínua pressão alemã para o efeito. Viena sempre operou na tese do seu território como indivisível, temendo que quaisquer concessões a Itália permitissem a multiplicações de demandas de *terra irredenta* por parte de Estados periféricos como a Roménia e consequente desagregação nacional.

As limitações e as resistências negociais que acompanharam os vários meses de diálogo de Itália com os seus anteriores parceiros da Tríplice Aliança foram assinalavelmente mitigadas no canal paralelo de diálogo com a *Entente*, tendo as capitais Aliadas reagido com disponibilidade promissória às demandas italianas.

Em sintonia com a actividade diplomática, ambas as facções mantiveram, ainda, uma intensa acção encoberta em solo italiano, concentrada na captação de apoio político e popular para a respectiva facção beligerante. O esforço encoberto alemão partiu da responsabilidade directa do seu Embaixador em Roma que transformou a sua residência oficial num pólo de atracção e recrutamento da aristocracia local, geriu canais informais de acesso directo aos principais decisores políticos italianos e promoveu um crescente envolvimento económico e industrial entre os dois Estados, nomeadamente por via da concessão de contratos alemães a entidades italianas promotoras da neutralidade como o sector bancário italiano. O mesmo esforço alemão foi duplicado junto do Vaticano, pela acção de sacerdotes alemães ao serviço da sua causa nacional de incentivo à neutralidade colaborante italiana.

Já a *Entente*, à semelhança do observado nos outros casos da Europa do Sul, preferiu uma acção encoberta concentrada na mobilização da opinião pública a favor da causa Aliada. Para o efeito conduziu um esforço lato de recrutamento e gestão dos principais meios de comunicação italianos com vista à disseminação massificada da causa Aliada. Benito Mussolini, à altura editor do órgão socialista *Avanti!* e posteriormente do *Il Popolo d'Italia* foi um dos principais agentes Aliados de mobilização da opinião italiana a favor da *Entente*. Muito apesar de algumas dificuldades inglesas na gestão das ambições italianas de recolha, no pós-guerra, dos despojos decorrentes da desintegração do Império Otomano, estas foram mitigadas ao

longo de um curso diplomático estruturado e preparado pelo *Foreign Office* de *engagement* como Roma (Goldstein, 1989, pp. 339-340).

A acção inglesa decorreu em paralelo com a actividade francesa de aproximação a Roma ao longo de 1915. Paris percepcionou no esforço de atracção da Itália para a *Entente* uma possível resolução para a periferia Sul e mediterrânica da I Guerra Mundial, nomeadamente no que toca à abertura de uma nova frente continental com vista ao *overstretching* das capacidades militares alemãs e austro-húngaras e à resolução de questões periféricas como o vector otomano e a segurança estratégica do Mediterrâneo oriental.

Em face da lata disponibilidade negocial da *Entente* – aliada à tradicional crença dos decisores políticos italianos na inevitabilidade de uma vitória Aliada, nomeadamente após a batalha do Marne - assistiu-se a uma gradual aproximação de Roma à *Entente*, tal como prevista desde Agosto de 1914, por San Giuliano, que deveria incluir oito propósitos basilares: a condução de uma ofensiva naval Aliada contra a frota austríaca; a concessão futura do Trentino e de outras províncias austríacas de maioria italiana; o fraccionamento da Albânia; a concessão de uma parcela do Império Otomano, após a desintegração do mesmo; uma percentagem das indemnizações do pós-guerra; e a participação numa aliança defensiva do pós-guerra (Pryce, 1954, pp. 224-225).

Tanto Londres como Paris sempre assumiram uma atitude de facilitação nas respectivas negociações com Roma, tendo acedido, com variáveis graus de dificuldade, às citadas demandas italianas de capitalização da sua beligerância. Este trajecto culminou com a assinatura do Tratado de Londres de 26 de Abril de 1915, convénio basilar para a finalização do processo italiano de reconversão do seu alinhamento estratégico no sistema continental e para a intervenção italiana na I Guerra Mundial, muito apesar da tradicional preferência da opinião pública italiana pela neutralidade (Pryce, 1954, p. 226). Contudo, a historiografia italiana do pós-I Guerra Mundial tem vindo, igualmente, a frisar a tese de que a adesão italiana à *Entente* representou o culminar de um processo gradual de aproximação de Itália a França e Rússia, que remonta à resolução do diferendo franco-italiano acerca da Tunísia em 1902 e à dissolução das tensões balcânicas entre a Itália e a Rússia com os Acordos de Racconigi de 1909, de evidente inspiração anti austríaca (Renzi, 1968, pp. 1414-1416).

Para o sucesso desta via de pacificação foi crucial a actividade diplomática inglesa que sempre operou como um facilitador do diálogo entre as partes como, crescentemente, assumiu uma posição de polo de aconselhamento e direcção da política externa italiana. A própria opção italiana pela imediata neutralidade no conflito foi apenas promulgada após consulta junto de Londres e como refere Renzi, “*no Italian government could risk Britain’s displeasure*” (Renzi, 1968, p. 1418).

O Tratado de Londres foi, igualmente, a consagração do sucesso da duplicidade diplomática italiana e consequente exploração das fragilidades e empenho de ambos os blocos. Extensamente criticada pelas suas táticas dilatórias e duplicidade negocial a diplomacia paralela italiana logrou, assim, a maximização do interesse nacional tal como seria interpretado à data pelos seus decisores políticos. O próprio texto do Tratado de Londres reproduz, na sua quase totalidade, o conteúdo da nota negocial italiana de 4 de Março na qual Roma oficializava as suas pretensões territoriais: todo o Trentino; o Tirol Sul até ao Estreito de Brenner; uma retificação das fronteiras no Isonzo; a Ístria; o Trieste; a Dalmácia; e o porto albanês de Valona, para além de dividendos ao nível da redistribuição dos impérios coloniais. A quase total aceitação das condições italianas, após a remoção das iniciais das objecções russas relativas às nacionalidades eslavas incluídas nos territórios reclamados por Itália, resultaram na beligerância italiana a partir de 26 de Maio de 1915 que colocou fim a duas décadas de oscilação da política externa italiana entre os dois blocos antagónicos.

#### **4.2.3. Militarismo**

Um dos principais motivadores da neutralidade italiana foi a consciência das suas fragilidades. Como referiu Taylor, em 1914, a Itália “*hardly climbed into the ranks of the Great Powers*” (Taylor, 1954, p. xxviii). Desde a sua adesão à Tríplice Aliança, o contributo militar italiano para a coligação havia sempre sido considerado em consonância com as suas limitações materiais e humanas e orientado para um esforço bélico periférico e subalterno, tradicionalmente devoto à contenção ou dispersão da iniciativa terrestre e naval francesa (Kennedy, 1984, p. 149).

Ainda assim, desde 1907, Roma havia aumentado o período de serviço militar obrigatório, adquirido 500 motorizadas para a Cavalaria, inaugurado uma escola de aviação e uma capacidade aérea composta por oito esquadrões. Contudo, a Itália nunca



conseguiu promover um crescimento da indústria militar capaz de sustentar as pretensões de crescimento bélico. Para a dimensão prevista da mobilização italiana a produção mensal de cerca de apenas 2 500 espingardas obrigou ao equipamento dos efectivos com armamento antiquado e limitado. Para todo o Exército, italiano, existiam apenas 618 metralhadoras e a Itália seria a única grande potência incapaz de conduzir um prolongado bombardeamento de artilharia pesada, dois elementos essenciais no contexto da I Guerra Mundial. A Infantaria italiana, por exemplo, apenas em 1916 passou a contar com o uso de capacetes (Tucker, 1999, p. 373).

Existiria, ainda, a crença disseminada de que parte significativa das capacidades militares italianas apenas existiria no planeamento do seu Estado-maior. Dos 36 regimentos de artilharia previstos, 10 apenas existiriam em papel e apenas haveria equipamento suficiente para cerca de 730 000 dos 1 260 000 dos homens previstos em caso de mobilização geral do *Regio Esercito* (Hamilton e Herwig, 2004, p. 192). Os efectivos mobilizados seriam maioritariamente oriundos do Sul rural, local com meros cinquenta anos de adesão à Coroa italiana, e desprovidos de treino operacional e bases educacionais, ainda assim comandados pela elite militar italiana proveniente do antigo Reino da Saboia (Keegan, 1999, p. 246). A mesma situação repetia-se para o quadrante naval, tendo o Chefe do Estado-maior da Armada previsto, em 1914, que a distância entre as capacidades navais italiana e da Inglaterra e França seria tão acentuada que a Marinha italiana seria incapaz de prosseguir as tarefas elementares de protecção costeira contra incursões de artilharia naval inimiga.

Juntamente com a natureza ficcional do planeamento inscrevia-se o facto das capacidades militares italianas se encontrarem em completo *overstretching* por via do crescente empenho militar na campanha da Líbia. Dos 350 000 efectivos italianos, cerca de 60 000 encontravam-se estacionados em solo líbio, na companhia de munições, artilharia, mantimentos e apoio logístico de campanha (Hamilton e Herwig, 2004, pp. 191-192). Acresce a estes números o dado qualitativo de que, para efeitos de brio nacional, Roma havia empenhado na campanha líbia o melhor e mais avançado dispositivo militar ao seu dispor, agora geograficamente afastado da frente europeia. Desta forma, muito apesar dos esforços pós-1907 para a modernização das capacidades militares italianas com a introdução, por exemplo, do serviço militar para um período de 2 anos, em 1914, a Itália era ainda uma potência bélica menor (Fromkin, 2004, p. 84).

A total consciência das limitações bélicas italianas encontrava-se bastante premente no processo decisório de San Giuliano e de Salandra, bem como uma tradicional desconfiança face ao *aparatus* militar e às projecções decorrentes do corpo de oficiais. Neste sentido, é possível concluir-se que o militarismo não só não constituiu factor promotor da neutralidade, como sempre se impôs como um vector de desincentivo à beligerância. Na sequência da neutralidade italiana, em Outubro de 1914, foi por exemplo, publicitado o relatório oficial do Ministério da Guerra que sustentou a decisão governamental de Julho e que considerava o exército incapaz de vir a participar numa guerra europeia até à Primavera do ano seguinte (Pryce, 1954, p. 227).

Contudo, uma das principais facetas do enquadramento governamental italiano foi a compartimentação do processo decisório político face ao quadrante militar, com as dimensões política e militar a progredirem em vias paralelas e contrárias de acção. Esta dicotomia disfuncional foi particularmente perceptível em Julho de 1914. O Ministério dos Negócios Estrangeiros nunca informou os responsáveis militares da eminente opção pela neutralidade ou dos próprios termos da Tríplice Aliança no que se refere a hipotética *causus foederis*. Isolado no contexto castrense, o Estado-maior italiano prosseguiu os preparativos de mobilização e adesão às responsabilidades italianas no seio da Tríplice Aliança. Disso mesmo assegurou o General Pollio aos seus congéneres alemães e austro-húngaros. A estes, Pollio e, posteriormente, Salandra prometeram a mobilização de contingentes para o Reno e Alsácia a partir da quarta semana de mobilização, bem como estudaram a hipótese de participação italiana numa ofensiva contra a Rússia e Sérvia. Ainda em Janeiro de 1913 o General alemão Alfred von Waldersee havia visitado Roma para a harmonização das capacidades militares italianas junto do esforço alemão. No planeamento da execução militar da Tríplice Aliança, unidades Italianas como o Terceiro Exército mobilizado rumo ao Reno, o bloqueio do Mediterrâneo por unidades navais e contingentes posicionados nos Alpes e em progressão pelo Sul de França constituíam um contributo menor e periférico, mas, ainda assim, contabilizado no planeamento total da Tríplice Aliança, assente na rapidez de mobilização geral, vector descrito por Kissinger como a base operacional da Aliança (Kissinger, 2002, p. 174).

A dicotomia assimétrica entre as dimensões política e militar perdurou durante o "*Intervento*", embora se tenha registado uma pressão activa dos principais oficiais do

Exercito e da Armada para a beligerância italiana. Ainda assim, dificilmente se poderá enumerar o militarismo como um vector decisório da beligerância italiana.

À data da assinatura do Tratado de Londres, a Itália contava com uma força nominal de 1 058 000 homens, 35 divisões de Infantaria, 4 divisões de Cavalaria, 4 grupos de tropas alpinas e 60 000 dos seus melhores efectivos e equipamento na Líbia. Uma vez beligerante, coube à Itália o ónus da sua frente fronteiriça com o Império Austro-húngaro, a região montanhosa do Tirol aos Alpes. Tratava-se precisamente da *terra irredenta* tão insistentemente demandada por Roma, daí que o planeamento italiano tenha privilegiado um esforço de penetração pelo território austríaco através do Isonzo, onde Cardona concentrou o principal número de efectivos e equipamento para a batalha de Junho de 1915 que resultou num impasse (Keegan, 1999, pp. 246-247).

As limitações das capacidades militares italiana ficaram também vincadas no decurso da Batalha de Carpioretto, de Outubro e Novembro de 1917, quando forças alemãs e austro-húngaras conduziram uma ofensiva que rompeu as linhas italianas e progrediu cerca de 100 km para lá das mesmas, colocando fim à presença militar italiana no Isonzo, com perdas devastadoras: 40 000 mortos e feridos, 275 000 homens tomados como prisioneiros, bem como vastas perdas ao nível de munições e artilharia. O resultado final foi a aniquilação de um terço do exército italiano e a substituição do General Cardona pelo General Armando Diaz. No final da Guerra, apesar da Itália se incluir entre as hostes vitoriosas, nunca se cumpriu realmente o pronuncio de Salandra de inscrição dos militares italianos mobilizados para o conflito europeu entre os heróis da independência e do *Risorgimento* (Salandra et alli, 1916, p. 23).

#### **4.2.4. Nacionalismo**

Para Itália, o nacionalismo enquanto vector em estudo assumiu-se como uma questão de reagrupamento nacional e de recurso à I Guerra Mundial como oportunidade para a conclusão do seu capítulo histórico do *Risorgimento* e de reunião da nação italiana sob a administração de Roma. Nesse sentido, a resolução das demandas italianas pela sua "*terra irredenta*" foi, possivelmente, o principal elemento motivador para a ruptura com a Tríplice Aliança e para a posterior beligerância. Recorde-se que, em 1914, a Itália era não só a menor como uma das mais jovens de todas as Potencias,

Como refere Pryce, por altura do início das hostilidades europeias o Reino de Itália era um Estado "*young and immature*" (Pryce, 1954, p. 219).

Na consciência popular e política italiana, o projecto do *Risorgimento* pendia como suspenso pela sobrevivência de minorias italianas periféricas sob jugo estrangeiro, nomeadamente sob administração austríaca. A "*terra irredenta*" era uma questão sempre presente no ideário político doméstico e externo italiano, comprometendo qualquer política de maior intimidade bilateral entre Roma e Viena. Era difícil aos decisores italianos advogarem e assumirem qualquer incursão política que imprimisse um cunho de falência ou de comprometimento ao projecto de reunião nacional. Apesar da prolongada convivência austro-húngara e italiana no seio da Tríplice Aliança nunca se assistiu a uma total normalização das relações bilaterais (Joll, 1990, p. 179). Refira-se, a título de exemplo, que Roma recebeu a notícia do assassinato de Franz Ferdinand com regozijo, tanto na via pública, como nos corredores do poder. Em Sarajevo, mais do que um reputado italianóforo, havia sido assassinado o líder de uma nação inimiga, um "tirano" subjugador de minorias italianas.

Durante o "*Intervento*", todo o diálogo diplomático de Roma com os dois blocos beligerantes sempre foi gerido com vista a obtenção das máximas compensações territoriais. Este vector perduraria, mesmo, nas negociações do pós-guerra, em Versalhes, onde a comitiva italiana continuou a prática de extracção das mesmas compensações territoriais em troca pela sua aceitação das condições negociais. Como narra Macmillan, nas próprias vésperas da chegada da delegação alemã a Paris para a Conferência de Paz, a delegação italiana ameaçou retirar-se caso não fossem reconhecidas as suas pretensões ao porto de Fiume, no Adriático (Macmillan, 2002, p. 279). O vector "nacionalismo" considera-se, assim, como tendo sido preponderante no processo decisório italiano, tanto no contexto da sua imediata neutralidade, como para a posterior opção negociada pela intervenção no conflito.

#### **4.2.5. Imperialismo**

As principais ambições estratégicas e externas do jovem Reino de Itália no contexto da I Guerra Mundial sempre se concentraram na resolução da sua "*terra irredenta*" e na obtenção de um *footing* relevante no Adriático e Mediterrâneo (Salandra *et alli*, 1916, p. 134). Contudo, tal incidência estratégica na nacionalidade não impediu a

presença de uma ambição colonial e imperial italiana, ainda que com um cunho e relevância decisória secundária. Prova disso mesmo foi a campanha líbia de 1911, especificamente orientada para coincidir com as comemorações do *Cinquantennio*.

Assim, para além da imediata periferia, as ambições imperiais italianas abrangiam a Córsega, Malta, Nice, Montenegro, a Albânia e o Norte de África. Neste contexto, Roma manteve uma estratégia orientada para a progressiva inclusão destes territórios no seio da sua esfera de influência, mediante acção diplomática junto da Tríplice Aliança e em contactos directos como membros da *Entente* como a Rússia, sobre os Balcãs, e com França, sobre Marrocos, pelo Acordo Prinetti-Barrere de Junho de 1902. Contudo, os acentuados custos humanos e materiais e a natureza temporal prolongada da campanha líbia haveria de limitar as mesmas ambições imperiais de início de Século, como em 1896 a derrota italiana contra o Imperador etíope Menelik II em Adowa haviam refreado os projectos coloniais finisseculares. O próprio sucesso dúbio da aventura líbia obrigou a uma inusitada urgência italiana na renovação da Tríplice Aliança, em Dezembro de 1912 de forma a Roma assegurar a manutenção do seu estatuto internacional. Desta forma, em Julho de 1914, as ambições coloniais e o projecto imperial italiano seriam um vector secundário e de relevância limitada no mapeamento das prioridades políticas de Roma, tendo perdurado, ainda assim, até o Artigo 13 do Tratado de Londres, onde Roma recebeu anuência Aliada face as suas pretensões coloniais na Líbia, Eritreia e Somália, caso a Inglaterra e a França vissem seus impérios coloniais alargados pela absorção de colónias alemãs.

Em Roma, a gestão das mesmas ambições coloniais seria assegurada pelo Ministério das Colónias que, no decurso da neutralidade e do *Intervento*, havia delineado um programa de enunciação das pretensões coloniais italianas no pós-guerra. Este plano deveria enquadrar a dimensão colonial das negociações do executivo italiano com ambos os blocos beligerantes (Hess, 1963, p. 105), tendo sido o resultado directo da acção do Ministro das Colónias, Pietro Bertolini, a partir de contactos exploratórios com a Inglaterra com vista a uma nova hipotética iniciativa italiana na Etiópia, em 1913, após a morte de Melenik II. O plano resultante constitui o sumário das várias aspirações coloniais italianas que, em 1914, com o início da I Guerra Mundial, conheceram um novo ímpeto, agora sob a responsabilidade do novo Ministro das Colónias Ferdinando Martini. Por essa altura, as pretensões coloniais de Roma incluíam parte da Somália francesa; o controlo da linha ferroviária até Addis Abada; o Kismayu; um corredor

italiano entre a Eritreia e a Somália; um acordo com Londres relativo à Arábia e às colónias africanas portuguesas; a obtenção de Kassala, no Sudão; e a continuidade da esfera de influencia italiana na Etiópia (Hess, 1963, 107). Este plano perduraria fraccionado em oito memorandos do Ministério das Colónias ate 1916, altura em que foi condensado num documento único já orientado para o pós-guerra e apresentado pelo Ministro das Colónias, Gaspere Colosimo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros como a arquitectura do futuro Império Africano Italiano.

Porém, no enquadramento político doméstico, o projecto colonial italiano seria maioritariamente circunscrito ao Ministério das Colónias e à diminuta estrutura intelectual e académica promotora das ambições coloniais. A sua relevância no seio dos eixos prioritários de decisão política, nomeadamente junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros seria assinalavelmente diminuta e subalternizada. Este facto decorreria da própria consciência dos principais decisores políticos, nomeadamente San Giuliano e Salandra, da difícil realização do mesmo. Adicionalmente, a avaliação historiográfica deste planeamento colonial tem vindo a concluir que o mesmo detém feições de algum irrealismo estratégico. Um exemplo do mesmo seria o interesse estratégico nas colónias africanas portuguesas, nomeadamente em Angola, que correria em contraponto aos interesses estratégicos ingleses, facto, desde logo, compreendido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (Hess, 1963, p. 112). Consequentemente, conclui-se que, embora existente em 1914, o projecto imperial italiano não havia ainda assumido proporções de relevância política suficiente para a sua inclusão enquanto vector primordial para a opção italiana pela beligerância no seio da *Entente*.

#### **4.2.6. Apoio Popular e Pressão Mediática**

O eclodir da I Guerra Mundial coincidiu com um período particularmente conturbado da política doméstica italiana, nomeadamente no que toca a reiterada expressão popular de reivindicações e ideário ideológico, tal como foi observável ao longo da "*Semana Vermelha*" de Junho de 1914 quando hostes populares revolucionárias se revoltaram em Emilia e Romagna num movimento que se estenderam aos principais pólos urbanos e cujo saldo repressivo contabilizou elevadas baixas humanas. Entre as principais reivindicações populares da "*Semana Vermelha*" incluía-se a objecção ao serviço militar obrigatório e ímpetos independentistas de vários antigos

núcleos soberanos do Reino de Itália. Ambos os vectores são tradicionalmente referenciados como indícios da imaturidade política de Itália (Hamilton e Herwig, 2004, p. 191). A curta distância temporal entre o sucesso da repressão governamental da revolta popular de Junho e a crise de Julho de 1914 justificou parte da reacção de passividade da opinião pública italiana face ao desenrolar da crise, ainda maioritariamente concentrada no enquadramento doméstico.

Para além de um contido regozijo popular e dos votos oficiais de pesar pela morte de Franz Ferdinand, a opinião política italiana desde logo concordou maioritariamente com a opção de Roma pela neutralidade. Seria comum a percepção das insuficiências materiais e humanas italianas para a participação num conflito continental moderno, bem como seria diminuta a disponibilidade popular para o alinhamento de Itália com o Império Austro-húngaro. A contínua latência da questão da "*terra irredenta*" e a consciência geral das limitações das Forças Armadas italianas tornaram, assim, a opção pela neutralidade numa política com ampla ressonância popular (Renzi, 1987, p. 19), comum, também, a todas as forças políticas, incluindo os habituais contestatários Socialistas Revolucionários, e a toda a imprensa italiana.

No decurso da assinatura do Tratado de Londres os decisores italianos tinham total consciência da necessidade de inversão da opinião popular italiana, ainda maioritariamente favorável à neutralidade. Em Abril de 1915 Salandra conduziu um ensaio de sondagem popular que terá confirmado a prevalência da popularidade da neutralidade (Hamilton e Herwig, 2004, p. 198). Imediatamente após a assinatura do Tratado de Londres a iniciativa governamental de mobilização popular a favor da neutralidade tornou-se organizada e visível, bem como a crescente polarização da sociedade italiana entre apoios à neutralidade e beligerância.

A grande maioria das fileiras intelectuais assumia publicamente a sua preferência pela beligerância junto da *Entente*. Um grupo de intelectuais, liderado pelo neto de Garibaldi, terá mesmo partido para combater na frente Ocidental, integrado na Legião Estrangeira francesa. No pólo oposto, o Partido Socialista Italiano mantinha-se fiel à sua aversão ideológica à guerra, tendo vindo a conduzir o debate político a favor da neutralidade. O antigo editor do órgão de informação socialista, o *Avanti*, Benito Mussolini, contudo, trocou publicamente de campos e assumiu-se como arauto do intervencionismo a partir do novo jornal *Popolo d'Italia*, alegadamente financiado, de

forma encoberta, pela Embaixada francesa. Fora das margens do cenário político italiano, o “centro” político italiano, tanto na sua feição conservadora e católica, como na dimensão burguesa e industrial, dividiu as suas preferências pelos dois blocos beligerantes, sem particular adesão a qualquer projecto beligerante (Joll, 1990, p. 203).

Progressivamente, a mobilização popular a favor da intervenção tornou-se mais activa e profissionalizada, com a multiplicação de palestras, manifestações ou ataques a representações diplomáticas, consulares e comerciais do Império Austro-húngaro. Particularmente desde o regresso do poeta Gabriele D'Annunzio do seu auto-imposto exílio francês, que a mobilização popular a favor do intervencionismo assumiu, também, um cunho romântico. Esta fase de fundamentação do intervencionismo no romantismo do *Risorgimento* coincidiu com o voto parlamentar de 17 de 18 de Maio que facultou ao Executivo a autorização para o lançamento de uma economia de guerra (Hamilton e Herwig, 2004, p. 199). Para o sucesso da estratégia executiva de modelação da opinião pública italiana terá sido determinante o serviço prestado pela propaganda moderna enquanto veículo de persuasão popular. Como tal, entre 1915 e o fim das hostilidades europeias assistiu-se a um intenso *output* de propaganda de cunho intervencionista (Row, 2002, p. 140), que se especializou durante a participação italiana no conflito. Neste contexto, a beligerância italiana foi apresentada como um veículo de incremento à coesão nacional italiana, momento profícuo para constituição de uma consciência nacional (Row, 2002, p. 169) em face de um inimigo externo.

#### **4.2.7. Sistema Político e Decisores Políticos**

Em Junho de 1914 a monarquia constitucional italiana encontrava-se enquadrada pela Constituição da Sardenha de 1848 que, no seu Artigo 3, referia que o poder legislativo seria exercido conjuntamente pelo Rei e pelo Senado e Câmara de Deputados, enquanto que o poder executivo em caso de guerra, tal como referido no Artigo 5, recaía individualmente no Rei, comandante supremo do Estado e das Forças Armadas, ao qual se adicionava o poder régio de empossar e demitir *Governos* (Artigo 65). Em face do supra referido, em Julho de 1914, Vittorio Emanuele III gozava de vastos poderes executivos e, na teoria constitucional, deveria recair sobre o mesmo o ónus da condução da política italiana em cenário de guerra. Contudo, o monarca italiano



era um figura eminentemente de orientação política doméstica, sendo reputado o seu desdém pelas actividades diplomática e militar (Renzi, 1987, p. 1425).

Terá sido por essa razão que, entre 1914 e 1915, a principal faceta do monarca foi a sua recorrente ausência física de Roma - passaria a maior parte do seu tempo nas propriedades de Castelporzano e Piemonte - e o seu afastamento do processo decisório (Hamilton e Herwig, 2004, p. 185), o que terá chegado mesmo a justificar algumas dúvidas relativas à estabilidade psicológica do Rei, havendo registos de um hipotético colapso nervoso e de um historial médico de problemas neurológicos (Bosworth, 1979, p. 49). Ainda assim, cumpre referir que Vittorio Emanuele III manteve como prioridade do seu reinado a preservação doméstica da monarquia e sempre indiciou uma preferência pela aproximação italiana a Paris - provada pelo seu apoio aos Acordos franco-italianos de 1902 e 1904 - e uma tradicional aversão à Tríplice Aliança, visível na recondução do executivo de Salandra, a 16 de Maio de 1915, momento em que a neutralidade deteria ainda minoritário apoio popular (Tucker, 1999, p. 724).

O processo decisório recaiu então no Governo em funções, nomeadamente nas figuras do Primeiro-ministro e do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em Março de 1914 o Primeiro-ministro Giovanni Giolitti havia abandonado o executivo em face da pressão popular devido às dificuldades da campanha Líbia. Giolitti foi substituído por Antonio Salandra, oriundo da elite latifundiária do Sul de Itália e com reduzida experiência política e executiva (Pryce, 1954, 220). Em face da sua inexperiência no planeamento e condução da política externa, tais funções foram assumidas por San Giuliano, Ministro dos Negócios Estrangeiros, oriundo da nobreza siciliana e um dos rostos mais ilustres e tradicionais da elite política italiana, com um currículo que incluiu funções como diplomata. Coube a Salandra e a Giuliano a imediata declaração de neutralidade e o inaugurar do período de "corajosa serenidade" na política externa italiana, nas palavras do segundo (Hamilton e Herwig, 2004, p. 193).

San Giuliano, foi o arquitecto do processo italiano de abandono da Tríplice Aliança e de inauguração do período de ponderação estratégica. Consciente da insipiência militar do Reino, da sua fragilidade externa no que toca a importação de bens primários essenciais a partir de França e do Reino Unido e da impopularidade de uma beligerância italiana no seio da Tríplice Aliança, San Giuliano conduziu uma diplomacia prudente, orientada já para a extracção do máximo de concessões e garantias

territoriais a Viena, por via do seu diálogo bilateral com Berlim. Coube-lhe a formulação do argumento da neutralidade italiana, sedado na natureza defensiva da Tríplice Aliança. Desta forma, o Ministro dos Negócios Estrangeiros concebeu e inaugurou o *Intervento*, tendo falecido, contudo, a 16 de Outubro de 1914, no decurso já do diálogo diplomático paralelo com os dois blocos beligerantes. Embora ausente do momento de declaração da beligerância, San Giuliano terá sido um decisor fulcral para o lançamento e gestão da neutralidade italiana (Pryce, 1954, p. 219)

O percurso rumo à beligerância foi assegurado por Salandra e Sidney Sonnino, ambos com limitada experiência diplomática, mas profundamente empenhados na maximização do interesse nacional no contexto de guerra. A Sonnino coube, em especial, a gestão do processo negocial com a *Entente* rumo ao Tratado de Londres e a temporização do mesmo face aos prazos italianos de mobilização e preparação militar. Já a Salandra coube a gestão doméstica da beligerância, nomeadamente no que toca a construção de mecanismos de mobilização da opinião pública e de obtenção de garantias políticas junto das duas Câmaras e, em especial, de Vittorio Emanuele III.

Conclui-se, assim, que o trajecto italiano da neutralidade à beligerância foi um processo político personalizado e concertado nos principais decisores políticos, conscientes das limitações e ambições estratégicas italianas e orientados para a gestão do binómio político interno/externo com vista à melhor prossecução do interesse nacional no contexto da I Guerra Mundial, primeiro por via do abandono dos seus laços de solidariedade multilateral e, posteriormente, por via da beligerância junto da *Entente*.

### 4.3. GRÉCIA: A beligerância imposta

#### 4.3.1. Evolução Histórica do Caso Grego

No decurso da crise europeia de Julho e Agosto de 1914, a Grécia sempre foi um actor secundário, sem participação directa no *core* decisório da política europeia e com uma relevância estratégica secundária e periférica. À imagem de Itália, Atenas também foi observando a espiral rumo à Guerra pelo prisma da política doméstica e em vista da prossecução do seu interesse nacional. Foi com o mesmo em mente que, logo em Agosto de 1914, assumiu a neutralidade, embora recorrendo à desagregação do Principado da Albânia para a ocupação das províncias fronteiriças albanesas, em Outubro de 1914.

Também à imagem do reino italiano, a Grécia era um Estado recente<sup>1</sup> e detinha vínculos diplomáticos que poderiam justificar a sua beligerância, nomeadamente o seu acordo bilateral de 1913 com o Reino da Sérvia que referia que, em face de um ataque búlgaro à Sérvia, a Grécia assumiria o auxílio bélico desta. Foi com base nesta disposição que o então Primeiro-ministro grego, Eleftherios Venizelos, optou por uma política externa declaradamente pró-Aliada e orientada para a futura intervenção grega no conflito junto da *Entente*. Para a prossecução deste objectivo, Venizelos orientou toda a execução política doméstica e internacional rumo à beligerância, nomeadamente por via da criação e gestão de instrumentos de mobilização pública para a causa Aliada e pela obtenção de garantias de assistência militar e política junto de Londres e Paris.

Contudo, o empenho intervencionista do Primeiro-ministro e respectivo Governo contrastou com a declarada preferência da Casa Real grega por uma neutralidade próxima dos Impérios Centrais. O Rei Constantino I detinha uma afinidade política e familiar com os Impérios Centrais, sendo cunhado do Imperador alemão e tendo cumprido a sua formação militar no seio do Exército prussiano. Constantino I assumiu-se, assim, como a principal força de bloqueio à política intervencionista do executivo de Venizelos e como a face da retracção grega ao esforço diplomático de *engagement* das potências Aliadas e da refutação grega das disposições do citado

---

<sup>1</sup> O Reino da Grécia havia inaugurado o seu capítulo de unificação nacional em 1821 com a sua declaração de independência, alcançada em 1827 e 1829 com a assistência militar franco-britânica-russa no combate às forças egípcias e otomanas. Entre 1829 e 1914 encetou-se um esforço declarado de expansão das fronteiras nacionais, com a inclusão sucessiva de territórios insulares, de forma isolada ou no contexto das Guerras Balcânicas de 1912-1913.

Tratado bilateral com a Sérvia, advogando que a presença de grandes potências na equação anulava o espírito do mesmo.

A oposição da Casa Real à beligerância proposta pelo executivo de Venizelos promoveu uma crescente fractura institucional entre as duas sedes de poder grego que terminou, em Outubro de 1915, com a demissão forçada do Primeiro-ministro, na sequência imediata da entrada e fixação de uma força expedicionária franco-inglesa em solo grego. A partir de Outubro de 1915, a Grécia passou a ser um Estado neutro que, contudo, albergava uma base Aliada em Salónica. A neutralidade grega assumiu, contudo, contornos de extrema assertividade no seu diálogo com os membros da *Entente* - incluindo reiterados episódios de confrontos com as forças Aliadas estacionadas em Salónica, como foi o caso da "*Noemvriana*", com confrontos entre contingentes gregos e franceses em Atenas, em Novembro de Dezembro de 1916 - e de publicitada complacência para com os Impérios Alemão e Austro-húngaro e para com a Bulgária, a quem cedeu, por exemplo, em Maio de 1916, a posição fortificada de Rupel.

Afastado de funções executivas desde Outubro de 1915, um ano mais tarde Venizelos regressou à vida política grega com um golpe de Estado falhado, em Outubro de 1916, orientado para a recuperação do ímpeto intervencionista grego. Em face do insucesso do mesmo, Venizelos recuou para Salónica onde, sobre protecção Aliada, proclamou a formação de um *Governo* alternativo grego. Assim, a partir de finais de Outubro de 1916, a Grécia passou a ter duas sedes de poder com um posicionamento dicotómico face à I Guerra Mundial: um Governo de iniciativa monárquica e pro-germânico, em Atenas; e um Governo provisional e pró-Aliado, em Salónica.

Apesar da recorrente fricção no relacionamento de Atenas com as Potências Aliadas, mesmo durante momentos críticos como a "*Noemvriana*" de 1919, Constantino I sempre gozou da protecção e da solidariedade monárquica providenciada pelo Czar russo no seio da *Entente*. A sua remoção do poder grego teve, então, de aguardar pelo eclodir da Revolução Russa e consequente extinção da monarquia russa. Na sequência da mesma, em Junho de 1917, a pressão de Londres e Paris obriga à abdicação de Constantino I, substituído no trono pelo seu filho Alexandre. Em paralelo, com o directo apoio aliado, o *Governo* provisional de Venizelos assume responsabilidades nacionais e, a 30 de Junho de 1917, declara a guerra aos Impérios Centrais. Como o último estado beligerante da Europa do Sul, a Grécia ainda teve tempo, contudo, para integrar as

forças franco-inglesas na Frente Macedónica, nomeadamente em combates contra a presença búlgara em solo grego e búlgaro, como as batalha de Skra di Legen, em 30 de Maio de 1918, e de Doiran, em Setembro de 1918.

#### **4.3.2. Alianças e Política Externa**

De todos os casos em análise, a experiência grega será aquela em que o contributo prestado pelos vínculos e diálogo externos serão mais pronunciados nas opções nacionais de política externa, da neutralidade à beligerância. Trata-se, deste modo, do caso mais complexo da Europa do Sul no que toca a avaliação do referido vector. Esta complexidade decorre do facto de, embora incluída no contexto europeu, as considerações estratégicas gregas, em 1914, seriam particularmente focadas na sua periferia mediterrânica e balcânica, orientadas em face dos desenvolvimentos ocorridos em solo búlgaro e otomano, seus principais rivais pela relevância regional. Por outro lado, decorrente da particular relevância estratégica do seu posicionamento geográfico, a lealdade e beligerância grega foram intensamente disputados por ambos os blocos beligerantes que procuravam junto de Atenas a resolução regional do conflito.

Contudo, até 1914, a Grécia encontrava-se desprovida de laços de afinidade diplomática com qualquer uma das Grandes Potências. O seu principal objectivo de política externa passaria pelo engrandecimento nacional a partir da crescente reconfiguração do Império Otomano. Para a prossecução do mesmo, na primeira década do Século XX, Atenas incrementou a sua relação bilateral com a Bulgária e, em 1912, aderiu à Liga Balcânica, tendo combatido as forças otomanas nas duas Guerras dos Balcãs.

O sucesso militar e o incremento territorial que resultou da participação grega nos conflitos balcânicos condicionaram a política externa grega à continuação do projecto de expansão nacional até à inclusão de toda a nacionalidade grega sob a administração de Atenas. Este projecto de unificação grega - apelidado de “*Megale idea*” - influiu consideravelmente na política externa pró-Aliada e intervencionista de Venizelos, que considerou a I Guerra Mundial como uma oportunidade para, com o apoio político e militar aliado, novos ganhos territoriais gregos e para a elevação da Grécia a condição de potência regional.

O alinhamento pró-Aliado de Venizelos sempre foi a máxima declarada da sua política externa, orientada para a inclusão da Grécia na órbita da *Entente* (Hamilton e Herwig, 2004, p. 179), nomeadamente por meio de um diálogo contínuo com Paris e Londres. Esta tendência pró-Aliada ganhou, ainda, renovada ênfase com a beligerância, a partir de Novembro de 1914, do Império Otomano junto dos Impérios Centrais. A beligerância otomana permitia a Atenas considerar absorver parcelas territoriais otomanas no pós-guerra e em caso de vitória Aliada.

Tanto Paris como Londres compreenderam os objectivos nacionais promulgados por Venizelos e procuraram uma contínua aproximação a Atenas com vista à obtenção de apoio regional para o esforço de guerra. Contudo, a relevância estratégica da Grécia para o bloco aliado só se inscreveu como vital após a campanha anglo-francesa dos Dardanelos, em Fevereiro de 1915, na sequência da qual a participação militar grega na Frente Macedónica poderia ser fulcral para a ruptura das defesas inimigas. Para assegurar a participação grega, Sir Edward Grey recorreu a promessas de cumprimento de todo o ideário de unificação territorial grego, nomeadamente com a anexação de territórios na Ásia Menor resultantes da desagregação otomana. Para Londres, em particular, a Grécia tinha uma redobrada relevância estratégica em face da desintegração do Império Otomano e consequente vácuo de poder regional. No planeamento de Londres, a Grécia surgiu como uma alternativa viável para a estabilização do Mediterrâneo Este e como passível *proxy* inglesa na região (Goldstein, 1989, p. 339).

Ainda assim, todos os esforços da *Entente* para a atracção e mobilização do executivo de Venizelos para a adesão ao bloco aliado foram infrutíferos dada a prevalência de uma forte predisposição neutral e pró-germânica no seio da Casa Real. Para além de uma acção contínua de diálogo diplomático com Atenas, Berlim e Viena beneficiaram, especialmente, de uma preferência tradicional de Constantino I e seu séquito pelos Impérios Centrais e pela cultura germânica, bem como da crença do monarca na inevitabilidade de uma vitória da Tríplice Aliança.

A profunda relevância do sistema de alianças no caso grego será, ainda, evidente no seu contributo para a reformulação da política doméstica. A filiação dos dois pólos do sistema político grego - o Governo e o Rei - em cada um dos blocos beligerantes determinou a formação de um cisma político que ficou conhecido como

"*Ethnikos Dikasmos*" e que inclui duas resignações forçadas de Venizelos e, por fim, a constituição de dois Governos gregos paralelos, apenas diferenciados pela respectiva preferência face ao conflito.

Para a materialização desse cisma nacional, em Outubro de 1916, com a formalização do Governo de Salónica, muito contribuiu a fixação de forças Aliadas em solo grego, um ano antes, com a autorização de Venizelos. A presença do contingente anglo-francês em Salónica, ao contrário do previsto por Venizelos, tornou-se uma questão de afastamento de Atenas da *Entente*, promovendo uma crescente polarização do debate político doméstico que resultou na constituição de duas sedes paralelas de poder.

O caso grego foi, também, o único em estudo onde os blocos beligerantes assumiram uma intervenção directa na vida política local, nomeadamente com a intervenção militar anglo-francesa no apoio ao Governo de Salónica. Com o objectivo claro de unificação do poder grego sob a égide de Venizelos, as forças Aliadas iniciaram, em Dezembro de 1916, uma incursão militar em Atenas que foi recebida com uma grande oposição defensiva do contingente realista e de milícias populares, tendo sido obrigadas à retirada com levadas baixas humanas.

Em 10 de Junho de 1917, em face do impasse na frente balcânica e da retirada russa do conflito, Londres e Paris ensaiaram nova ofensiva rumo à beligerância grega. Em face da ameaça de uma invasão Aliada de Atenas, Constantino I foi obrigado a abdicar, sendo removido o único entrave à beligerância grega que foi formalizada uns meros vinte dias depois por Venizelos. Enquanto último Estado europeu a participar na I Guerra Mundial, a beligerância grega, mais do que tardia ou inusitada, foi o resultado directo da pressão exercida por um dos blocos beligerantes para o efeito. Mais do que actuarem mediante vínculos diplomáticos ou paralelos, no caso grego, a *Entente* assumiu o ónus da condução política doméstica mediante um exercício de ocupação militar e de apoio continuado a um *Governo* proponente da beligerância grega no seio da *Entente*. Neste sentido, a beligerância grega, tal como declarada a 30 de Junho de 1917, foi o resultado directo e gerido da *Entente*.

### 4.3.3. Militarismo

De todos os vectores em análise, o "militarismo" será, possivelmente, o principal ausente entre as motivações da beligerância tardia grega. Em 1914 a Grécia detinha uma capacidade militar considerável para o seu enquadramento regional e com experiência de combate ao longo das duas Guerras dos Balcãs, nas quais enfrentou inimigos com capacidade bélica similar. Ainda assim, as forças armadas gregas, nas suas dimensões humana e material, encontravam-se ainda muito distantes dos níveis de modernização e profissionalismo apresentado pelas principais potências.

Tanto chefias militares como políticas gregas encontrar-se-iam, em 1914, totalmente cientes da citada fragilidade militar grega (Dakin, 1972, p. 193). Venizelos pretendia-a compensar com a integração das forças gregas no contingente aliado sediado em solo grego e condensar o esforço militar grego em confrontação com inimigos regionais com paridade bélica. Já a Casa Real e restante facção de pendor neutral e pro-germânico recorreram a alusões da insipiência militar grega como justificação para a refutação da beligerância. O grosso do contingente militar grego, nomeadamente no que se refere ao corpo de oficiais superiores, estaria também em sintonia com a opção de Constantino I pela neutralidade, nunca propondo a intervenção na I Guerra Mundial como uma oportunidade para a recolha de glórias militares.

A referida aversão das chefias militares a beligerância manteve-se ao longo do cisma nacional grego. Por exemplo, aquando da iminente beligerância grega no contexto da campanha Aliada dos Dardanelos, tal como proposta por Venizelos, a oposição à intervenção foi assumida tanto por Constantino I como pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o General Ioannis Metaxas, também este de formação germânica. A consonância de preferência pela estrita neutralidade entre o monarca e o sector militar foi perene ao longo da polarização política grega. As Forças Armadas, com a excepção minoritária de alguns oficiais pró-*Entente* responsáveis pelo golpe frustrado de Agosto de 1916, assumiram sempre uma lealdade para com o Rei tendo assumido a defesa do mesmo durante o *pucht* intervencionista de 1916 e no contexto da coexistência de dois *Governos* gregos.



A fidelidade dos militares gregos à causa régia e à neutralidade terá sido tão acentuada que, aquando da unificação do poder grego sob Venizelos, em 1917, foi necessário ao novo executivo dismantelar todas as Forças Armadas e constituir um novo aparato militar afecto ao regime, com apoio material e doutrínario inglês. Este facto justificou o atraso na materialização da beligerância grega, adiada até Maio de 1918 (Tucker, 1996, p. 321). Compreende-se, assim, que, no caso grego, houve uma total ausência do vector "militarismo" enquanto veículo para a beligerância. Ao invés, as Forças Armadas gregas comportaram-se maioritariamente como um obstáculo institucional à intervenção na guerra, tendo sido obrigatória a sua remoção para a prossecução do projecto de Venizelos.

#### **4.3.4. Nacionalismo e Imperialismo**

No caso grego, os referidos vectores terão de ser analisados em conjunto, pois a Grécia, apesar de desprovida de um projecto colonial mantinha ambições imperiais, nomeadamente por via da unificação da nacionalidade grega sob o domínio de Atenas e da elevação do reino grego à condição de potência regional e europeia.

Muito à imagem das aspirações nacionais italianas, também a beligerância grega assume como principal motivador a resolução da questão latente da sua *terra irredenta*. Mais do que vantagens económicas ou estratégicas, o projecto de Venizelos pretendia colocar a beligerância grega no contexto aliado como instrumento para a conclusão do processo de unificação grega e para a defesa das conquistas territoriais da última década face às pretensões da Bulgária e otomanas. Assim, nas considerações intervencionistas, a inclusão da Grécia na *Entente* seria a forma mais profícua de materialização e defesa da *Megale idea*, ou seja, da unificação grega com a defesa das conquistas passadas e obtenção de novos domínios de maioria grega como o Chipre, o Dodecaneso italiano e partes do território búlgaro, albanês e otomano (Hamilton e Herwig, 2004, p. 178). Tal como em Itália, para a Grécia, o projecto de unificação nacional assumiu-se como o ideário e o substrato ideológico da beligerância, em paralelo com a predisposição natural de Venizelos para o apoio a *Entente*. Por outro lado, o brio nacional grego veio a constituir um dos principais factores de adiamento da beligerância grega. A presença de um contingente aliado em Salónica, a partir de Outubro de 1915 foi interpretado pela maioria da população grega como se tratando de

uma ocupação militar hostil por parte da *Entente* e uma intromissão anglo-francesa na política interna grega. Como tal, ao contrário do previsto por Venizelos, a presença do contingente aliado a Salónica tornou-se um factor de promoção das teses neutrais pro-germânicas e de incremento do apoio popular de Constantino I que terá mesmo referido que "*I will not be treated like a native chieftain*" (citado em Keegan, 1999, p. 275) e ordenado que o exército grego mantivesse um cordão de segurança em redor do acampamento aliado. Em face do referido, o "nacionalismo" e as pretensões imperiais gregas assumiram um contributo dicotómico para a definição da política externa grega na I Guerra Mundial, por um lado promovendo a beligerância junto da *Entente*, por outro, fomentando uma crescente aversão aos ocupantes ingleses e franceses

#### **4.3.5. Pressão Mediática e Apoio Popular**

A supracitada presença militar Aliada terá condicionado, ainda, o apoio popular e mediático aos intentos beligerantes de Venizelos. Embora consecutivamente reeleito nas eleições legislativas, Venizelos sofreu uma crescente erosão da sua popularidade junto do eleitorado grego como resultado da sua acção de mediador da fixação de forças militares estrangeiras em solo grego.

Nos contextos da definição da política externa grega e do Cisma Nacional, o povo grego apoiou maioritariamente Constantino I e a política de neutralidade. Ao contrário do registado em Itália e Espanha, na Grécia não se observou uma polarização da massa popular em face do posicionamento grego na I Guerra Mundial. Um exemplo da refutação popular da beligerância e da *Entente* foram os consecutivos episódios de confrontação física entre populares e milícias armadas e os contingentes Aliados estacionados em Salónica. Recorde-se que a primeira incursão militar Aliada em Atenas, em Dezembro de 1916, foi frustrada pela acção tanto de unidades militares leais ao monarca como pela intervenção, em massa, do povo ateniense armado. Como tal, a beligerância grega declarada em Junho de 1917 foi uma opção política desprovida de popularidade doméstica e de pressão mediática para o efeito.

#### 4.3.6. Sistema Político e Decisores Políticos

Em 1914 a Grécia era regida por uma monarquia constitucional incipiente, à imagem dos seus congéneres da Europa do Sul. A Constituição permitia um sufrágio limitado para as eleições legislativas que privilegiava o eleitorado urbano e instruído, que assegurava a regular rotação entre os partidos Liberal e Conservador por funções executivas. Por altura do início das hostilidades europeias o Partido Liberal encontrava-se no poder, na forma de um *Governo* dirigido pelo seu líder Eleutherios Venizelos. Venizelos e os seus apoiantes assumiram as responsabilidades de condução da política intervencionista, sendo a beligerância grega de 1917 o produto da insistente acção destes no cenário doméstico - enquanto no poder em Atenas e, posteriormente, em Salónica - e no contexto externo, por via da construção de canais de aproximação a Londres e Paris. Nesse sentido, os "decisores políticos" foram um vector determinante para a beligerância grega, apenas limitada pela acção antagónica do monarca.

Igualmente enquanto "decisor político", Constantino I, com o lato apoio das Forças Armadas, foi o outro pólo do diferendo institucional grego, actuando a favor da neutralidade helénica apesar da crescente pressão externa e dos intentos do *Governo* eleito. Constantino I agiu em consonância com o interesse nacional grego, tal como percepcionado por si e por uma maioria da população: a Grécia não se encontrava preparada para uma guerra moderna e as disposições do Tratado bilateral com a Sérvia não se aplicavam ao caso (Leontaritis, 1940, 71).

A este facto acresceu a própria aversão do monarca a Venizelos, que sempre interpretou como um déspota ingénuo, ao serviço da *Entente*; e os seus laços familiares e biográficos de familiaridade com o Império Alemão (Cruttwell, 1991, p. 231). Constantino I havia estudado na Universidade de Heidelberg e na Academia Militar de Berlim, tendo inclusive servido, como oficial superior, na infantaria prussiana. Era, também, casado como a Princesa Sofia, irmã do Kaiser e intimo deste. Podemos, assim, concluir que a acção dicotómica dos dois pólos decisórios do sistema político grego condicionou, consideravelmente, o peso detido pelo vector "decisores políticos" na opção grega pela beligerância. O efeito de impasse decorrente do Cisma Nacional apenas seria revertido a favor da beligerância mediante a intervenção determinante de Paris e Londres no apoio a Venizelos e ao *Governo* paralelo de Salónica.

## **4.4. PORTUGAL: A beligerância esforçada**

### **4.4.1. Síntese Histórica**

Logo desde o primeiro dia das hostilidades europeias, a I Guerra Mundial, em Portugal, tornou-se vector de polarização generalizada que se prolongou ao longo da própria estrutura governamental. Este facto contrastou com o genérico desinteresse da população nacional pela progressão continental europeia rumo à guerra durante o Verão de 1914<sup>2</sup>. No seio do Governo e do funcionalismo público diplomático, à imagem do resto da sociedade portuguesa informada, desde logo delinearam-se duas correntes divididas acerca da posição a ser assumida por Portugal no contexto da guerra europeia. Bernardino Machado, à altura Presidente do Ministério, secundado por João Chagas, então representante de Portugal em Paris, preferiam a beligerância; já o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, e diplomatas como o Embaixador português em Londres, Teixeira Gomes, optavam por uma política de salvaguarda e reserva nacional, circunscrita aos termos da Aliança Inglesa.

Foi nesse contexto de polarização que foi definida a imediata posição de Portugal perante a Guerra, tendo Londres actuado como pêndulo entre as duas referidas facções. Logo a 3 de Agosto, na sequência de indicações urgentes de Lisboa para o efeito, Teixeira Gomes acordou com Londres que a posição portuguesa na guerra seria definida em íntima cooperação com o aliado inglês, tendo o Governo inglês reiterado que se responsabilizaria pela defesa do território português face a um ataque alemão, mas solicitando a Lisboa que refreasse a declaração formal de neutralidade, procurando, assim, maximizar as vantagens decorrentes da neutralidade portuguesa. Ainda assim, e em evidente contraposição face às preferências inglesas, cresce no seio governamental português uma preferência pela beligerância, particularmente concentrada na defesa do território colonial e de participação militar no teatro bélico europeu. Foi com base na esperança numa eminente solicitação inglesa para a beligerância portuguesa que, ao longo de 1914 e 1915, Lisboa respondeu de forma afirmativa e diligente a todas as solicitações inglesas, independentemente do risco decorrente para a salvaguarda da neutralidade: abrigou e abasteceu navios ingleses, permitiu o trânsito de unidades

---

<sup>2</sup> Refira-se, por exemplo, que a questão da progressão rumo à guerra encontra-se maioritariamente secundarizada na imprensa nacional, mesmo entre títulos generalistas de maior tiragem como o *Diário de Notícias* e *O Século*. Refira-se que ambos os títulos, ao longo de Julho de 1914, tendem, mesmo, a desconsiderar a matéria.

inglesas por Moçambique, serviu de ponto de abastecimento inglês de produtos primários, chegou, mesmo, a fornecer armamento à África do Sul.

Londres não só equacionou as vantagens decorrentes da forma dúbia da neutralidade portuguesa como antecipou as desvantagens de uma beligerância enquadrada pelo vínculo bilateral. Consciente da insuficiência material e humana das Forças Armadas e da insalubridade das contas públicas portuguesas, a Inglaterra deduziu que Portugal dificilmente seria um parceiro bélico determinante e que seria seu o ónus de custeamento da economia de guerra portuguesa.

Outro óbice aos ímpetos intervencionistas foi o enquadramento destes no cenário mediterrânico, onde um Portugal beligerante poderia desregular o enquadramento estratégico regional e forçar a beligerância espanhola ou italiana junto das Potências Centrais.

Muito apesar das objecções inglesas, em Setembro de 1914, a beligerância nacional conheceu a sua primeira oportunidade de materialização, na forma de um pedido francês de cedência de 36 baterias de peças de artilharia de 75mm, exemplo raro de equipamento moderno detido pelas Forças Armadas nacionais que haviam sido adquiridas no final da Monarquia à *Schneider*. O pedido enquadra-se no contexto do final da mobilização geral francesa, mas também numa maior disponibilidade estratégica para a cedência à beligerância portuguesa. Paris considerava que um Portugal beligerante poderia ser um impulso para a entrada de Itália e Espanha na órbita Aliada.

A facção intervencionista portuguesa, desde o primeiro momento, compreendeu o pedido francês como uma oportunidade para a beligerância, tendo procurado maximizar os seus termos. O Ministro da Guerra, mediante alusões ao brio militar nacional, desde logo se opôs a qualquer cedência de peças sem os respectivos artilheiros. Porém, em face da promoção da coesão nas Forças Armadas e para as restantes Armas se sentirem incluídas na empresa bélica, a única solução seria o envio de uma Divisão. Desta forma, Lisboa explorou um pedido de venda de 36 baterias e transformou-o no planeamento do envio para a frente europeia de cerca de 8 mil homens e respectivos serviços, oriundos dos vários ramos das Forças Armadas. Neste momento, o Governo português foi igualmente hábil na gestão das condicionantes da relação entre a Inglaterra e França, tendo Londres optado por não obstar ao pedido francês. Ainda

assim, consciente da incapacidade prática portuguesa de imediato envio de uma força expedicionária para o teatro europeu, a Inglaterra preferiu uma estratégia de adiamento da beligerância nacional, aconselhando Portugal a enviar, de imediato, as peças de artilharia e a refrear a declaração de guerra à Alemanha, adiada para quando a referida Divisão estivesse em condições de partir para a frente.

Embora se tenha tratado de uma evidente manobra inglesa de adiamento da beligerância nacional, o Governo de Bernardino Machado entendeu-a como uma oportunidade para a materialização da beligerância no contexto da Aliança Inglesa, tendo apresentado a demissão com vista a constituição de um Governo de unidade nacional, projecto republicano inclusivo para o contexto de guerra, encabeçado, a partir de Dezembro de 1914 por Victor Coutinho. A rápida criação das condições políticas externas e internas propícias à beligerância contrastou, contudo, com a popularização desta no meio militar, onde se multiplicam tendências de apoio ou oposição à beligerância nacional. Um grande número de oficiais do Exército, conscientes das profundas limitações técnicas, materiais e humanas do seu ramo opunha-se à beligerância, nomeadamente no contexto europeu e preferia a manutenção do *status quo* de neutralidade colaborante com o esforço Aliado.

O envio das peças de artilharia para França - que, segundo o planeamento do executivo de Bernardino Machado, seria o prenúncio para a beligerância portuguesa - coincidiu com a crescente dissociação de sectores nacionalistas face à beligerância. Para além da fragmentação do consenso no seio militar, também nas fileiras republicanas se repetiram indícios de polarização. Em Dezembro de 1914, Brito Camacho, líder dos Unionistas e personagem fundamental para a criação de uma aura de unidade em torno da beligerância nacional, expressa a sua oposição a uma intervenção forçada, defendendo a necessidade de concentração de esforços militares na defesa colonial e em limitar o envolvimento europeu aos termos precisos das solicitações inglesas.

À cisão unionista sucede uma crescente consciência popular de rejeição do projecto beligerante e do monopólio executivo do Partido Republicano Português<sup>3</sup>. A 20 de Outubro já se havia registado uma frustrada sublevação de fundamento anti-

---

<sup>3</sup> O Partido Republicano Português (PRP), herdeiro do Partido Republicano Português da vigência monárquica, actuará sob a mesma designação, mesmo após a cisão Evolucionista e e Unionista de 1912. Ainda assim, e apesar da não renomeação do partido, a partir da data citada, os seus membros passaram a ser citados como “democráticos” em contraponto aos seus pares republicanos “evolucionistas” e “unionistas”.

intervencionista nas unidades militares de Mafra e Bragança, reprimida violentamente pelo Governo. Em Janeiro de 1915, os Oficiais de Cavalaria 3, em vésperas da partida da unidade para Angola, ensaiam nova sublevação apenas contida pela pronta intervenção do Comando militar regional. No campo político, Brito Camacho impôs-se como a face do movimento anti intervenção, tendo os deputados unionistas rejeitado os respectivos mandatos e colocado o executivo de Victór Hugo Azevedo Coutinho em face de uma generalizada oposição ao seu projecto beligerante.

O Governo marcou eleições para Março de 1915 com vista à solidificação da sua base de apoio e legitimidade política, assegurada pelo controlo da máquina eleitoral que privilegiava uma maioria do PRP. Contudo, o executivo de Victor Hugo não sobreviveu até Março, tendo caído perante nova sublevação militar. Em finais de Janeiro, um grupo de oficiais das unidades lisboetas foram removidos dos respectivos postos devido a suspeitas de oposição à intervenção portuguesa no teatro europeu. Em solidariedade com os visados, oficiais de Infantaria 5 iniciaram uma revolta e oficiais de Cavalaria 2 ensaiam um simbólico protesto de entrega de espadas ao Presidente da República, tendo sido detidos a meio do percurso. A detenção do elevado número de oficiais contribuiu para o extremar de posições no seio militar e a 22 de Janeiro, Machado Santos - o "herói da Rotunda" do 5 de Outubro e insuspeito de qualquer preferência monárquica - deslocou-se ao Palácio de Belém e entregou simbolicamente a sua espada a Manuel de Arriaga, seguido por cerca de duas centenas de oficiais. Perante a onnipresente oposição ao Governo, Manuel de Arriaga optou pela pacificação política mediante iniciativa presidencial, ao convidar o General Pimenta de Castro a formar um executivo propositadamente apartidário e de salvação nacional.

O novo Governo era maioritariamente composto por militares e desde logo optou por uma política de conciliação e de remoção das opções radicais da gestão do PRP. As eleições foram adiadas para Junho, de forma a se criar tempo para a minimização do controlo "Democrático" da máquina eleitoral, tendo-se, por exemplo, alargado o direito de voto a oficiais e sargentos das Forças Armadas; criou-se um novo clima de tolerância face a monárquicos que permitiu a rápida multiplicação de centros monárquicos e o regresso do exílio dos principais implicados nas revoltas monárquicas, como Paiva Couceiro; e promoveu-se o regresso da normalidade à vida católica nacional, com a não aplicação das disposições da Lei da Separação.

No plano externo, o Governo de Pimenta de Castro reverteu a política Democrática de prossecução da beligerância, tendo optado por assumir uma neutralidade em sintonia com as pretensões inglesas, tendo, inclusive, determinado, em Março de 1915, o fim do processo de mobilização da divisão expedicionária, com a excepção das unidades destinadas ao espaço colonial africano. Contudo, a base primordial de apoio do Governo de Pimenta de Castro era o sector conservador das Forças Armadas, nomeadamente do Exército, que se provaria incapaz na oposição à estratégia ofensiva do PRP. Logo em Março, Afonso Costa e Bernardino Machado reuniram, no Palácio da Mitra, uma Assembleia parlamentar paralela e apelaram ao derrube de um Governo que classificavam como ditatorial.

A estratégia radical de Afonso Costa contava com o apoio revolucionário de um grupo de jovens oficiais das Forças Armadas - posteriormente apelidados de "jovens turcos" - e de milícias populares armadas. A conspiração radical materializou-se no golpe militar de 14 de Maio de 1915, quando unidades navais sedeadas no Tejo foram tomadas por uma força revolucionária comandada por Leote do Rego e deram o sinal para a tomada dos principais pontos da capital por um movimento composto por civis armados e militares de patente baixa. Incapaz de oferecer uma oposição determinante ao movimento revoltoso, o Governo optou pelo firmar de uma trégua de compromisso, habilmente utilizada pelos primeiros para a remoção de Pimenta de Castro mediante a multiplicação de pressões junto de Manuel de Arriaga para a constituição de um executivo de unidade nacional, então entregue a António José de Almeida.

Com o final dos combates militares na capital, a 15 de Maio, iniciou-se o período mais violento do golpe com a perseguição e repressão generalizada a todas as entidades e indivíduos com laivos ou suspeitas de simpatia monárquica ou de colaboração com a "ditadura" de Pimenta de Castro. O golpe de 14 Maio seria mais sangrento e violento que o 5 de Outubro, com um balanço final estimado de uma centena de mortos e de meio milhar de feridos. A violência militar e popular foi tão pronunciada que instou as principais reapresentações diplomáticas estrangeiras em Portugal a solicitar assistência militar aos seus Governos para salvaguarda das respectivas colónias residentes em Portugal, mas também, para o assegurar das prioridades estratégicas. Logo a 17 de Maio registou-se a entrada no Tejo de uma esquadra espanhola, seguida por cruzadores inglês e francês.



O Governo provisório, em coligação com a acção presidencial, assegurou a gestão nacional até às eleições de Junho de 1915 que foram naturalmente vencidas pelo PRP, que passou a dominar mais de dois terços de ambas as câmaras parlamentares. O novo Governo foi entregue a José de Castro e dominado pelos “Democráticos”, embora a participação minoritária do Partido Evolucionista promovesse a aparência de um executivo de unidade nacional para o contexto de guerra. De regresso ao poder, a facção radical democrática retomou o curso intervencionista. O agravar do cenário económico-social doméstico sustentou uma crescente ênfase governamental na beligerância, compreendida como a solução para a obtenção de fontes de financiamento externo na forma de linhas de crédito inglesas.

A estratégia intervencionista do PRP ganhou adicional apoio com a eleição, em Agosto de 1915, de Bernardino Machado para a Presidência da Republica, criando-se uma maioria institucional de apoio à beligerância. Em Novembro de 1915, com a demissão de José de Castro foi constituído novo Governo de iniciativa presidencial agora liderado por Afonso Costa e declaradamente orientado para a beligerância. A estratégia radical lucrou, sobretudo, com as alterações do cenário externo. A adesão, em Maio de 1915, de Itália à *Entente* havia consolidado o domínio aliado no Mediterrâneo, refreando-se a prudência estratégica de Londres e Paris face à Península Ibérica, nomeadamente no que concerne à influência de uma hipotética beligerância portuguesa junto da neutralidade espanhola. O crescente monopólio aliado no controlo de acessos ao Mediterrâneo contrastou, contudo, com o agravamento da guerra submarina alemã que, a partir de 1915, passou a visar, sem restrições, as rotas mercantes de abastecimento das ilhas inglesas e os portos franceses. Ambos os factores foram determinantes para a crescente flexibilização da posição inglesa face a insistente vontade portuguesa de beligerância que, a partir de Novembro de 1915, passa a dominar a actividade do Embaixador Teixeira Gomes junto do *Foreign Office*.

Para a concretização do projecto intervencionista, Lisboa necessitava obrigatoriamente de uma solicitação inglesa ao abrigo da Aliança. Só esta solução asseguraria a abertura de linhas de crédito, o auxílio à preparação e deslocação da força expedicionária e a salvaguarda da assistência militar na defesa territorial e colonial. O elemento determinante para o sucesso da estratégia radical encontrava-se sedado nos portos nacionais desde o início das hostilidades europeias. Em Agosto de 1914 um elevado número de navios da marinha mercante alemã haviam-se refugiado em portos

nacionais ao abrigo da neutralidade portuguesa. Com o crescente sucesso da guerra submarina junto das linhas Aliadas de abastecimento marítimo, estes mesmos navios tornaram-se uma solução de recurso para a substituição da tonelagem afundada e um alvo apetecível para Portugal e nações Aliadas. O executivo português sempre teve consciência que uma iniciativa exclusivamente nacional de apresamento dos navios teria como consequência uma declaração de guerra por parte da Alemanha, longe do enquadramento e das garantias de Aliança Inglesa. A iniciativa para o apresamento dos navios alemães teria de ser externa. Já em Agosto de 1915 Londres havia mostrado disponibilidade para a concessão de um empréstimo mediante contrapartidas na compra ou aluguer dos navios alemães fundeados em portos nacionais.

Em Fevereiro de 1916, em face da pressão francesa para o efeito, Londres retomou o tema junto de Lisboa e propôs ao Governo português a requisição dos navios, tendo este reiterado a sua disponibilidade para a acção, desde que no enquadramento da Aliança Inglesa. A 17 de Fevereiro, Londres cedeu e invocou a Aliança na sua solicitação da requisição das embarcações. Os navios foram tomados por Portugal em finais de Fevereiro, seguindo-se a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. A partir de 6 de Março de 1916 Portugal encontrou-se oficialmente em guerra. Haveriam de transitar vários meses até se efectivar o envio de uma força expedicionária para a Flandres - indício já das deficitárias condições de preparação das Forças Armadas nacionais para a participação no teatro europeu - porém, a beligerância portuguesa, enquanto fenómeno em estudo, considera-se materializada em Março de 1916, resultando maioritariamente da estratégia intervencionista Democrática, contra as adversidades e objecções internas e externas.

#### **4.4.2. Alianças e Política Externa**

Uma tendência recorrente na produção bibliográfica nacional, independentemente do período ou enquadramento histórico ou ideológico da redacção, tem sido a identificação de um visível vector externo entre os elementos motivadores da beligerância portuguesa na I Guerra Mundial. Este elemento externo tem vindo a ser claramente sinalizado tanto ao longo de observações parcelares das dinâmicas externas da vida política portuguesa, como no contexto de avaliações inclusivas do período histórico. Em ambas tem vindo a identificar-se uma vivência externa da I Republica no contexto de guerra como delineada ao longo de dois eixos elementares, a Aliança

Inglesa (Vincent-Smith, 1975, entre outros) e o enquadramento peninsular face a Espanha (Torre Gomez, 1980, entre outros).

Posteriormente foram adicionados a esses dois eixos primordiais da política externa motivações adicionais, tais como a disponibilidade republicana para utilizar a I Guerra Mundial como oportunidade para o relançamento de Portugal na política europeia continental (Medeiros Ferreira, 1993; Telo, 2010; Wheeler, 2000). Severiano Teixeira (1996, pp. 373-381; 1999) terá sido o autor mais profícuo ao sintetizar este argumento justificativo como a "tese europeia-peninsular", segundo a qual a beligerância portuguesa seria explicada pela vontade republicana de reconquista de um espaço na política europeia, de equilibrar a bilateralidade da Aliança Inglesa e de remoção do "perigo espanhol" no contexto peninsular.

A política externa portuguesa da primeira década do Século XX, independentemente da fórmula monárquica de Governo, denunciava já a mesma função prioritária da Aliança Inglesa no contexto dos vectores estratégicos nacionais. Nessa década, concluída a pacificação do Ultimato de 1890 e serenado o risco de partilha das colónias portuguesas por via dos acordos anglo-germânico de 1898, os reinados de D. Carlos I e de D. Manuel II foram concentrados na reafirmação da Aliança Inglesa no contexto pós-Declaração de Windsor de 1899, com recurso a dois eixos de acção: o interesse inglês nos arquipélagos atlânticos portugueses; e a gestão da relevância estratégica da Aliança Inglesa em face de uma crescente aproximação de Londres a Madrid com o início do reinado de Afonso XIII (Costa, 2000).

Esta política de consolidação e renovação dos laços bilaterais anglo-portugueses seria, também, sedeadada no interesse mútuo, com Londres interessada em assegurar a continuidade de Portugal no seio da sua esfera de influência mediterrânica e do Atlântico Sul e remover o interesse germânico nas ilhas atlânticas portuguesas enquanto portos de relevância estratégica, económica e militar (Severiano Teixeira, 1996, pp. 70-82). Desta forma, conclui-se que, até 1910, Portugal mantinha-se na periferia da política continental europeia, tradicionalmente percebido como uma *proxy* inglesa ou peão na esfera de influência de Londres, e incluído subsidiariamente no campo da *Entente* por via da Aliança Inglesa.

O republicanismo português detinha na sua génese ideológica uma vontade de refutação da adesão monárquica à Aliança Inglesa. Tal como refere Severiano Teixeira

(2000, p. 167), "o partido republicano não tinha um programa definido de política externa", apenas "ideias vagas e difusas" agregadas ao longo de conceitos base como o "iberismo" - a união ibérica no contexto de uma federação das repúblicas peninsulares - e um nacionalismo anglófono (Torre Gomez, 1998, pp. 21-22). A geração republicana fundadora havia sido formada e consolidada no contexto do Ultimato inglês, evento que a oposição republicana explorou como indício da falência do regime monárquico.

Esta faceta anglófona da facção republicana foi, contudo, refreada ao longo do trajecto rumo ao poder. Nas vésperas do 5 de Outubro, o *core* do Partido Republicano Português (PRP) detinha já a consciência da imperiosidade da normalização das relações anglo-portuguesas no contexto pós-revolucionário e que as garantias externas de sobrevivência do futuro regime encontravam-se sedeadas em Londres. Foi com esse cenário em mente que, em 1909, o PRP enviou uma "embaixada informal" republicana a Londres e Paris com vista à criação de uma linha de continuidade entre a política externa do regime monárquico e a futura política externa republicana, bem como para a apresentação externa do republicanismo português com uma face moderada (Ramos, 2011, p. 90). Mais do que a familiaridade republicana da recepção em Paris, foi particularmente relevante para o PRP a promessa do *Foreign Office* inglês de que a hipotética mudança de regime em Portugal seria uma questão exclusivamente doméstica na óptica inglesa (Severiano Texeira, 1996, p. 87).

Ao contrário do inicial optimismo republicano, a dimensão externa da mudança de regime provar-se-ia mais difícil do que antecipado. Logo após o 5 de Outubro, o novo regime republicano foi, prontamente, reconhecido por Estados sul-americanos com quem partilhava laços de solidariedade histórica ou ideológica como o Brasil e a Argentina (a 22 de Outubro), seguidos das demais repúblicas sul-americanas e pelos Estados Unidos da América e França (Junho e Agosto de 1911). Contudo, a salvaguarda externa do novo regime não se encontrava sedeadada em Paris ou Washington, mas em Londres. O jovem regime republicano teria total consciência desse mesmo facto. Recorde-se que logo a 5 de Outubro o poder revolucionário mandou José Relvas para visitar o Embaixador inglês para a obtenção informal de garantias da continuidade da promessa londrina de não-intromissão em questões do foro doméstico (Soares Martinez, 2001, pp. 33-34).

Porém, a Inglaterra, optou por uma política de prudência e alguma hostilidade, acentuada pela crescente orientação radical doméstica do novo regime, nomeadamente na sua vertente anti-clerical. O *Foreign Office* sempre condicionou o reconhecimento *de jure* da nova República à reposição da ordem constitucional, contudo a mesma seria adicionalmente refreada pela solidariedade inglesa para com a família real portuguesa exilada em solo inglês e pelas consequências para a colónia inglesa em Portugal da Lei da Separação das Igrejas e do Estado de Abril de 1911 que promoveu a nacionalização dos bens locais e a fiscalização do culto da Igreja Anglicana. Desta forma, o reconhecimento inglês foi adiado até 11 de Setembro de 1911, após a eleição do Presidente da República, seguindo-se os reconhecimentos oficiais por parte de Espanha, Alemanha, Itália e Império Austro-húngaro. Apesar do reconhecimento, a normalização do relacionamento bilateral no contexto da Aliança Inglesa foi adiada até à I Guerra Mundial apesar dos recorrentes esforços republicanos de aproximação a Londres.

Tal como refere Rui Ramos, "desde 1911, a linha seguida por Lisboa nas suas relações com a Inglaterra foi simplesmente a de ceder a tudo o que fosse possível" (Ramos, 1994, p. 495), tendo-se prosseguido uma política externa voluntarista face a Inglaterra com a esperança de que a mesma minimizasse o efeito desfavorável da crescente aproximação bilateral entre Madrid e Londres (Severiano Teixeira, 1996, p. 104-110), da recorrente menção às colónias portuguesas como instrumentos de equilíbrio estratégico e colonial entre a Inglaterra e a Alemanha e da crescente secundarização da relevância de Portugal nas considerações estratégicas britânicas. Recorde-se que, em 1912, o Almirantado britânico, então liderado por Winston Churchill, por meio de memorando secreto, resumia o valor da aliança bilateral à reduzida relevância dos arquipélagos atlânticos portugueses, devendo esta ser secundarizada em face de uma rota de aproximação a Espanha (Aires Oliveira, 2011, p.188). Junto de Portugal, segundo o mesmo documento, a Inglaterra apenas deveria exercer pressão para a efectivação de uma neutralidade colaborante.

Tratou-se de uma revisão da política monárquica de “discreto alinhamento com a Inglaterra”, sempre cuidadosa na apresentação da sua diplomacia como alinhada mas não subsidiária de Londres, agora revertida por uma política republicana de “colagem agressiva” à Inglaterra (Ramos, 2011, p. 95). Nunca Portugal - independentemente do executivo em funções e da flutuação de orientação política doméstica - reconsiderou o seu posicionamento no sistema internacional para além do enquadramento da Aliança

Inglesa. No cômputo dos casos em análise, Portugal terá sido o único desprovido de incidências de aproximação institucional face às Potências Centrais. Em momento algum em Portugal se registaram incidências de familiaridade germanófila institucional - como no caso dos monarcas espanhol e grego - ou de diálogo bilateral com Berlim. Pelo contrário, desde que os primeiros indícios de guerra europeia chegaram a Portugal, a principal preocupação de Lisboa foi a harmonização da posição portuguesa com a de Londres e a contextualização desta com a estratégia intervencionista da facção republicana radical. Ainda a 1 de Agosto de 1914, Freire de Andrade solicitou a Teixeira Gomes que "na eventualidade de possível guerra, desejo que V. Exa veja *Foreign Office* sobre a nossa atitude" (*Portugal na I Guerra Mundial*, 1997, p. 13).

Tal como no caso do reconhecimento internacional da República, o principal obstáculo à beligerância portuguesa foi a própria Inglaterra. Logo na primeira instância de diálogo bilateral acerca da guerra europeia, a 4 de Agosto de 1914, Londres solicitou a Portugal que evite a declaração formal de neutralidade. Daí adveio a fórmula híbrida de uma neutralidade condicional: "estamos em paz com todas as potências, mas em caso algum deixaremos de cumprir os deveres da Aliança Inglesa" (*Portugal na Primeira Guerra Mundial*, 1997, p. 21).

À imagem da acção inglesa em 1899, por altura da guerra anglo-boer, a Inglaterra pediu a Portugal que assumisse uma neutralidade não declarada, consistente com o enquadramento legal vigente que não obrigava uma nação neutra a declarações de neutralidade - e considerava a hipótese de vir a precisar que Portugal infringisse circunstancialmente a sua neutralidade a favor da facilitação logística do esforço de guerra inglês (Soares Martinez, 2001, p. 157). Desta forma, a declaração parlamentar de 7 de Agosto de 1914, segundo a qual Portugal se declara em paz com todas as nações mas incondicionalmente ao lado da Inglaterra, é o produto da solicitação inglesa de refreio do ímpeto intervencionista republicano. Assim, a inicial neutralidade "condicional" ou "colaborante" portuguesa foi produto das prioridades inglesas. O executivo inglês conhecia o estado deficitário das Forças Armadas e das finanças públicas portuguesas, calculando que lhe caberia o ónus do sustento material da beligerância portuguesa; bem como temia as consequências desta junto das neutralidades espanhola e italiana. Descrito como "aliado inútil" em caso de beligerância num documento classificado do Almirantado inglês (Ramos, 1994, p. 498), Portugal seria mais valioso para o interesse inglês enquanto Nação neutra colaborante.

É sintomático que a primeira oportunidade de beligerância portuguesa no contexto da Aliança Inglesa tenha partido da iniciativa francesa com a solicitação, em Setembro de 1914, de peças de artilharia, apenas enquadrada posteriormente no vínculo histórico anglo-português e manobrada pelo *Foreign Office* e pelo Embaixador inglês em Portugal, Lancelot Carnagie, de forma a que, em 21 de Novembro de 1917, apenas tenham embarcado para a frente europeia 56 peças de artilharia, sem os respectivos artilheiros (Severiano Texeira, 1996, pp. 229-231).

A Portugal, Londres sempre optou por solicitar "facilidades" e desencorajar a beligerância que lhe traria encargos indesejados desprovidos de benefícios. Já enquanto aliado neutro, Portugal poderia servir com ponto estratégico de auxílio à navegação militar e mercante, *proxy* para a aquisição de bens materiais e terreno colonial de trânsito de contingentes militares (Samarra, 2000, p. 74). Teixeira Gomes, logo em Agosto de 1914, percepcionou e compreendeu este facto, referindo que "das conversações tidas no *Foreign Office* cada vez se evidenciava mais a resolução de Sir Edward Grey de fazer o possível a fim de evitar que entrássemos no conflito" (*Portugal na Primeira Guerra Mundial*, 1997, p. 127). A 13 de Agosto de 1914 o *Foreign Office* solicitou a Portugal a passagem de tropas inglesas por Moçambique rumo ao Nyassaland. A 22 de Agosto o Governo português prontamente respondeu a um pedido difuso da África Central Inglesa de assistência militar.

Todas estas "facilidades" foram solicitadas pela Inglaterra a Portugal durante a vigência da "neutralidade condicional", enquanto Londres incitava o Governo português a reservar os seus esforços militares para a salvaguarda territorial metropolitana e colonial. A rápida sucessão de Governos em Lisboa lidou com esta política inglesa com diferentes graus de sintonia e compromisso.

Os vários executivos de maioritária expressão do PRP, até Pimenta de Castro, mantiveram uma política externa de prossecução da beligerância ao abrigo da Aliança Inglesa, explorando os canais disponíveis em Londres e Paris para o efeito. A curta duração do consulado de Pimenta de Castro representou um *hiatus* com o referido ímpeto beligerante, optando-se por uma neutralidade resumida à letra das solicitações inglesas. Ensaiou-se uma neutralidade equidistante com tentativas de normalização do diálogo diplomático com a Alemanha que resultou na ruptura parcial das relações com França e na retirada do Embaixador francês de Lisboa (Severiano Teixeira, 1996, p.

290), enquanto as repetidas "facilidades" portuguesas a Inglaterra e decorrentes protestos do Embaixador germânico, Barão Rosen, impediam qualquer pacificação do canal diplomático com Berlim. Esta minimização do intervencionismo português com Pimenta de Castro incorreu em total harmonia com as pretensões inglesas que foi o principal ponto de apoio externo do Governo, tanto por via da acção do *Foreign Office* como na pessoa do Embaixador Carnegie que viam com bons olhos, também, a política governamental de normalização das relações entre Portugal e Espanha (Severiano Teixeira, 1996, p. 273).

Com o golpe de 14 de Maio regressou ao poder o intervencionismo e assumiu-se uma evidente política externa de hostilização da Alemanha e de *forcing* da posição inglesa. Afonso Costa e a restante hoste intervencionista sempre interpretou a I Guerra Mundial e a beligerância portuguesa como uma oportunidade para a conversão da Aliança Inglesa num vínculo entre iguais, num "contrato bilateral" e não num instrumento tutelar inglês. A beligerância portuguesa deveria ser cumprida com a máxima rapidez e no teatro europeu, com a presença de tropas portuguesas nas fileiras junto das forças da *Entente*.

A vocação intervencionista assentava na convicção que, ao combater na Europa junto do aliado inglês, Portugal passaria a ser percebido "como parceiro em pé de igualdade" (Samarra, 2002, p. 24). Tal como refere John Vincent Smith, os integrantes da facção republicana radical e intervencionista sempre ficaram "incomodados com o apelo que encaravam como servil aquiescência ao pedido inglês de 3 de Agosto para que Portugal não declarasse nem neutralidade nem beligerância" (Vincent Smith, 1975, p. 86).

A partir do regresso de Afonso Costa ao poder foi delineada uma política externa assente em três eixos: normalização das relações com Espanha; hostilização da Alemanha; e colocação de pressão junto da Inglaterra para o enquadramento da beligerância portuguesa no seio da Aliança Inglesa (Severiano Teixeira, 1996, p.353). A reversão da indisponibilidade inglesa para a beligerância portuguesa era o principal obstáculo à estratégia intervencionista. Contudo, o regresso da facção radical e intervencionista ao poder coincidiu, no plano externo, com o agravamento da dimensão naval da I Guerra Mundial, decorrente do incremento da guerra submarina alemã que visava a marinha de guerra e mercante da *Entente*, mas também de países neutros como



Portugal e Espanha. Tal como correctamente referiu Afonso Costa "a nossa política externa subordina-se a oportunidades" (Oliveira Marques, 1974, p. 10). Em 1916 essa oportunidade surgiu na forma de navios alemães.

Para Inglaterra e França, a partir de 1915, a questão da diminuição da tonelagem por via dos afundamentos de unidades navais por submarinos alemães tornou-se central. Tanto Paris como em Londres, em face do agravamento nas respectivas perdas de tonelagem, começaram a considerar como uma alternativa viável à captação do elevado número de navios da marinha mercante alemã fundeados, desde Agosto de 1914, em portos neutros europeus. A questão chegou oficialmente ao diálogo diplomático entre Lisboa e Londres a 30 de Dezembro de 1915, quando o Embaixador inglês sondou o Governo português sobre as condições para a requisição dos navios alemães surtos em portos nacionais. Segundo Carnagie, caso Lisboa pretendesse prosseguir com a requisição, a Inglaterra estaria interessada no frete dos mesmos, à imagem do que havia feito em Itália. Londres não considerava esta solicitação como um preâmbulo para a beligerância portuguesa, mas foi assim que o mesmo foi, desde logo, percepcionado pelo executivo português. Foi, de imediato, submetido ao Congresso um projecto de lei para o enquadramento legal da requisição dos navios, enquadrada na vigente crise de subsistências; e insiste-se junto de Londres para que a referida solicitação de frete fosse formulada com a expressa menção à Aliança Inglesa.

À imagem das restantes nações europeias, em 1915, também Portugal convivia com um crescente e intolerável agravamento das condições socioeconómicas nacionais e com a degeneração das finanças públicas com *deficits* orçamentais crónicos. Tal como aponta Alves de Fraga, a solicitação da beligerância portuguesa ao abrigo da Aliança Inglesa providenciava, também uma via eficaz para a resolução do cenário de falência económica nacional (Alves de Fraga, 1985). Tal como considerava Afonso Costa, a solicitação ao abrigo da Aliança seguir-se-ia um empréstimo externo em termos vantajosos e reservados aos beligerantes. Em coincidência temporal com a solicitação inglesa de frete dos navios alemães, a 3 de Janeiro de 1916, Afonso Costa refere em Conselho de Ministros a urgência da contracção de um empréstimo externo de três milhões de libras (Oliveira Marques, p. 67).

Originalmente, a Inglaterra havia considerado a proposta de frete dos navios no cômputo das "facilidades" solicitadas ao aliado peninsular neutro, sem o enquadramento

da mesma no contexto da beligerância portuguesa ao abrigo da Aliança Inglesa. A 2 de Fevereiro de 1916, o Embaixador inglês entregou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, um *aide-memoire* que enumerava Portugal entre os demais países neutros e insinuava que, caso Portugal não requisitasse os navios, Londres procederia a retirada das carreiras de navios ingleses de porto nacionais.

Para a associação da questão dos navios à beligerância foi crucial o papel de bloqueio de Afonso Costa que considerou um pedido ao abrigo da Aliança como indispensável para a eventual requisição e posterior frete dos navios. Afonso Costa sempre considerou que "o que nos deixa mal é que venhamos a ser chamados à guerra pela Alemanha em virtude do nosso procedimento, sem ser ditado pelos deveres de aliança. Interna e externamente seria uma vergonha. Era indispensável, pois, que a requisição fosse já feita sob a base da aliança" (Oliveira Marques, 1974, p. 114). Nesta matéria a urgência e necessidade inglesa sobrepuseram-se ao interesse estratégico e às próprias orientações do *Foreign Office* para a beligerância portuguesa, tendo sido o Almirantado e o *War Cabinet* de Lord Kitchener a desbloquear a situação e a determinar a requisição dos navios a Lisboa ao abrigo da Aliança Inglesa. Posteriormente, Afonso Costa apresentou parlamentarmente a questão em termos distintos: "A Inglaterra insistiu em que praticássemos esse actos, invocando a nossa aliança, o que significava a afirmação da sua solidariedade com os resultados que daí adviessem" (*Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado Sobre a Participação de Portugal na I Grande Guerra*, Sessão secreta de 11 de Julho de 1917).

O pedido oficial de requisição dos navios ao abrigo da Aliança Inglesa foi colocado, finalmente, a 17 de Fevereiro de 1916, em termos acordados entre Londres e Lisboa. A nota oficial do *Governo* inglês solicita ao "Governo da República, em nome da Aliança, para que faça a requisição de todos os navios inimigos surtos em portos portugueses" (*Colecção de Tratados e outros Actos Públicos Internacionais Relativos a Portugal*, 1969). Posteriormente, o *Foreign Office* aliou esse pedido à anterior solicitação portuguesa de um crédito de dois milhões de libras (Alves de Fraga, 1985, p. 37). Os navios alemães seriam requisitados e colocados sob domínio inglês, ainda que a sua gestão fosse transferida para uma companhia nominalmente portuguesa e viessem a navegar sob a bandeira nacional. O apresamento decorreu, sem aviso prévio, a 24 de Fevereiro de 1916, seguindo-se, a 9 de Março, a declaração de guerra alemã.

Contudo, a dimensão externa da beligerância portuguesa não se esgota na Aliança Inglesa. A historiografia da participação portuguesa na I Guerra Mundial é unânime na menção das atenções concedidas por Lisboa ao enquadramento peninsular do conflito. No imediato pós-5 de Outubro, o novo regime republicano esforçou-se na criação de pontes de entendimento peninsular e em afastar a ameaça de conspirações espanholas de reversão do sucesso republicano e das pretensões espanholas de anexação. Esta mesma prudência republicana na gestão do contexto peninsular esteve patente na escolha de Augusto de Vasconcelos e, posteriormente, de José Relvas, para Embaixadores portugueses em Madrid, ambos passíveis de conceder uma imagem moderada e realista do jovem regime republicano (Torre Gomez, 1998, p.25).

Os temores republicanos face a Espanha estavam longe de serem infundados. Madrid, desde logo, partilhou a hostilidade das demais monarquias conservadoras europeias face ao 5 de Outubro e ao novo regime republicano. A inicial hostilidade espanhola foi-se acentuando ao longo dos primeiros anos do regime em directa correlação com a emergente natureza radical do mesmo. Madrid sempre percepcionou a turbulência política e social da I República como uma ameaça, por contágio e inspiração, à própria forma monárquica de regime, alimentando uma latente vontade de anexação e intromissão nos assuntos portugueses, muito presente junto de algumas sedes de poder espanhol, nomeadamente no seio da Corte. Afonso XIII nunca escondeu uma vontade consistente de intromissão nas questões portuguesas, tendo a sua acção sido fundamental para o uso de solo espanhol como base logística e preparatória das várias incursões e sublevações monárquicas portuguesas (Severiano Teixeira, 1998, p. 105).

Em face da crescente hostilidade e publicidade anexionista espanhola, Lisboa prosseguiu uma estratégia dupla de consolidação da Aliança Inglesa e de criação de um diálogo institucional com Madrid. A pretensão portuguesa de recurso à Aliança Inglesa como contraponto à ameaça peninsular é uma feição recorrente da política externa portuguesa (Fernandes e Duarte, 1998, p. 66). No caso republicano, este esforço de obtenção de garantias inglesas foi aliado a uma política de aproximação a Madrid. Na imediata sequência dos entendimentos franco-espanhóis para Marrocos e da crescente intimidade do diálogo anglo-espanhol, a partir de 1913, Lisboa prosseguiu uma estratégia de aproximação a Madrid com vista à minimização da ameaça anexionista e à inclusão de Portugal "como parte activa no âmbito da política atlântico-mediterrânea"

(Torre Gomez, 1998, p. 71), numa perspectiva de colaboração peninsular na gestão e resolução de questões na periferia comum.

A política de construção de uma *Entente* peninsular foi, contudo, comprometida com o início da I Guerra Mundial. Na conjectura de guerra, um dos principais elementos motivadores da estratégia intervencionista sempre foi a intenção de diferenciação do intervencionismo português face à neutralidade espanhola, de forma a se promover a posição portuguesa em desfavor da recente tendência de aproximação entre Londres e Madrid (Torre Gomes, 1998, p. 78). Afonso Costa, por exemplo, sempre compreendeu a Aliança Inglesa em termos comparativos com a relação entre Londres e Madrid: "a Inglaterra tem com a Espanha amabilidades que mais lhe merecia Portugal, que sofreu por ela no seu brio colectivo... É preciso forçá-la a dar testemunhos públicos de consideração para Portugal" (Oliveira Marques, 1974, p. 35).

Os primeiros anos da I Guerra Mundial foram, assim, de reversão no que toca à política de entendimento peninsular. Por altura do golpe de 14 de Maio, por exemplo, registou-se a incursão, no Tejo, de duas unidades navais espanholas, numa iniciativa solicitada pelo Embaixador espanhol em Portugal e coordenada com Londres, declaradamente para efeitos de protecção da colónia espanhola, e também para frisar o interesse espanhol na estabilização da situação portuguesa (Torre Gomez, 1998, p. 159).

Uma vez de regresso ao poder, Afonso Costa, a partir de 1915, retomou uma trajectória de bilateralidade com Madrid, de forma a se assegurar a anuência espanhola à beligerância portuguesa, de acordo com as solicitações inglesas para a normalização das relações peninsulares. Freire de Andrade, por exemplo, sempre se mostrou muito cioso das consequências peninsulares do intervencionismo português (Vincent Smith, 1975, p. 92) e um dos pré-requisitos ingleses para beligerância portuguesa no conflito europeu era a exigência de garantias de que a mesma não viesse a afectar o novo entendimento peninsular que perduraria, até 1917, em clima de "harmonia ibérica" (Torre Gomez, 1998, pp.181-182). Esta nova harmonia sempre foi gerida e patrocinada por Londres, tendo o *Foreign Office* reiterado junto de Lisboa que "simpatiza com qualquer diligência tendente a estreitar as relações de Portugal com a Espanha" (*Portugal na I Guerra Mundial*, 1997, p. 23).

A referida pacificação do cenário político peninsular nunca afastou, contudo, a presença de diferendos e desconfiança mútua. No delinear das prioridades estratégicas

portuguesas perduraria, muito para além de 1917, a necessidade de resposta à inerente "ameaça espanhola". Medeiros Ferreira, por exemplo, refere que na estratégia da delegação portuguesa a Conferência de Paz de Paris, em 1919, sempre esteve presente a prioridade de distinguir a beligerância portuguesa da neutralidade espanhola e recolher os devidos dividendos estratégicos e materiais (Medeiros Ferreira, 1992, p. 85).

Para além das dimensões inglesa e espanhola, a beligerância portuguesa na I Guerra Mundial incluiu, ainda, um terceiro quadrante, composto pelas relações luso-germânicas. Recorde-se que Portugal encontrou-se, de facto, em guerra com a Alemanha, desde 24 de Agosto de 1914, data do início dos combates com forças militares e para militares alemães nas suas colónias africanas. Ainda assim, Berlim sempre manteve uma política de prudência face a Portugal, manifestando regularmente o seu desagrado face às "facilidades" concedidas a Inglaterra, mas nunca chegando a advogar a ruptura de relações ou a declaração de guerra. O Barão de Rosen assumiu um papel central na execução da estratégia alemã, efectuando regulares reclamações oficiais das alegadas violações da neutralidade portuguesa a favor da *Entente*, tornando-se uma personagem tão incómoda para os executivos portugueses que, em finais de 1916, esteve, mesmo, em consideração a sua declaração como *persona non grata*. Esta acção contrastou, contudo, com a contínua disponibilidade e cordialidade com que o Embaixador português em Berlim, Sidónio Pais, era recebido pelo Governo germânico.

Embora a historiografia nacional nunca se tenha focado na acção encoberta alemã durante a neutralidade e beligerância portuguesa na I Guerra Mundial, assume-se que a mesma nunca tenha assumido as proporções observadas, por exemplo, em Espanha. Ainda assim, propagou-se o mito de apoio material germânico às sublevações monárquicas e responsabilidades de sabotagem alemã no incêndio que destruiu, em Janeiro de 1916, o Depósito Geral de Fardamento de Lisboa (Alves de Fraga, 2010, p. 209). A vulgarização do mito do "perigo alemão" acentuou-se com o agravamento do diálogo bilateral luso-germânico. Com a excepção do interregno do consulado de Pimenta de Castro, a estratégia intervencionista republicana sempre inclui uma propositada e original hostilização alemã, com a condução do diálogo bilateral em termos acentuadamente ofensivos e provocadores. Contudo, apesar da hostilidade diplomática e das decorrentes rupturas de neutralidade, Berlim sempre se mostrou pouco interessada na promoção da beligerância portuguesa, compreendendo-a como desprovida de benefícios para qualquer uma das facções beligerantes e resultante em

previsíveis desvantagens para o interesse comercial e logístico no Mediterrâneo e Atlântico Sul.

#### **4.4.3. Militarismo**

Uma das dimensões da participação portuguesa na I Guerra Mundial que tem vindo a ser particularmente descurada é a história militar que, como aponta Severiano Teixeira, "permanece, ainda, largamente tributária do mito" (Severiano Teixeira, 1998, p. 40) é limitada a concepções patrióticas, subsidiárias da estratégia intervencionista do republicanismo radical, o que condiciona a aferição do vector "militarismo" enquanto motivador da beligerância portuguesa.

As Forças Armadas haviam transitado do regime monárquico para a gestão republicana no formato clássico de Exército permanente, assente num princípio mitigado da conscrição universal e com uma orientação maioritariamente doméstica - salvaguarda do regime e da ordem pública - e colonial. Ainda que deficitárias ao nível técnico e material, a principal limitação das Forças Armadas seria humana, compostas por indivíduos oriundos dos sectores mais pobres e menos instruídos da sociedade portuguesa, incapazes de custear a "a remissão" de excepção à conscrição universal. Da mesma forma, o crescente empenho militar em funções de ocupação e pacificação colonial haviam promovido um cisma entre o Exército metropolitano e o Exército colonial e acentuado a vocação periférica e colonial da acção militar portuguesa. Desde a vigência monárquica que a elite do corpo de oficiais das Forças Armadas privilegiava a acção no teatro colonial, local de construção de carreira e de recolha de glórias. Consequentemente, a elite castrense afastou-se da metrópole e da política executiva lisboeta e privilegiou o exercício político a limitadas funções administrativas coloniais.

A política metropolitana de administração colonial foi, assim, o inicial foco de tensão entre a elite militar e o Governo metropolitano, posteriormente agravada por questões corporativas. Ainda assim, o 5 de Outubro, na sua feição militar, foi maioritariamente composto por militares de baixa patente - sargentos, cabos e soldados - radicalizados no seio da Carbonária. Apenas Machado Santos e um pequeno grupo de oficiais intermédios representaram o corpo de oficiais na revolução republicana. O cômputo da elite castrense, embora indisponível para se bater pela Coroa, permaneceu intrinsecamente conservadora e avessa à política metropolitana. Nos primeiros anos da

República, as Forças Armadas - agora compostas, também, pela Guarda Nacional Republicana - reproduziram, no seu seio, a turbulência da vida política portuguesa, com previsíveis consequências para a disciplina militar.

A República ensaiou um esforço de reorganização da instituição militar, com a implementação do conceito de "Exército miliciano", adstrito à identidade republicana, onde o exercício militar representaria a entrega do cidadão à República e contribuiria para a sua formação cívica. Foi publicada uma nova Lei de Recrutamento que eliminou o sistema de "remissões" e foram lançadas as bases para a criação de instituições modernas de ensino militar. Porém, em sentido oposto ao planeamento republicano para a refundação militar, corria a instabilidade política nacional que impelia as Forças Armadas para funções repressivas domésticas e fomentava a ruptura com a disciplina militar e a constituição de um universo paramilitar composto por milícias civis armadas, por vezes, hostis aos próprios militares (Severiano Teixeira, 1998, p. 163).

A reorganização militar republicana iniciada em 1911 deu lugar, também, a uma “crise de identidade” (Aires Oliveira, 2011, p. 190) nas fileiras militares, marcada pela crescente politização da geração emergente de oficiais, onde sobressai o grupo de oficiais apelidados como “Jovem Turquia”, associados ao PRP e à Maçonaria e empenhados na republicanização da instituição militar.

Porém, por altura do início das hostilidades europeias pressentia-se uma crescente dissociação entre as Forças Armadas e a República, particularmente acentuada com a Lei Eleitoral de 1913 que limitou, consideravelmente, os direitos políticos e eleitorais da classe militar.

O eclodir da I Guerra Mundial coincidiu, também, com um período de particular deficiência e fragilidade das Forças Armadas nacionais. Os vários executivos republicanos haviam já logrado iniciar o plano de reforma militar. Porém esta encontrava-se, ainda, na sua fase inicial. Como tal, em Agosto de 1914, as Forças Armadas portuguesas encontravam-se deficitárias em termos estruturais, materiais e humanos. O equipamento bélico, com a exceção de algumas peças adquiridas nos últimos anos da Monarquia, era obsoleto e adstrito ao teatro colonial. Também os quadros militares encontravam-se comprometidos e vocacionados para o teatro colonial, sem experiência para um conflito europeu junto de Exércitos modernos.

. Foi nesse contexto deficitário generalizado que se iniciou, de facto, a participação bélica portuguesa na I Guerra Mundial, com o envio, a partir de finais de 1914, de contingentes para as colónias africanas onde iriam encetar confrontações irregulares com forças paramilitares alemãs ainda no contexto da neutralidade portuguesa.

Em Agosto de 1914, o grau de preparação militar português era descrito como deficitário, sendo as Forças Armadas descritas pelo próprio ministro da Guerra como incapazes de assegurarem as funções mínimas de defesa territorial (Severiano Texeira, 1998, p. 193). Uma vez lograda a beligerância, esta mesma natureza deficitária ficaria patente no volume dos custos humanos associados à participação nos teatros africano e europeu e na dimensão das derrotas militares sofridas por Portugal em ambas as frentes. E sintomático que, com uma memória fresca da Frente Ocidental e com experiência de presença na mesma, C.R.M.F. Cruttwell descreva uma divisão portuguesa na Flandres como "*these troops were undoubtedly the worst of any nation in the West, and had always been regarded as practically worthless*" (Cruttwell, 2007, p. 516).

Mesmo no contexto colonial, a mobilização e empenho dos contingentes militares em Angola e Moçambique foram conduzidos na base da improvisação, "improvisação no recrutamento e instrução, improvisação na organização e no planeamento; improvisação na execução das operações" (Afonso, 2011, p. 290). Aí, a iniciativa do ataque foi sempre concedida à parte alemã - em consonância com o estatuto português de nação neutra - e Portugal sofreu consideráveis baixas, como no caso do ataque alemão a Naulila, a 18 de Dezembro de 1914.

O corpo de oficiais das Forças Armadas estava ciente da desadequação das capacidades militares portuguesas para a participação num teatro de guerra moderno. Consequentemente, as fileiras militares nunca foram particularmente prementes ao ímpeto intervencionista, registando-se uma grande flutuação entre a elite conservadora e um corpo emergente de oficiais declaradamente ao serviço do projecto republicano. Medeiros Ferreira melhor descreve esta realidade ao caracterizar as fileiras militares portuguesas, em 1914, como o antónimo de uma força política unificada (Medeiros Ferreira, 1992, p. 13-16).

Com a excepção de um diminuto grupo de oficiais politizados, a elite militar portuguesa sempre foi tradicionalmente conservadora e adepta de uma estratégia de



prudência face à I Guerra Mundial, privilegiando e apoiando as campanhas africanas em detrimento da presença na frente europeia. Contudo, à imagem do observado nas demais nações beligerantes, em Portugal, assistiu-se a uma dissociação entre o processo executivo de opção pela beligerância ou neutralidade e os altos comandos militares à imagem da tese contemporânea de Clemenceau de que "a guerra é um assunto sério demais para ser deixado ao cargo dos Generais". Em Portugal esta realidade foi acentuada pelo apoio público que a instituição militar prestou ao executivo de Pimenta de Castro e a sua política de regresso de preferência pela neutralidade colaborante. A adesão da elite militar a Pimenta de Castro, em vésperas da materialização da beligerância portuguesa decorrente do pedido francês de artilharia, surge como indício de oposição militar ao projecto intervencionista.

No seio militar reproduzia-se a polarização comum à demais sociedade portuguesa acerca da neutralidade ou da beligerância nacional. Apesar do consenso das elites militares acerca da necessidade das campanhas africanas, a consciência do insucesso e da natureza improvisada das mesmas haviam frisado ainda mais a certeza, entre o corpo de oficiais, da imaturidade portuguesa para a presença no teatro europeu.

No pós-14 de Maio, Afonso Costa foi, assim, obrigado à condução de esforços adicionais de fidelização da elite militar ao projecto intervencionista, mediante a implementação de um amplo projecto de modernização e mobilização e, em especial, pela concessão de um contínuo apoio político ao exercício bélico, colocando este, por exemplo, para além do alcance do escrutínio parlamentar (Ribeiro de Meneses, 1998). Consequentemente, conclui-se que entre os elementos motivadores da beligerância portuguesa não se inclui o "militarismo". Entre Agosto de 1914 e o efectivar da beligerância, as Forças Armadas eram uma instituição profundamente insubordinada, polarizada e politizada, sem voz comum e vontade executiva. No seu seio seria, mesmo, maioritária uma aversão à intervenção no teatro europeu - popularizada na expressão reiterada por soldados e praças "para Verdum não vai nenhum" -, apenas minimizada pelos ímpetus beligerantes de uma minoria de oficiais politizados como Leote do Rego e Norton de Matos (Samara, 2002, p. 45).

#### 4.4.4. Nacionalismo

Logo a partir de 1918 construiu-se e perdurou uma interpretação histórica da participação portuguesa na I Guerra Mundial elaborada ao longo de linhas de glorificação patriótica. Eventos traumáticos como as derrotas de Naulila e la Lys foram inscritas na memória histórica colectiva como sacrifícios a favor da Nação. Para a construção desse mito patriótico de sacrifício nacional muito contribuiu a produção historiográfica tradicional que enumerou o vector "nacionalismo" e de defesa da Nação, entre os principais motivadores justificativos da beligerância portuguesa. Esta tese da beligerância patriótica tem a sua sede no ideário intervencionista do republicanismo radical, construído durante a inicial neutralidade e reforçado durante o interregno de Pimenta de Castro e, em particular, no decurso do exílio forçado pelo Sidonismo.

Com o final da Guerra, em 1919, a questão da motivação da beligerância portuguesa surge recorrentemente no debate público português, tendo-se, então, cristalizado uma tese de fundamento intervencionista: a beligerância portuguesa havia sido um requisito da defesa nacional a coberto de uma solicitação inglesa e o Sidonismo germanófilo havia abandonado na Frente europeia aqueles que se sacrificavam pela Nação (Severiano Teixeira, 1998, p. 23). A beligerância enquanto imperativo de defesa nacional haveria de perdurar na produção historiográfica portuguesa do Estado Novo (por exemplo: Cidade, 1933), posteriormente sustentada pela publicação de fontes oficiais como um *Livro Branco* sobre a participação portuguesa no conflito europeu e pela acção de entidades como a Liga dos Combatentes que patrocinou a reprodução do mito patriótico em manuais escolares e em celebrações simbólicas. A tese intervencionista perdurou, assim, até à década de 1990, tendo sobrevivido mesmo, no decurso de obras com pendor revisionista e inovador. No *Dicionário de Historia de Portugal* de Joel Serrão, por exemplo, a entrada relativa à beligerância portuguesa na I Guerra Mundial, da autoria de David Ferreira, contextualiza-a como uma vontade "legítima" republicana de "criar as condições nacionais que permitissem a Portugal entrar de maneira insofismável na sua plenitude de nação independente" (Ferreira, s.d., p. 146), sendo a beligerância portuguesa o resultado de uma "reacção nacionalista movida pelo desejo de restaurar a honra nacional" (Wheeler, 2000, p. 145).

Contudo, muito apesar do reiterar do mito patriótico, é difícil o referenciar de indícios do mesmo ao longo das fontes primárias associadas à opção executiva pela beligerância no teatro europeu. Como concluiu a apreciação historiográfica recente da participação portuguesa na I Guerra Mundial (Severiano Teixeira, 1998), a glorificação patriótica da beligerância foi gerada por Afonso Costa e pela demais facção intervencionista, ainda no decurso da Guerra, para efeitos de consumo doméstico, nomeadamente para a angariação de apoio popular para a beligerância e para a promoção da formação de executivos multipartidários de vocação intervencionista à imagem da "União Sagrada" de 1916. Já no contexto decisório da beligerância, o vector "nacionalismo" encontra-se ausente ou tem meras e limitadas aparições como a tese de Afonso Costa, proferida já em 1917, de que "temos hoje em França e em África, combatendo ao lado dos ingleses, franceses e outros, soldados portugueses lutando pela liberdade e pelo respeito pelas nacionalidades de qualquer grandeza territorial. Esta cooperação mostra à evidência que somos uma nação que deseja viver livre e independente. Lutamos, ..., tendo por lema Pátria, Autonomia e Independência" (*Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado sobre a Participação de Portugal na I Guerra Mundial*, Sessão secreta de 11 de Julho de 1917).

Em 1914 ou em 1916, ao contrário, por exemplo, da Grécia ou Itália, Portugal não geria questões latentes relativas ao enquadramento geográfico da sua nacionalidade. Os executivos portugueses nunca tiveram a oportunidade de utilizar a I Guerra Mundial para a resolução de questões de *terra irredenta*. Consequentemente, as limitadas menções do intervencionismo português ao nacionalismo enquanto justificador da beligerância deverão ser enquadradas na citada vontade republicana de reequilíbrio da Aliança Inglesa e do regresso de Portugal à política europeia continental; mas, também, no contexto do espírito republicano de refundação política nacional na I República, tal como será abordado aquando da avaliação do vector "Sistema Político e Decisores Políticos".

#### **4.4.5. Imperialismo**

Também a dimensão colonial ou "imperial" é recorrentemente citada entre os elementos justificativos da beligerância portuguesa na I Guerra Mundial, ainda desde a primeira produção historiográfica pós-1918. Neste contexto, o vector imperialismo é considerado numa vertente maioritariamente defensiva, circunscrito à salvaguarda do

Império colonial português em face de ameaças exteriores. David Ferreira sintetiza esse recorrente argumento histórico na tese de que "Portugal e as suas províncias ultramarinas foram salvos então pela Primeira Guerra Mundial e pela participação activa dos Portugueses nos campos de batalha" (Ferreira, s.d., p. 147).

Ao contrário da vocação patriótica da beligerância, o argumento da defesa colonial sobreviveu na historiografia contemporânea da participação de Portugal no conflito, sendo omnipresente entre os elementos motivadores do intervencionismo. Embora a menção ao argumento seja insuficiente para a explicação da beligerância no teatro europeu, o interesse republicano de defesa colonial terá mantido uma presença regular nas considerações estratégicas do período. Este facto advém da experiência das três últimas décadas de interesse ofensivo das principais potências coloniais europeias no império colonial português, nomeadamente na sua feição africana.

França, Alemanha e Inglaterra, nomeadamente após a cristalização da progressão colonial pós-Congresso de Berlim, incluíram as coloniais portuguesas entre os seus objectivos e instrumentos estratégicos, tanto para o engrandecimento colonial directo, como para servirem como moeda compensatória na negociação do equilíbrio geoestratégico. Foi nesse último cenário de pacificação do crescente antagonismo colonial anglo-germânico que, em 1898 e em 1912-1913, as colónias portuguesas foram enumeradas no contexto negocial das duas potências europeias, com vista à prossecução da estratégia inglesa de *appeasement* das ambições coloniais germânicas. A Alemanha sempre mostrou um interesse continuo nas colónias africanas portuguesas, ao ponto de promover a sublevação das populações indígenas contra a soberania portuguesa. Já Londres sempre incluiu o império colonial do seu aliado ibérico entre as medidas compensatórias para a pacificação germânica, facto que terá justificado parcialmente as objecções inglesas à beligerância portuguesa (Severiano Teixeira, 1999, p. 6).

Em 1898 a ameaça ao império colonial decorreu de uma consonância entre as fragilidades das finanças públicas portuguesas - em 1892, havia sido declarada a bancarrota nacional -, com a urgência de créditos externos; e da progressão do projecto colonial germânico. Nesse momento, a propósito da iniciativa portuguesa de contracção de um crédito em Londres, a Inglaterra e a Alemanha iniciaram negociações para a partilha do império colonial português em caso de *default* nacional. Chegaram a ser assinadas convenções secretas em Agosto de 1898. Nesse primeiro momento, a

estratégia de repartição colonial foi gorada pela eficaz reacção do poder executivo português, que recusou as condições do empréstimo; e pelo limitado empenho inglês no projecto, nomeadamente em face do crescente problema da insurreição *boer* e da necessidade de colaboração logística de Portugal para a facilitação do trânsito de homens e armas por Lourenço Marques, que justificou o reafirmar da Aliança Inglesa pelo Tratado de Windsor de 14 de Outubro de 1898 (Severiano Teixeira, 1996, p. 120).

Já em 1912 e 1913, no decurso do agravar das tensões anglo-germânicas, repetiu-se uma hipotética plataforma de partilha do império português entre Londres e Berlim. Em Janeiro de 1912, o Ministro da Guerra inglês Haldane visitou Berlim com vista à resolução ou minimização do crescente antagonismo anglo-germânico por via da abertura de concessões coloniais que temperassem as pretensões alemãs a uma *Mittelafrika* e concentrassem as atenções de Berlim no enquadramento colonial. Entre os territórios coloniais em debate e estudo estariam Angola, Moçambique, Timor e São Tome e Príncipe. Refira-se, ainda, o latente interesse alemão na obtenção de facilidades ou na captação de um porto atlântico, nomeadamente nos Açores ou em Cabo Verde (Telo, 2010, p. 330). Recorde-se que, neste momento, a Aliança Inglesa havia ingressado num período de "dormência" em virtude da virulência radical dos primeiros anos da I República e da crescente campanha de denúncia na imprensa inglesa da natureza ineficiente e alegadamente escravagista da administração colonial portuguesa, movida por interesses humanitários e económicos ingleses.

Nesta segunda oportunidade para a repartição das colónias portuguesas entre Londres e Berlim, o projecto não se materializou em virtude da eficaz oposição francesa ao engrandecimento dos impérios inglês e alemão sem a sua anuência; e da pressão da diplomacia portuguesa junto do *Foreign Office* para a denúncia dos termos secretos do Tratado de Windsor, contrários a qualquer entendimento anglo-germânico nesta matéria. No final, foi a I Guerra Mundial que anulou, por completo, o projecto. Compreende-se a interpretação tradicional de contextualização do intervencionismo republicano com os antecedentes de ameaças externas ao Império. Para Portugal, segundo a tese historiográfica de pendor "colonial", a beligerância portuguesa na I Guerra Mundial teria o duplo benefício de afastar as ambições germânicas de anexação do Sul de Angola e do Norte de Moçambique e de obstar a qualquer plano inglês de uso do império português como moeda de troca nas negociações de paz.

Foi precisamente no espaço colonial que se materializou a beligerância portuguesa, em Novembro de 1914, ainda no período de vigência da neutralidade colaborante, com o envio de contingentes expedicionários metropolitanos para Moçambique e Angola. Foram gastos um total de quinze milhões de libras do crédito inglês de guerra e enviados para a Frente africana um total de trinta e cinco mil efectivos oriundos da metrópole, contabilizando um total de cento e vinte e um mil e oitocentas baixas humanas portuguesas, africanas e metropolitanas (Wheeler, 2000, p. 143). Ao contrário da beligerância na frente europeia, que, progressivamente, polarizou a opinião política portuguesa, a acção militar nacional em defesa do Império contra as agressões alemãs e o interesse inglês sempre colheu uma contínua unanimidade no seio das estruturas militares e políticas portuguesas, com a breve e diminuta excepção dos anarquistas e sindicalistas que gravitavam em torno do jornal portuense *Aurora* (Samara, 2003, p. 17). Em todos estes círculos, afigurava-se como imperioso a salvaguarda do Império - vector central na psicologia nacional - e preservar a dimensão extra-metropolitana portuguesa. Esta será, possivelmente, a única questão sobre a qual se assinalou uma coincidência de posições entre Afonso Costa e D. Manuel que, a partir do exílio inglês, considerava imperiosa a participação portuguesa no esforço militar Aliado em África (Torre Gomez, 1998, p. 104).

Ainda assim, embora pareça indubitável a presença do vector "imperialismo" - na dimensão de defesa colonial - entre as motivações para a beligerância portuguesa, a menção ao mesmo é insuficiente para explicar e justificar a presença de Portugal na Frente europeia. Em 1914, Portugal partilha fronteiras com a Alemanha em Angola e Moçambique, onde combateu forças germânicas até à rendição destas em 1917. Porém, a motivação para a beligerância portuguesa no teatro europeu extravasa o vector "imperialismo" e poderá ser melhor resumida nas palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, ao Senado, em Agosto de 1917: "A nossa acção na África, por mais extraordinária e brilhante que tivesse sido, seria unicamente considerada como defesa do nosso território. Não tomaria o aspecto de uma cooperação com os Aliados... Felizmente predominou a política de cooperação na Europa e, através de todos os sacrifícios, ela é, segundo julgo, a nossa salvação como grande país colonial" (*Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado sobre a Participação de Portugal na Grande Guerra*, Sessão Secreta de 1 de Agosto de 1917).

#### **4.4.6. Pressão Mediática e Apoio Popular**

A historiografia contemporânea da participação portuguesa na I Guerra Mundial concedeu relevância à dimensão doméstica das motivações da beligerância portuguesa. Até aí, esta havia sido maioritariamente menosprezada e preterida pelos vectores externos e coloniais, sumariamente sintetizada no mito de uma quase total concordância nacional com a beligerância. David Ferreira melhor expressa essa tese: "Alguns dos melhores elementos do escol republicano lançaram-se, tanto pela palavra escrita como falada, numa activíssima propaganda que, atravessando o país, levou ao conhecimento do povo as razões que nos obrigavam a participar na luta armada .... O povo, cuja simpatia pela causa dos Aliados se havia patenteado desde a primeira hora por meio de imponentes manifestações de apoio às nações atacadas pela Alemanha e pela Áustria-Hungria, mostrou-se à altura dos grandes momentos históricos, não vacilando nunca em marchar para as frentes de batalha." (Ferreira, s.d., p. 148).

Cumpre referir que a eclosão da Guerra coincidiu com um período de crescente polarização nacional face à execução política republicana. As disposições declaradamente anti-clericais da Lei da Separação de 1911 haviam patrocinado a formação de um bloco católico, moderado e conservador, activo na oposição a Afonso Costa e aos "Democráticos". No outro espectro social, as classes operárias iniciaram o seu trajecto de desilusão e dissociação do projecto republicano, uma vez conscientes da não materialização das promessas inciais de melhoria das suas condições laborais e socioeconómicas, tendo-se agravado o sindicalismo grevista e, por vezes, violento (Severiano Teixeira, 1996, pp. 149-150). Às oposições católica moderada e sindicalista operária, deverá juntar-se ainda o factor, previamente analisado, de crescente tensão entre os vários Governos republicanos e as Forças Armadas.

Segundo a tese historiográfica prevalecente, em face da desagregação do tecido social e político português de apoio à República, Afonso Costa e a facção intervencionista terão considerado, também, a I Guerra Mundial como o momento propício para a promoção de uma nova unidade nacional, agora em face da ameaça externa. Assim, pretendia-se silenciar as oposições e dissonâncias e consolidar o regime num contexto de "salvação nacional" e mitigar o predomínio "Democrático".

Tal como refere Pulido Valente, "as querelas domésticas deveriam acabar na presença do inimigo externo. Enquanto durasse o perigo, os Portugueses deviam obedecer aos "Democráticos", com docilidade e gratidão" (Pulido Valente, 1997, pp. 78-79). Também Ribeiro de Meneses sustenta a mesma tese, se bem que adaptada à latente ameaça restauracionista, ao referir que "a Primeira Guerra Mundial presenteou os dirigentes republicanos com uma situação ímpar, pois se ao processo de mobilização política em torno do novo regime se pudesse juntar o processo de geração de entusiasmo patriótico, característico de uma emergência nacional, o perigo monárquico seria afastado definitivamente" (Ribeiro de Meneses, 2000, pp. 22-23)

A beligerância portuguesa cumpriria, assim, o duplo intento de unificação do regime e de legitimação ou mitigação do domínio do PRP sobre o mesmo. Contudo, em Agosto de 1914, o eclodir da guerra europeia pouco contribuiu, de imediato, para qualquer efeito doméstico. Questões de política internacional eram o tradicional domínio de uma diminuta elite informada e o início das hostilidades europeias foi recebido, em Portugal, com a indiferença, tendo-se as preocupações populares focado nas consequências materiais do conflito, nomeadamente no que toca à estabilidade cambial e bancária. Foi neste cenário que a inicial declaração governamental de opção por uma neutralidade "colaborante" foi recebida. O PRP, fiel à vocação intervencionista, prosseguiu a estratégia de planeamento para a beligerância. Em Agosto de 1914, ainda contava com o apoio da facção republicana moderada. Evolucionistas e Unionistas, ainda que com alguma reserva retórica, aderiram à estratégia democrática de união da família republicana em face da ameaça externa. No pólo político oposto, também Socialistas expressaram o seu imediato apoio à acção governamental. Já fora do arco parlamentar, entre monárquicos conservadores e anarquistas, prevalecia uma oposição à intervenção portuguesa no conflito e uma preferência pela neutralidade, ainda que com motivações distintas.

A oposição monárquica encontrava-se dividida entre a prossecução das orientações expressas por D. Manuel a partir do exílio - apoio à beligerância no contexto da defesa colonial e suspensão de qualquer oposição monárquica contra o Governo - e da simpatia de alguma elite monárquica residente em Portugal pelos Impérios Centrais, percepcionados como sede de ordem e conservadorismo. Contudo, a falta de coesão monárquica face ao conflito, inclui, também o emergente sector tradicionalista concentrado no movimento do Integralismo Lusitano - então na sua



génese doutrinária – que sempre publicitou a sua aversão ao luteranismo alemão, tal como exposto ao longo do seu órgão de comunicação *A Nação*<sup>4</sup>.

A oposição católica, que se tendeu a confundir com o sector monárquico, reproduziu as divisões deste, concentradas entre a tradicional oposição ao regime republicano e fidelidade as orientações pacifistas do Vaticano; e a crescente colaboração com o mesmo no contexto da Guerra, nomeadamente nos casos da assistência religiosa nas Frentes, que facilitou uma aproximação institucional entre a Igreja Católica portuguesa e o Governo.

Já no contexto operário e sindical, observou-se uma dicotomia entre o crescente apoio do Partido Socialista à política governamental de intervenção no enquadramento da Aliança Inglesa - à revelia das disposições pacifistas do movimento socialista internacional; e o irredutível pacifismo do anarquismo e sindicalismo revolucionário<sup>5</sup>, adverso a qualquer compromisso independentemente do cenário de guerra generalizada. No seio da esquerda operária sindicalizada, tanto na representação parlamentar do Partido Socialista como na União Operaria Nacional ocorreu, ainda, novo cisma entre uma facção apoiante do esforço aliado e outra facção germanófila. Por outro lado, o anarquismo português prosseguia o seu ideário habitual de antimilitarismo e de internacionalismo pacifista (Severiano Teixeira, 1996, pp. 210-211).

Também, a aparente disponibilidade do núcleo partidário republicano com representação parlamentar face ao intervencionismo não sobreviveu até ao final de 1914 e a partir de Outubro desse ano iniciou-se a materialização das frentes de oposição à beligerância que se mantiveram activas até ao final do conflito. Ainda em Outubro, face ao pedido francês de artilharia e à primeira oportunidade para a beligerância, surge a primeira cisão, com Brito Camacho, líder dos Unionistas, a promulgar uma interpretação nao-voluntarista da Aliança Inglesa, devendo Portugal partir para a Guerra, apenas, no teatro africano e evitar sacrifícios desnecessários na frente europeia.

Ao contrário da limitada disponibilidade dos Evolucionistas e de António José de Almeida para o compromisso com o Governo em matéria de beligerância, Brito Camacho assume a posição de Londres face à participação de Portugal na Guerra:

---

<sup>4</sup> Vide, por exemplo, os editoriais “Pátria” e “A Acção Alemã” da *A Nação* de 8 e 9 de Agosto de 1914, respectivamente.

<sup>5</sup> Vide o editorial do principal periódico anarquista nacional, *A Aurora*, de 2 de Agosto de 1914, com o título “Abaixo a Guerra”.

"dispostos a participar na guerra a convite de Londres, sabendo que esse convite dificilmente se concretizaria" (Meneses, 2011, p. 269). Junto de Brito Camacho passa a congregar-se a facção moderada, que não chegou a medir a sua representação eleitoral devido à decisão governamental, de 19 de Setembro, de adiar as eleições, justificada pela conjuntura de guerra.

Em finais de 1914, a oposição à beligerância europeia será protagonizada, também, pelo pequeno grupo de oficiais das Forças Armadas que, a 20 de Outubro, conduziram, a partir de Mafra, uma nova intentona monárquica. Apesar do insucesso da mesma, foi significativo que, ao contrário das anteriores sublevações monárquicas, o argumento insurreccional tenha agora sido, mais do que a questão de regime, a aversão militar à presença na frente europeia.

A primeira oportunidade de beligerância europeia coincidiu, também, com os primeiros esforços panfletários da facção intervencionista para a angariação popular para a participação de Portugal na Guerra, com a publicação de múltiplos conteúdos mediáticos de pendor declaradamente anglófilo e intervencionista, numa estratégia radical para a mobilização da opinião pública, dirigida, a partir de 1915, por Magalhães Lima, Teixeira de Pascoais e João Chagas. Multiplicaram-se as publicações e conferências "patrióticas" orientadas para "explicar a conveniência e necessidade de Portugal entrar no conflito, ao lado dos Aliados" (Samara, 2002, p. 37). Este esforço mediático foi maioritariamente urbano e insuficiente para demover a latente oposição à Guerra presente nas franjas do regime republicano, nomeadamente no seio católico, monárquico e operário. Como refere Alice Samara, "do púlpito à caserna várias eram as vozes que estavam contra a guerra" (Samara, 2002, p. 38). Como tal, o intervencionismo português surge como um projecto essencialmente da facção radical do republicanismo português, concentrada no PRP e em Afonso Costa, que asseguraram, autonomamente, o ónus do intervencionismo.

A progressiva materialização da oposição republicana e extra-regime à beligerância, nomeadamente no teatro europeu, espelha a falência dos objectivos domésticos da estratégia radical Democrática, de recurso ao cenário de guerra para a união de "todos os Portugueses em torno do Governo e de uma política nacional" (Severiano Teixeira, 1996, p. 315), com vista à estabilização e legitimação do regime

em face de uma ameaça externa; bem como a difícil menção à existência de "pressão mediática" ou de "apoio popular" entre os vectores decisórios da beligerância.

A própria construção de um Governo de "União Sagrada", em 1916, para o enquadramento da beligerância portuguesa, espelhou as lacunas de consonância republicana face ao intervencionismo. A "União Sagrada" limitou-se a ser uma coligação entre “Democráticos” e “Evolucionistas”, deixando à margem do intervencionismo as representações parlamentares Unionista, Socialista e Católica. Ao contrário das precisões de Afonso Costa, o intervencionismo republicano produziu "profundas clivagens na sociedade portuguesa, ... dividindo a sociedade entre guerristas e antigueristas"(Samarra, 2001, p. 80), rumo ao golpe de 5 de Dezembro e ao Sidonismo, ambos sinónimos da indisponibilidade nacional para a guerra europeia.

Esta ausência de unanimidade nacional face ao projecto beligerante decorreu, também, da incipiente acção republicana de mobilização popular nacional para o intervencionismo. Com breves excepções como as acções individuais de Jaime Cortesão e do sector feminista de Ana de Castro Osório, nunca o PRP logrou implementação de um protocolo de mobilização coincidente com as opções de propaganda contemporâneas.

Ao contrário do presenciado entre os principais *players* continentais, apenas em 1917, já na vigência da beligerância, foram criados os Serviços Cinematográficos do Exército, orientados para a documentação do esforço de guerra português nos teatros colonial e europeu. Não foram empenhados, em Portugal, os novos meios de comunicação de massas como o cinema ou os cartazes publicitários, tendo o esforço mobilizador intervencionista se limitado ao recurso à imprensa diária partidarizada e a panfletos avulsos “que dificilmente persuadiam quem já não estava rendido à bondade das razões governamentais” (Aires Oliveira, 2011, p. 199). Se a este facto acrescentarmos a menção, à taxa vigente à data, de 70% de analfabetismo no seio da população nacional, pressente-se a reduzida incidência e sucesso do já limitado esforço mobilizador (Ribeiro de Meneses, 2000, p. 32).

#### **4.4.7. Sistema Político e Decisores Políticos**

Tal como previamente exposto, a beligerância nacional na I Guerra Mundial deverá ser enquadrada, também, na necessidade da I República de legitimação externa e doméstica do regime, nomeadamente pela congregação das forças políticas nacionais sob o arco republicano - e do Partido Republicano Português - em face de um inimigo externo. Tratava-se de um imperativo de regime, mas também de sistema político, com vista à minimização da polarização da família republicana entre moderados e radicais (Severiano Teixeira, 1999, p. 9), num cenário parlamentar e governamental maioritariamente gerido e monopolizado pela facção radical enquadrada no PRP de Afonso Costa.

Embora tratando-se de um regime de ruptura, a I República herdou a arquitectura política, legislativa e eleitoral da Monarquia, muito para benefício da tendência republicana radical, de incidência urbana e politizada. As Leis Eleitorais de 1911 e de 1913 mantiveram as disposições monárquicas relativas a um sufrágio limitado a cidadãos maiores de 21 anos de idade, alfabetizados, e chefes de família, para a eleição em círculos plurinominais, em regime proporcional, com evidente benefício para os grandes centros urbanos - e republicanos - de Lisboa e Porto. Assim afastaram, do palco parlamentar e autárquico, as forças conservadoras e monárquicas e se privilegiou a expressão eleitoral “Democrática”. Consequentemente, mais do que ganhar eleições, o principal esforço de Afonso Costa e da facção radical, nestes primeiros anos da República, passou pela apresentação do regime como um esforço republicano inclusivo, minimizando-se o óbvio predomínio do PRP. Este esforço inclusivo justificou a crescente insistência de Afonso Costa e da facção radical na constituição de Governos multipartidários - nomeadamente, em contexto de Guerra -, pela atracção de Evolucionistas, Unionistas ou Socialistas, e a circunstancial ausência de Afonso Costa dos elencos executivos. Tratava-se, também, do decalque da fórmula francesa da União Sagrada para a defesa da República.

Contudo, o esforço inclusivo, correu em contra ciclo com as directivas do republicanismo radical para a republicanização do país, prosseguidas por meios ofensivos e promotores da fracção entre moderados e radicais acerca de questões como a laicização coerciva e a reserva de cargos públicos para a facção radical (Ramos, 2009,

p. 5). Foi nesse enquadramento que se formou, em Fevereiro de 1914, o Governo que geriu a primeira posição portuguesa face a I Guerra Mundial. Liderado por Bernardino Machado e de fórmula extra partidária - incluía independentes - a sua vigência dependia do apoio “Democrático” e da influência directa de Afonso Costa. Quando, em Junho de 1914, estes retiraram o seu apoio ao executivo, ficou patente a fragilidade do Governo como a sua insuficiência para a gestão da conjectura de guerra, sendo substituído, em Dezembro de 1914, por um Governo inteiramente “Democrático”.

O republicanismo radical sempre manteve uma adesão incondicional ao intervencionismo, daí que a inicial opção portuguesa pela neutralidade acertada com Londres tenha sido o resultado da acção executiva da facção moderada, personalizada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, e pelo seu Embaixador em Londres, Teixeira Gomes. Posteriormente acusado de germanofilismo e de laivos monárquicos por radicais como João Chagas (Severiano Teixeira, 1996, p. 236), Freire de Andrade foi essencial para a moderação da política externa portuguesa nos primeiros meses do conflito e para a condução da mesma no estrito enquadramento das solicitações inglesas. Como o próprio referiu na Circular de 17 de Agosto aos restantes membros do Governo, "não o solicitando a Inglaterra, precisamos reservar as nossas forças ... a aliança com a Inglaterra é defensiva e Sir Edward Grey o disse há dois anos na Câmara dos Comuns. Portanto a Inglaterra é obrigada a auxiliar-nos na nossa defesa, se formos atacados e não se atacarmos por nossa iniciativa" (*Portugal na Primeira Guerra Mundial*, Circular Governamental de 17 de Agosto de 1914).

Posteriormente, a política externa moderada ganhou escopo com a crescente dissonância de Brito Camacho e dos Unionistas face ao intervencionismo “Democrático”. A partir do final de 1914, Brito Camacho assegurou a defesa da moderação portuguesa face à guerra, nomeadamente em sede parlamentar e na imprensa política, assente na premissa de que "à Inglaterra devíamos dar tudo que ela pedisse, mas somente o que ela pedisse" (Camacho, 1935, p. 157)<sup>6</sup>. Brito Camacho, Freire de Andrade e, com a retracção imposta pelas funções, Teixeira Gomes, personalizaram a tese moderada de consideração da Aliança Inglesa como um pacto de natureza defensiva, devendo Portugal circunscrever a sua acção face à I Guerra Mundial à letra

---

<sup>6</sup> A título de exemplo, mencione-se o editorial de Brito Camacho no periódico unionista *A Luta*, de 20 de Dezembro de 1914.

das solicitações inglesas e concentrar esforços na defesa nacional, nomeadamente nas frentes coloniais.

Esta interpretação moderada prevaleceu em Agosto de 1914 até à solicitação francesa de artilharia e, novamente, durante o consulado de Pimenta de Castro. Este, enquanto decisor político, prosseguiu uma política externa próxima das posições moderadas, com a suspensão do ímpeto intervencionista e da mobilização militar e com o regresso à neutralidade colaborante com o esforço aliado e limitação das operações militares ao teatro africano, o que lhe valeu recorrentes acusações de germanofilismo (Soares Martinez, 2001, p. 184).

Contudo, apesar da insistência dos esforços moderados, estes foram incapazes para sustentar os ímpetus e a execução governamental intervencionista, desde 1914, gerida, directa ou indirectamente, por Afonso Costa que sempre defendeu que "não vejo que Portugal se afirme como ele é e como quer ser, senão tomando parte nos combates que se travam na Europa" (citado em Samara, 2002, p. 31). Afonso Costa contou com o apoio e diligência do Presidente Bernardino Machado e dos Evolucionistas de António José de Almeida que concederam ao intervencionismo uma aparência de multi e extrapartidarismo. Contudo, o projecto intervencionista foi uma tarefa centrada no PRP e em Afonso Costa e no plano de ressurgimento nacional e de consolidação republicana. Como o próprio referiu em sessão parlamentar de 1917, "ainda que a Inglaterra não nos tivesse convidado a entrar na guerra, Portugal, por dever de honra e dignidade e por necessidade, tinha de entrar nela" (*Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado sobre a Participação de Portugal na I Guerra Mundial*, Sessão da Câmara dos Deputados de 11 de Julho de 1917).

Foi em quase completo isolamento que, em 1917, Afonso Costa e "Democráticos" materializam a beligerância portuguesa - com indícios de cisões no próprio seio "Democrático", como Jaime Cortesão (Samara, 2002, p. 39) -, o que surge como indício da natureza personalizada do intervencionismo e da polarização nacional em face da Guerra. A ausência de unanimidade política reproduziu-se também ao nível da acção diplomática. A I República havia seleccionado para a sua representação em locais de particular relevância estratégica - Londres, Paris e Madrid - algumas das figuras mais ilustres da República - Teixeira Gomes, João Chagas e José Relvas, respectivamente. Os dois primeiros exemplificaram, entre 1914 e 1917 a polarização

nacional acerca da posição de Portugal em face da I Guerra Mundial. Embora sem funções e responsabilidades executivas, ao nível da opção pela neutralidade ou beligerância, a sua acção foi determinante para o enquadramento das opções inglesas no seio da Aliança Inglesa e da solidariedade republicana francesa.

Teixeira Gomes, que desde a sua chegada a Londres logrou a construção de pontes de diálogo e confiança junto do *Foreign Office*, sempre manteve uma proximidade com o sector moderado, nomeadamente com Freire de Andrade, com quem acertou a inicial opção pela neutralidade "condicional" ou "colaborante". Como o próprio referiu, "poderíamos tirar grande partido da situação ficando quietos e esperando que a Inglaterra nos procurasse em vez de irmos ao seu encontro" (Teixeira Gomes, s.d., carta do autor a Freire de Andrade, a 15 de Outubro de 1914, p. 203). No espectro oposto impôs-se João Chagas que, a partir do seu posto em Paris, assegurou a defesa da beligerância portuguesa junto da imprensa local, do Governo francês e por via da insistente troca de correspondência com o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao ponto de apresentar a sua demissão em face da opção pela neutralidade, em 1915, e concentrar os seus esforços no sucesso da estratégia intervencionista (Ramos, 1994, p. 511). Como o próprio referiu a Freire de Andrade, logo em Agosto de 1914, "será desastroso para o nosso prestígio que ponhamos qualquer restrição na nossa solidariedade ou nos reservemos o direito à neutralidade" (*Portugal na Primeira Guerra Mundial*, Telegrama de 9 Agosto de 1914 do Ministro de Portugal em Paris ao Ministro dos Negócios Estrangeiros).

Consequentemente, a beligerância portuguesa decorreu da monopolização Democrática da acção executiva e da política republicana, sendo o longo percurso do intervencionismo português o espelho da crescente polarização das instâncias políticas nacionais face à participação de Portugal na Guerra, mas também da insistência da facção radical na materialização da presença nacional na frente europeia.

## 5. Conclusão

Em face do supra exposto concluiu-se que a Europa do Sul, em face da I Guerra Mundial, apesar das coincidências geográficas e culturais, esteve longe de ser um espaço homogêneo. Entre os quatro casos em análise registaram-se disparidades, tanto no que toca às opções individuais pela neutralidade ou beligerância, como nos vectores motivadores dessas mesmas opções.

Da neutralidade *had hoc* espanhola até às progressões de Itália, Grécia e Portugal rumo à beligerância no seio da *Entente*, entre 1914 e 1918, a Europa do Sul assistiu a uma profunda disparidade de incidências. Este facto decorreu, também, das disparidades evolutivas inerentes à área regional em estudo, ao nível das suas dinâmicas políticas, económicas, militares, sociais e culturais em comparação com a modernidade centro-continental europeia. Conscientes desse mesmo desfasamento entre a Europa do Sul e as Potências beligerantes europeias, os vários Estados em estudo utilizaram a I Guerra Mundial como uma oportunidade para a capitalização do interesse nacional no contexto de uma trajetória de regeneração nacional, seja esta apelidada de *Restauracion*, *Risorgimento* ou República.

A Espanha, por exemplo, encarou a I Guerra Mundial num período de redefinição nacional pós-colonial e inserida no enquadramento tardio da *Restauracion borbonica*, tendo procurado no conflito mundial uma oportunidade para a salvaguarda e regeneração nacional por via da adesão à neutralidade. Enquanto nação neutral, a monarquia espanhola pretendia regressar ao centro da política europeia, como conciliadora e gestora do pós-guerra. Ainda assim, esta esteve longe de ser uma opção unânime ao longo do espectro espanhol, tendo-se assistido a uma pronunciada polarização da sociedade espanhola no apoio às facções beligerantes.



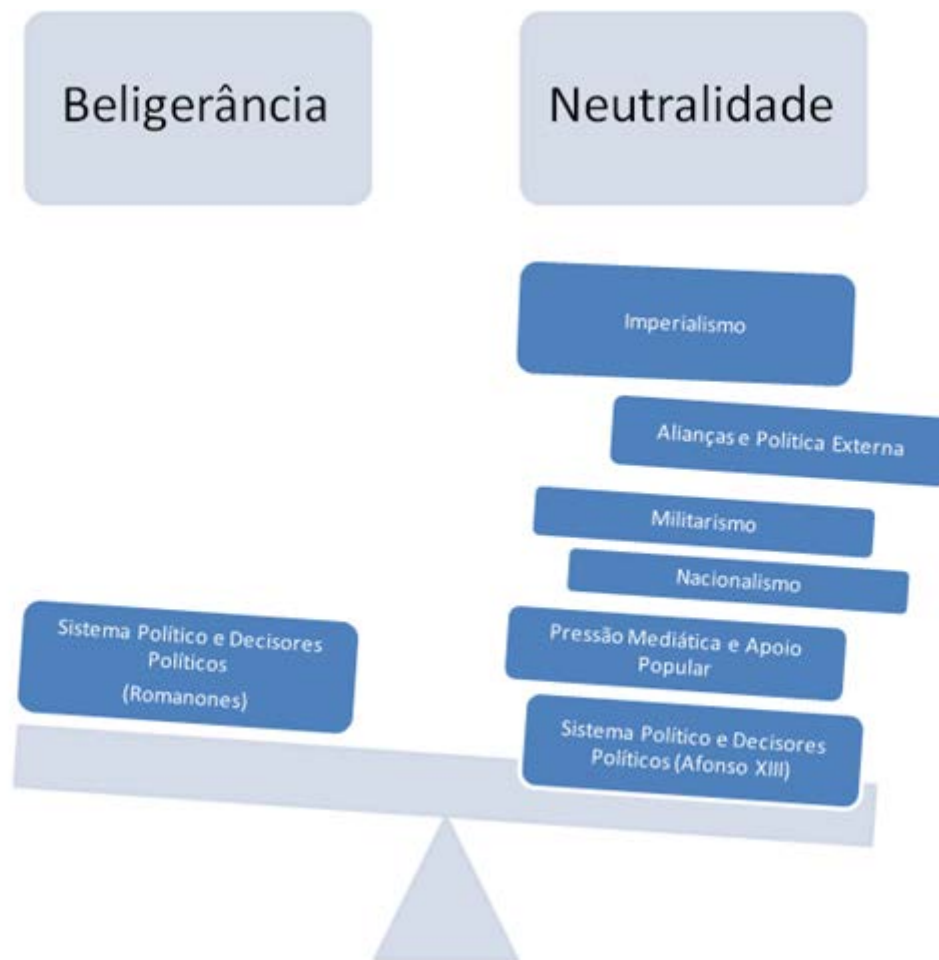


Ilustração n.º1 – *Representação gráfica do comportamento de Espanha face à I Guerra Mundial ao longo dos vectores em estudo*

Esta polarização entre apoio a *Entente* ou à Tríplice Aliança deverá ser compreendida como a deslocalização para o cenário internacional da própria divisão da sociedade espanhola entre liberais/moderados e conservadores, tendo-se perpetuado, mesmo, ao nível institucional com Afonso XIII a se comportar como um defensor da neutralidade espanhola com laivos de germanofilia e com o intermitente Presidente do Conselho, Romanones, a filiar as suas preferências no intervencionismo pró-*Entente*.

Enquanto nação em processo de regeneração institucional, política e psicológica, a opção de Espanha pela neutralidade deve ser compreendida, também, como uma solução de salvaguarda e sobrevivência, nomeadamente em face da ausência de aspirações coloniais - em 1914, Madrid ainda procurava lidar com a orfandade colonial pós-1898 - e da fragilidade militar, política e económica.

Já a Itália, embora partilhando as fragilidades estruturais espanholas, enquadrou a I Guerra Mundial no seu esforço de progressão geográfica concentrada na periferia mediterrânica e que inclui elementos dos vectores "nacionalismo" e "imperialismo".

Membro originário da Tríplice Aliança, a Itália reverteu a sua posição no sistema internacional em face da maximização de vantagens relativas ao vector "nacionalismo", nomeadamente em vista de compensações pós-guerra na forma da sua “*terra irredenta*”. No caso italiano, a incidência do vector "nacionalismo" no processo decisório foi suficientemente presente para justificar o alhear de objecções decorrentes das fragilidades militares do Reino, do *overstretching* colonial na Líbia e da maioritária preferência da opinião pública doméstica pela neutralidade. A final opção de Itália pela beligerância junto da *Entente*, foi, assim o produto estrito do interesse nacional, tal como compreendido por San Giuliano e António Salandra, e maximizado ao longo do *Intervento*.

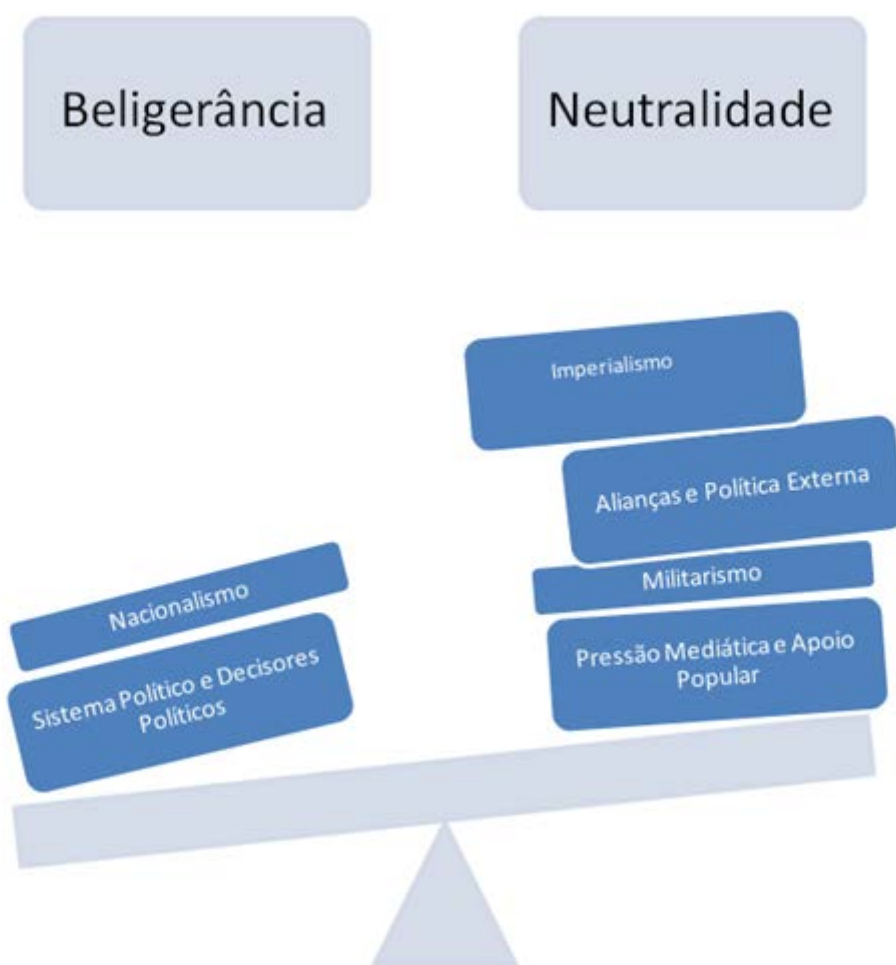


Ilustração n.º 2 – Representação gráfica do comportamento de Itália face à I Guerra Mundial ao longo dos vectores em estudo

Salandra cunhou a dicotomia negocial italiana junto dos dois blocos beligerantes como produto do "*sacro egoísmo*" e assim melhor resumiu a estratégia italiana na I Guerra Mundial de maximização do interesse e benefícios nacionais. Posteriormente foi necessário enquadrar a opção executiva para efeitos de política doméstica, tendo-se optado pela contextualização da mesma no seio do romantismo patriótico do *Risorgimento*.

Tal como observado, o caso grego partilhou com o italiano a vontade de resolução da questão da "*terra irredenta*" grega como fundamento para a beligerância. Contudo, ao contrário da Itália, a Grécia presenciou uma profunda polarização e *Cisma Nacional* entre moderados e conservadores, entre o apoio à *Entente* e à Tríplice Aliança. Mais do que no contexto espanhol, a polarização, na Grécia, será comum a todos os sectores sociais e extravasou para o domínio institucional em tons de acentuada incompatibilidade.

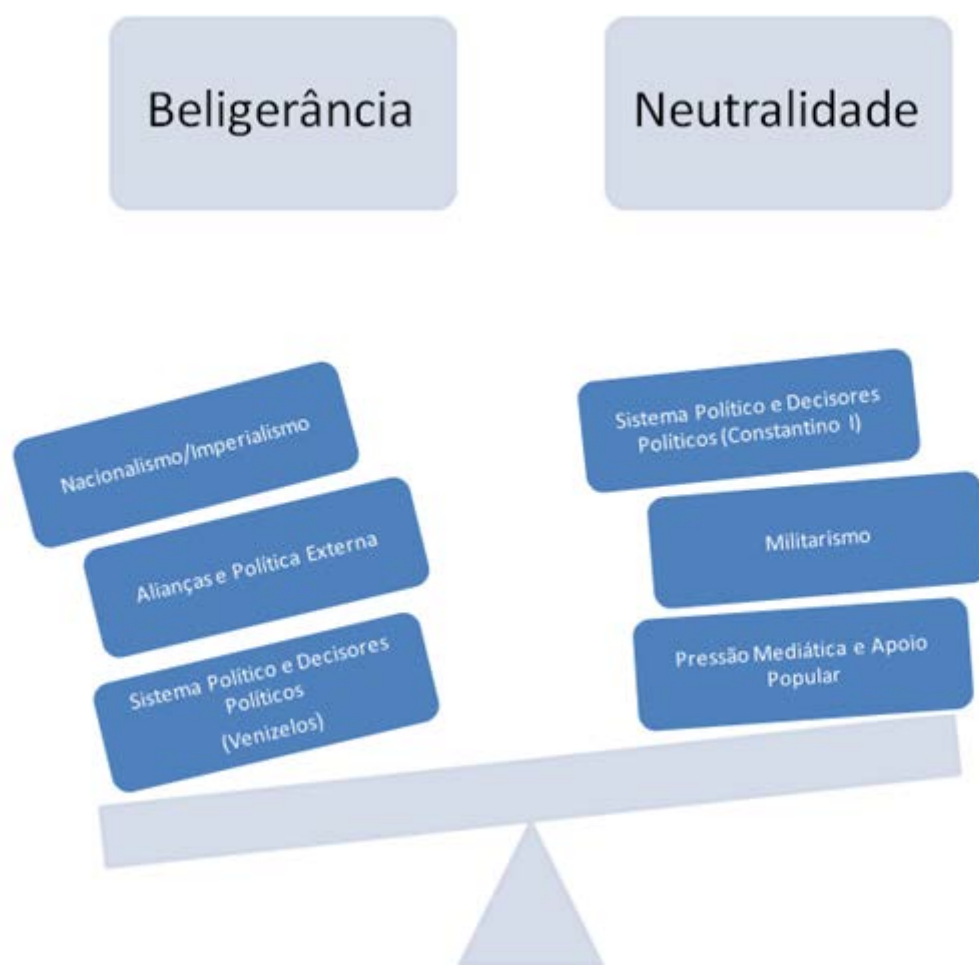


Ilustração n.º3 – Representação gráfica do comportamento da Grécia face à I Guerra Mundial ao longo dos vectores em estudo

O diferendo e antagonismo entre Venizelos e Constantino I materializou-se no *Cisma Nacional*, com a constituição de duas sedes paralelas de Governo, divididas, maioritariamente, pelas respectivas opções políticas face à Guerra e às preferências pela beligerância junto dos Aliados e pela neutralidade de familiaridade germânica, respectivamente. Para a final resolução do diferendo e para a materialização tardia da beligerância grega foi fulcral a intervenção externa, na forma de pressão política de Londres e Paris junto de Atenas e a presença, em solo grego, de uma força expedicionária Aliada.

Portugal, ao invés da Grécia ou de Itália, não detinha qualquer aspiração de captação de "*terra irredenta*". Pelo contrário, a sua beligerância deverá ser enquadrada no ímpeto republicano de regeneração doméstica, nomeadamente no seio da estratégia republicana radical de consideração da I Guerra Mundial como uma oportunidade para a recolha de dividendos ao nível da consolidação do monopólio político do PRP no seio do aparato republicano e da final remoção das ameaças provenientes dos sectores monárquicos e católicos. Tratava-se da consubstanciação da fusão política, psicológica e cívica entre a Nação e a República, sob a égide do PRP. No domínio externo, segundo a agenda intervencionista, a I Guerra Mundial permitiria, ainda, a recuperação do estatuto internacional, o reequilíbrio da Aliança Inglesa e a salvaguarda do Império colonial.

Tratou-se de “uma guerra de escolha”(Aires Oliveira, 2011, p.186), resultado do primado da política interna na acção do Estado no sistema internacional e da determinação da facção republicana radical, longe do centro republicano moderado e das “forças vivas” do Portugal maioritariamente analfabeto, rural, católico e conservador. Essa escolha optou pela reversão da anterior tendência monárquica de “equilíbrio entre a Inglaterra e o continente” (Ramos, 2011, p. 103), agora substituída por uma política de adesão incondicional à Inglaterra e à beligerância ao seu lado, maioritariamente contra as intenções e desejos de Londres.

A progressão portuguesa da neutralidade colaborante rumo à beligerância foi, também, e à imagem dos demais casos em estudo, uma opção política personalizada e concentrada no decisor político, nomeadamente em Afonso Costa e na facção radical Democrática, desprovida de expressão ao nível da mobilização popular. Uma beligerância mal esclarecida, dissociada da maioria da população nacional e desprovida de um tom de unanimidade. Nunca os executivos “Democráticos” ou a facção radical

republicana lograram a mobilização da Nação rumo ao entusiasmo intervencionista. O clima de apatia nacional face aos limitados ímpetus publicitários intervencionistas foi, ainda, adensado com as evidentes e imediatas cisões nas fileiras republicanas face à beligerância, com a imposição de vozes respeitadas como a de Brito Camacho contra a cosmética unitária da União Sagrada.

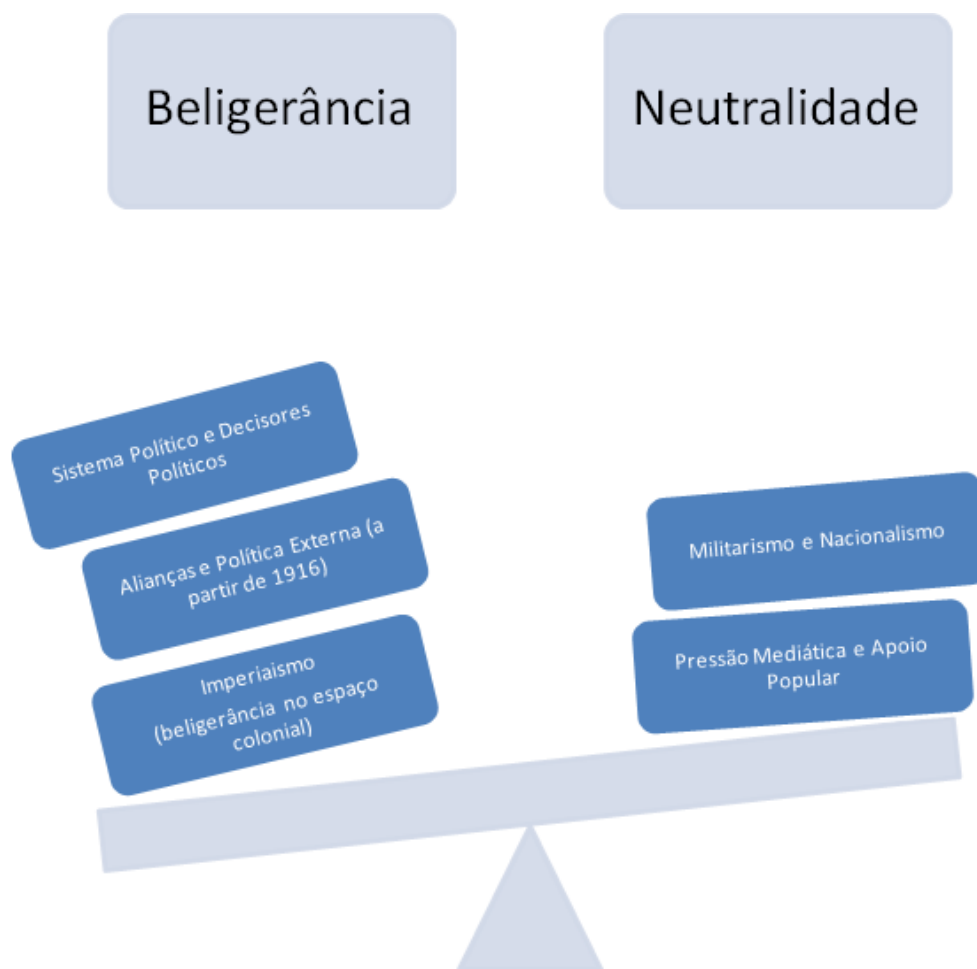


Ilustração n.º4 – *Representação gráfica do comportamento de Portugal face à I Guerra Mundial ao longo dos vectores em estudo*

Conclui-se, assim, que, apesar das modelações nacionais, as várias opções dos Estados da Europa do Sul pela neutralidade ou beligerância na I Guerra Mundial foram decorrentes de um omnipresente oportunismo político, orientado para a colocação do conflito à disposição do interesse nacional, seja ele concentrado em questões de "*terra irredenta*", de valorização externa do país ou de consolidação doméstica do regime.

Este citado oportunismo assumiu formas e vincos causais distintos, traçados, também, pela disparidade entre casos em processo de degradação ou desagregação nacional – Portugal e Espanha – e casos em processo de consolidação nacional – Itália e Grécia. Nesse sentido, entre os primeiros previligiou-se uma estratégia de sobrevivência e de utilização da I Guerra Mundial como uma sede de consolidação do regime e da Nação mediante a promoção externa e colonial do Estado e intentos de empenho na união política doméstica. Já nos recém-formados reinos de Itália da Grécia, a I Guerra Mundial instituiu-se como um móbil externo para a conclusão da reunificação nacional e de conclusão do processo de reunião de ambas as nacionalidades.

Nos quatro casos em estudo, foi possível observar que o Sistema de Alianças foi elemento fulcral para a definição do posicionamento do Estado face à guerra, tanto entre a opção por uma neutralidade colaborante (Espanha) ou por uma beligerância negociada (Itália), imposta (Grécia) ou esforçada (Portugal). Nenhuma das opções individuais dos Estados da Europa do Sul teria sido exequível sem esse necessário enquadramento na devida esfera de influência estratégica. No caso particular de Portugal, ao contrário dos demais casos em análise, a beligerância enquanto projecto “Democrático” teria de ser, necessariamente, enquadrada na Aliança Inglesa para efeitos domésticos e externos, tendo o vector Sistema de Alianças sido particularmente visível ao longo de todo o trajecto nacional rumo à Guerra.

Ao invés, o Militarismo instaura-se como o menos incisivo de todos os vectores em estudo. Na Europa do Sul nunca se terá presenciado um furor belicista de publicitação da guerra como momento para a depuração heróica, à imagem do presenciado no seio das grandes Potências, e a consciência política do vector militar na opção pela beligerância ou neutralidade terá sido sempre feita pela óptica negativa, nomeadamente pela consciência das limitações militares do Estado para a participação num conflito europeu moderno. Nesse sentido, o militarismo, ao longo dos quatro casos em análise, actuou mais um elemento dissuasor da beligerância do que como ímpeto intervencionista.

Já o vector Nacionalismo correu em linha contrária e aliou-se ao ímpeto e à agenda de regeneração nacional pressentida nos quatro Estados da Europa do Sul, em 1914. Neste sentido, ao longo dos vários casos a I Guerra Mundial foi entendida como uma oportunidade profícua para o incremento do projecto de regeneração nacional, seja

por via da criação de uma nova plataforma de identificação e entendimento entre o cidadão e um novo regime (Portugal); para efeitos de salvaguarda do regime de ímpetos regionalistas e da ressaca dos falhanços externos e coloniais (Espanha); ou para a resolução de questões de *terra irrendenta* (Itália e Grécia). Neste contexto, o caso Português distancia-se dos demais devido ao facto do intervencionismo nacional ser o produto não da Nação, mas da República e do ímpeto de uma facção republicana radical de recurso à guerra e à construção de um inimigo externo para a promoção de uma nova identificação do cidadão nacional com a República. A beligerância portuguesa não foi, assim, de fundamento nacional, mas sim uma opção de regime.

Pelo contrário, o Imperialismo foi um vector intermitente ao longo da Área regional em estudo. Esteve particularmente presente no caso português numa feição defensiva – salvaguarda física e estratégica do Império – mas maioritariamente ausente dos casos italianos e grego, onde se confundiu e mitigou com a questão da respectiva *terra irredenta*. Já no caso espanhol, a presença deste vector foi maioritariamente psicológica, fundada no impacto moral e psicológico da recente orfandade colonial espanhola. Como tal, poder-se-á concluir que o Imperialismo foi um efectivo promotor da beligerância portuguesa – aliás, o empenho bélico nacional inicia-se no espaço colonial, com efeitos defensivos – e da neutralidade espanhola, desaconselhando Madrid a uma maior disponibilidade internacional ofensiva depois do desastre de 1898.

Apesar dos diferentes graus de empenho nacional na Pressão Mediática e mobilização popular para a adesão às opções individuais pela beligerância ou neutralidade, nunca este chegou à dimensão vivenciada em França ou em Inglaterra, com a multiplicação de instituições como a *Union des grandes associations contre la propagande enemie* e o *National War Aims Committe*. Com a breve excepção do empenho dos cartazes publicitários no caso italiano, nunca na Europa do Sul se observou o recurso aos instrumentos de *mass media* – cartaz, cinema, *flyers* - que foram largamente empenhados no seio das principais potências para se assegurar a adesão popular ao esforço de guerra. Pelo contrário, na Europa do Sul privilegiou-se o uso de *outlets* tradicionais de informação, como a imprensa partidária ou politizada, com expectável insucesso dada a prevalência do analfabetismo entre as populações nacionais.

Por este mesmo facto, nunca na Europa do Sul se presenciou um Apoio Popular às opções pela beligerância ou neutralidade à imagem do que, em Inglaterra, por exemplo, permitiu o volume de voluntários do *Kitchener's Army*. Na Europa do Sul, a Guerra foi mais um vector de polarização do que de unidade em face de um objectivo comum. Em Espanha, por exemplo, houve unanimidade popular na opção pela neutralidade, mas a sociedade fragmentou-se no apoio aos dois blocos beligerantes e uma das forças políticas do rotativismo espanhol ensaiou uma adesão ao intervencionismo. Em Itália registou-se a mesma polarização nacional, ainda que em tons menos extremistas, mas na Grécia a questão da incerteza entre a neutralidade e a beligerância elevou-se à condição de um *Cisma Nacional* e conduziu à fragmentação do Estado em duas entidades antagónicas. Portugal distancia-se dos seus congéneres regionais pela ausência de valores tão elevados de polariação nacional, sendo o caso nacional marcado, sobretudo, pela falta de um real esforço inclusivo da maioria da população no projecto intervencionista. Tal como supra exposto, a estratégia Democrática pretendeu utilizar a guerra para a dissolução da oposição católica e monárquica em face de um inimigo comum e operar sob uma aparência de consenso republicano na fórmula francesa da União Sagrada, gerida pelo PRP. Contudo, tratou-se de uma estratégia gorada, nunca tendo sido captada ou minimizada a oposição monárquica e católica ou sustentado o projecto de unificação republicana sob a égide Democrática.

Nesse sentido, em Portugal, tal como nos demais casos da Europa do Sul, a opção pela beligerância ou pela neutralidade foram escolhas particularmente concentradas nos Decisores Políticos e produto do respectivo Sistema Político, tendo ficado patente o grau de personalização das mesmas. A beligerância portuguesa né indissociável da acção de Afonso Costa, como a grega é o produto da perseverança de Venizelos. Já em Espanha, para salvaguarda da neutralidade foi fulcral a actividade Afonso XIII, enquanto que toda a reversão italiana do seu posicionamento externo foi o produto directo dos seus responsáveis executivos. Independentemente da presença ou incidência dos demais vectores, nenhuma das opções nacionais pela neutralidade ou beligerância se haviam materializado sem a insistência e acção dos respectivos responsáveis executivos. Neste contexto, a experiência regional distancia-se do presenciado no seio das grandes potências, onde o processo decisório foi maioritariamente inclusivo, coligando a acção dos responsáveis governativos, com a



acção das lideranças militares e uma intensa actividade parlamentar. Na Europa do Sul, apesar de alguns laivos de participação militar ou vigilância parlamentar do processo decisório, estes terão sido maioritariamente artificiais, forçados e orientados para consumo político doméstico (Portugal) e *a posteriori* da decisão final (Itália).

Conclui-se assim, que a experiência da Europa do Sul na I Guerra Mundial decorreu ao longo de linhas próprias, desenquadradas com os vectores tradicionalmente enumerados para a análise do comportamento das grandes Potências face ao mesmo evento.

Em 1914 a Europa do Sul carecia, ainda, das bases infra-estruturais identificáveis no seio dos principais beligerantes, nomeadamente ao nível de índices de participação política e cívica da sua população, industrialização e modernização dos sectores económicos, ou amenização do cisma rural/urbano e consolidação do sistema político vigente. Nesse sentido, a reacção dos quatros Estados citados face à I Guerra Mundial, representa, também, um esforço de modernização, bem como a percepção deste evento histórico como uma oportunidade ao incremento e/ou salvaguarda dos respectivos projectos de regeneração nacional.

## 6. Bibliografia

### 6.1. Fontes documentais

*A Aliança Inglesa: Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946

*Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra*, Ana Mira (Ed.), Lisboa, Edições Afrontamento e Assembleia da Republica, 2002

*Censo da População de Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1911

*Colecção de Tratados, Convenções e Outros Actos Públicos Internacionais Relativos a Portugal*, Vol. I-II, Lisboa, 1971

*Documentos Apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros – Portugal no Conflito Europeu*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1920

*Diário do Governo*

*Diário da Câmara dos Deputados*

*Diário do Senado*

*Nova Colecção de Tratados, Convenções, Contratos e actos Públicos Internacionais Celebrados entre Portugal e as Mais Potências, 1843-1913*, Tomos XIII-XV, Lisboa, 1916

*O Segundo Governo de Afonso Costa 1915 – 1916 – Actas dos Conselhos de Ministros*, A. H. de Oliveira Marques (Dir.), Lisboa, Estampa, 1974

*Portugal em Guerra: Providências de carácter político e económico publicadas até 31 de Agosto de 1916*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916

*Portugal e o Conflito Europeu: Medidas tomadas pelo Governo para atenuar a crise económica desde 2 de Agosto de 1914 a 30 de Novembro de 1916*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917

*Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas ate a declaracao de guerra*, Lisboa, Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 1997

*The Hague Convention (V) of 1907 Concerning the Rights and Duties of Neutral Powers and Persons in Case of War on Land*, Haia, 1907

*The Hague Convention (IX) of 1907 Relative to Certain Restrictions With Regard to the exercise of the Right of Capture*, Haia, 1907

## **6.2. Imprensa**

*A Aurora*, Porto, 1914

*A Luta*, Lisboa, 1914-1915

*A Nação*, Lisboa, 1914

*A Voz do Povo*, Lisboa, 1914-1915

*Diário de Notícias*, Lisboa, 1914-1917

*O Século*, Lisboa, 1914-1917

### 6.3. Fontes Memorialistas

Brun, André, *A Malta das Trincheiras*, Porto, Livraria Civilização, 1979

Camacho, Brito, *Portugal na Guerra*, Lisboa, Guimarães Editora, 1935

Chagas, João, *Portugal perante a Guerra*, Porto, Typographia Vapor, 1915

Cruttwell, C.R.M.F., *A History of the Great War*, Chicago, Academy Chicago Publishers, 1991

Osório de Andrade, *Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1968

Salandra, Antonio *et alli*, *L'Italie et la Guerre*, Paris, Librairie Armand Colin, 1916

#### 6.4. Obras Académicas

Afonso, Aniceto, " Portugal e a Guerra nas colónias", *Historia da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (Eds.), Lisboa, Tinta da China, 2011

Aires Oliveira, Pedro, "A República e a Guerra", *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Luciano Amaral (Org.), Lisboa, Edições 70, 2011

Alberti, Luigi, *The Origins of the War 1914*, Vol. I, II e III, Nova York, Enigma Books, 2005

Almargo, Melchor Fernandez, *Historia Política de la España Contemporánea*, Madrid, Alianza, 1956

Alves de Fraga, Luís, "Portugal na Grande Guerra: Razoes Económicas da Beligerância", Separata da *Revista Militar*, Lisboa, 1985

Anderson, J. J., (Ed.), *Regional Integration and Democracy: Expanding on the European Experience*, Nova York, Rowman and Littlefield, 1999

Balcells, Albert, "Los Voluntarios Catalanes en la Grand Guerra", *Historia*, n.º 121, Maio de 1986

Baldwin, Peter, "Comparing and Generalizing: Why all history is comparative, yet no history is sociology", in *Comparison and History*, Deborah Cohen e Maura O'Connor (Eds.), Nova York, Routledge, 2004, pp. 1-22

Balfour, Sebastian, "Spain and the Great Powers after 1898", *Spain and the Great Powers in the Twentieth Century*, Sebastian Balfour e Paul Preston (Eds.), Londres, Routledge, 1999

Barnes, Harry Elmer, *The Genesis of the World War: An introduction to the problem of war guilt*, s.l. Scholarly Press, 1968

Bartholdy, Albrecht Mendelssohn; Lepsius, Johannes e Thimme, Friedrich, *Die Grosse Politik Der Europäischen Kabinette 1871-1914*, Berlim, Deutsche Verlagsgesellschaft für Politik und Geschichte, 1922

Bensel, Richard, *The Origins of Central State Authority in America*, New York, Cambridge University Press, 1990

- Bosworth, Richard, *Italy and the Approach of the First World War*, Nova York, Macmillan, 1983
- Black, Cyril Edwin, *The Dynamics of Modernization: a study in comparative history*, Nova York, Harper & Row, 1966
- Black, Cyril Edwin (Ed.), *The Modernization of Japan and Russia: A comparative study*, Detroit, Free Press, 1975
- Bludnikov, Bent, "Denmark During the First World War", *Journal of Contemporary History*, Vol. 24, N° 4, Outubro de 1989, pp. 638-703
- Carden, Ron, *German Policy Toward Neutral Spain*, Londres, Garland Publishing, 1987
- Carr, Raymond, *Spain 1808-1939*, Oxford, Claredon Press, 1966
- Carroll, Joesph, *Ireland During the War Years*, Newton Abbot, David and Charles Publishers, 1975
- Centeno, Miguel Angel, *Blood and Debt: War and the Nation State in Latin America*, Pennsylvania, Pennsylvania State University Press, 2002
- Cidade, Hernani, "Portugal na I Guerra Mundial", *Historia de Portugal*, Damião Peres (Ed.), Barcelos, Livraria Civilizacao, 1993
- Costa, Fernando, "A Política Externa: Do Ultimatum à Republica", in *Diplomacia & Guerra*, Fernando Martins (Ed.), Lisboa, Edicoes Colibri, 2000
- Costa Pinto, António e Severiano Teixeira, Nuno (Eds.), *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS, 2005
- Cunningham, Charles H., "Spain and the War", *The American Political Science Review*, vol. XI, n. ° 3, Agosto de 1917
- Dakin, Douglas, *The Unification of Greece 1770-1923*, Nova York, St. Martin's Press, 1972
- Diamond, Larry e Plattner, Marc F. (Eds.), *The Global Resurgence of Democracy*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1993

- Elizalde, Maria Dolores, “Les Relations entre La Grande Bretagne et L’Espagne pendant la Première Guerre Mondiale par le Biais des Services de Renseignements“, *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, n.º 226, Fevereiro de 2007, pp. 23-36
- Ertman, Thomas, *Birth of the Leviathan: Building States and regimes in Medieval and Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997
- Esping-Andersen, G., *The Three Worlds of Capitalism*, Cambridge, Polity Press, 1990
- Evans, Peter, *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*, Princeton, Princeton University Press, 1995
- Evera, Stephen Van, “The Cult of the Offensive and the Origins of the First World War”, *International Security*, Vol. 9, Nº 1, (Verão, 1984), pp. 58-107
- Fay, Sidney Bradshaw, *The Origins of the World War*, Vol. I e II, Nova York, Ishi Press International, 2010
- Ferguson, Nial, *The Pity of War*, Londres, Penguin, 1998
- Fernandes, António Horta e Duarte, António Paulo, *Portugal e o Equilíbrio Peninsular*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1998
- Ferreira, David, "Grande Guerra", *Dicionário de Historia de Portugal*, Joel Serrão (Ed.), Porto, Livraria Figueirinhas, s.d.
- Fischer, Fritz, *Germany's Aims in the First World War*, Nova York, W. W. Norton, 1967
- Fisk, Robert, *In Time of War: Ireland, Ulster and the Price of Neutrality*, Londres, Paladin Books, 1985
- Fredrickson, George M., “From Exceptionalism to Variability: Recent Developments in Cross-National Comparative History”, *The Journal of American History*, Vol. 82, Nº 2, Setembro 1995, pp. 587-604
- Fromkin, David, *Europe's Last Summer: Who Started the War in 1914*, Nova York, Alfred Knoff, 2004

Galiano, Alvaréz Alcalá, *The Truth About the war: Origins and aspects of the European conflict*, Londres, Fisher Unwin Ltd., 1915

Galiano, Alvaréz Alcalá, *España ante el Conflito Europeo 1914-1915*, Madrid, Nabu Press, 2010

Geiss, Imanuel, *July 1914: The Outbreak of the First World War*, Nova York, Norton, 1974

Giner, Salvador, "Political Economy, Legitimation and the State in Southern Europe", *The British Journal of Sociology*, Vol. 33, N° 2, Junho de 1982, pp. 172-199

Goddard, Victoria A., Llobera, J.R. e Shore, C., (Eds.) *The Anthropology of Europe, Identities and boundaries in Conflict*, Oxford, Berg, 1994

Gooch, J.P. e Temperley, Harold (Eds.), *British Documents on the Origins of the War 1898-1914*, Vol. III, Londres, His Majesty's Stationary Office, 1928

Goldstein, Erik, "Great Britain and Greater Greece 1917-1920", *The Historical Journal*, 32, 2, 1989, pp. 339-356

Green, Nacy, "Forms of Comparison", in *Comparison and History*, Deborah Cohen e Maura O'Connor (Eds.), Nova York, Routledge, 2004, pp. 41-56

Guevara, Gisela, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Biblioteca Diplomática, 2002

Hale, Oron J., *the Great Illusion 1900-1914*, Nova York, Harper & Row, 1971

Hamilton, Richard F. e Herwig, Holger H., *Decisions for War 1914-1917*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004

Haupt, Gerhard-Heinz e Kocka, Jürgen, "Comparative History: Methods, Aims, Problems", in *Political Science: The State of the Discipline*, Ira Katznelson e Helen Milner (Eds.), Nova York, w. w. Norton, 2002

Hayes, Carlton J. H., *A Generation of Materialism*, New York, Harper and Row, 1941

Hess, Robert, "Italy and Africa: Colonial Ambitions in the First World War", *The Journal of African History*, Vol. 4, No. 1, 1963, pp. 105-126



- Joll, James, *Europe Since 1870*, Londres, Penguin Books, 1990
- Joll, James, *The Origins of the First World War*, Londres, Longman, 1992
- Keegan, John, *The First World War*, Londres, Hutchinson, 1999
- Kennedy, Paul, "The First World War and the International Power System", *International Security*, Vol 9, No 1, 1984
- Kissinger, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 2002
- Krumeich, Gerd; Hirschfeld, Gerhard e Renz, Irina, *Enzyklopaedie Erst Weltkrieg*, Berlim, Schoningh, 2004
- Langdom, John W., *July 1914. The Long Debate, 1918-1990*, Oxford, Berg, 1991
- Leontaritis, George, *Greece and the First World War*, Nova York, Columbia University Press, 1940
- Lieber, Keir A., "The New History of world War I and What It Means for International Relations Theory", *International Security*, Vol. 32, N° 2, Outono de 2007, pp. 155-191
- Lijpart, Arend, *Patterns of Democracy*, Yale, Yale University Press, 1999
- Macmillan, Margaret, *Paris 1919*, Nova York, Palgrave, 2002
- Mahoney, James e Rueschemeyer, Dietrich (Eds.), *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003
- Maravall, J. M., *Regimes, Politics and Markets: Democratization and Economic Change in Southern and Eastern Europe*, Oxford, Oxford University Press, 1997
- Marks, Gary e Steenbergen (Eds.), *European Integration and Political Conflict*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004
- Marx, Anthony, *Making Race and Nation: A comparison of South Africa, the United States and Brasil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998
- Massey, Isabella, "The Diplomatic Origins of the First World War", *International Affairs*, Vol. 25, N° 2, Abril 1949, pp. 182-191
- Mazower, Mark, *Dark Continent: Europe's Twentieth Century*, Londres, Penguin, 1998

- Meaker, Gerald, "A Civil War of Words", *Neutral Europe Between War and Revolution*, Hans Schmitt (Ed.), Charlottesville, University of Virginia Press, 1988
- Medeiros Ferreira, José, *Portugal na Conferencia de Paz: Paris, 1919*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992
- Medeiros Ferreira, José, *O Comportamento Politico dos Militares*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992
- Medeiros Ferreira, José, "Características Históricas da Política Externa Portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU", *Política Internacional*, Vol. I, n. 6, Primavera de 1993
- Medina, Joao (Org.), *Guerristas e Anti-Guerristas*, Lisboa, Centro de Historia da Universidade de Lisboa, 1986
- Miranda, B. Alvarez, *El Sur de Europa y la Adhesión a la Comunidad*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1996
- Montgelas, Max, *The Case for the Central Powers*, Londres, Allen & Unwin, 1923
- Moore, Barrington, *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*, Boston, beacon Press, 1966
- Morganthau, Hans, *Politics Among Nations*, Nova York, McGraw-Hill, 2005
- Morlino, L., *Democracy Between Consolidation and Crisis: Parties, Groups and Citizens in Southern Europe*, Oxford, Oxford University Press, 1998
- Ogley, Richard, *The Theory and Practice of Neutrality in the Twentieth Century*, Londres, Routledge, 1970
- Oliveira Marques, A.H. (Org.), *O Segundo Governo de Afonso Costa (1915-1916): Actas dos Conselhos de Ministros*, Lisboa, Publicações Europa América, 1974
- Omissi, David, "European Imperialism", *Modern European History*, Martin Pugh (Ed.), Londres, Blackwell, 1997, pp. 236-261
- Plaja, Fernando Díaz, *Francófilos y Germanófilos*, Barcelona, Dopesa, 1973

- Pierson, Paul e Slockpol, Theda, “Historical Institutionalism in Contemporary Political Science”, in *Political Science: The State of the Discipline*, Ira Katznelson e Helen Milner (Eds.), Nova York, w. w. Norton, 2002
- Ponce, Javier, “Spanish Neutrality During the First World War”, *Caught in the Middle: Neutrals, Neutrality and the First World War*, Johan Den Hertog e Samuël Kruizinga (Eds.), Amesterdão, Amsterdam University Press, 2011
- Pryce, Roy, “Italy and the Outbreak of the First World War”, *Cambridge Historical Journal*, Vol. 11, N.º 2, 1954, pp. 219-227
- Pulido Valente, Vasco, *A Republica Velha (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997
- Ramos, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, *Historia de Portugal*, José Mattoso (Org.), Lisboa, Circulo de Leitores, 1994
- Ramos, Rui (Coord.), *Historia de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Impresa, 2009
- Ramos, Rui, “Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança inglesa até à Primeira Guerra Mundial”, *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira (Coord.), Lisboa, Tinta da China, 2011
- Rémond, René, *Introdução à História do Nosso Tempo*, Lisboa, Gradiva, 2003
- Renouvin, Pierre, *Immediate Origins of the War*, Londres, Howard Fertig, 1969
- Renzi, William A., “Italy’s Neutrality and Entrance into the Great War”, *The American historical Review*, Vol. 73, N.º 5, Junho de 1968, pp. 1414-1432
- Renzi, William A., *In the Shadow of the Sword: Italy's Neutrality and Entrance into the Great War*, Nova York, Lang, 1987
- Ribeiro de Meneses, Filipe, “Too serious a matter to be left to Generals? Parliament and the Army in Wartime Portugal 1914-1918”, *Journal of Contemporary History*, Vol. 33, 1, Janeiro de 1998
- Ribeiro de Meneses, Filipe, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra 1916-18*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000

- Ritter, Gerhard, *The Sword and the Scepter*, vol. I e II, Miami, Miami University Press, 1972
- Roberts, J. M., *The Penguin History of the Twentieth Century*, Londres, Penguin, 1999
- Rosenau, James (Ed.), *The Domestic Sources of Foreign Policy*, Nova York, Free Press, 1967
- Rosenau, James, *The Scientific Study of Foreign Policy*, Nova York, Free Press, 1971
- Rousseau, Charles, *Le Droit des Conflits Armés*, Paris, Pedone, 1983
- Row, Thomas, "Mobilizing the Nation: Italian Propaganda in the Great War", *The Journal of Decorative and Propaganda Arts*, Vol. 24, 2002, pp. 140-169
- Sagan, Scott D., "1914 Revisited", *International Security*, vol. 11, Nº 2, Primavera 1986, pp. 151-175
- Salmon, Trevor, *Unneutral Ireland: An Ambivalent and Unique Security Policy*, Oxford, Clarendon Press, 1989
- Salvadó, Francisco Romero, "Maura, Maurismo and the Crisis of 1917", *Journal for the Association of Contemporary Iberian Studies*, Vol. VII, n.º 1, Primavera de 1994
- Salvadó, Francisco Romero, "Spain and the First World War", *Spain and the Great Powers*, Sebastian Balfour e Paul Preston (Eds.), Londres, Routledge, 1999
- Salvadó, Francisco Romero, "Fatal Neutrality: pragmatismo or Capitulation? Spain's Foreign Policy during the Great War", *European History Quarterly*, Vol. 33, 2003
- Salvadó, Francisco Romero, "The Great War and the Crisis of Liberalism in Spain", *The historical Journal*, vol. 46, n.º 4, Dezembro de 2003
- Samara, Alice, "A Política Externa e a Política de Defesa: do 5 de Outubro ao Sidonismo", *Diplomacia & Guerra*, Fernando Martins (Ed.), Evora, Colibri, 2001
- Samara, Alice, *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no Ano de Sidonio Pais*, Lisboa, Notícias Editorial, 2002
- Schmitt, Bernadotte Everly, *Triple Alliance and Triple Entente*, New York, Henry Holt, 1934

- Schmitt, Bernadotte Everly, *The Coming of the War 1914*, s.l., Howard Fertig, 1968
- Schutt, R. K., *Investigating the Social World: The process and practice of research*, Londres, SAGE, 2006
- Severiano Teixeira, Nuno, *O Poder e a Guerra: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa, 1996
- Severiano Teixeira, "La participation du Portugal a la grande guerre", *Vingtieme Siecle Revue d'Histoire*, n. 62, Abril de 1999
- Severiano Texeira, Nuno, "A Política Externa da Primeira Republica", *A Primeira Republica Portuguesa: Entre o Liberalismo e o Autoritarismo* (Nuno Severiano Texeira e António Costa Pinto, Eds.), Lisboa, Colibri, 2000
- Sewell, William H., "Marc Bloch and the Logic of Comparative History", *History and Theory*, Vol. 6, N° 2, 1967
- Sidjanski, D. (Ed.), *L'Europe do Sud dans La communauté Européenne*, Paris, PUF, 1990
- Soares Martinez, Pedro, *A Republica Portuguesa e as Relações Internacionais*, Lisboa, Verbo, 2001
- Skocpol, Theda, *States and Social Revolutions: A comparative analysis of france, Russia and China*, Nova York, Cambridge University Press, 1979
- Skocpol, Theda, *Protecting Soldiers and Mothers: The political origins of social policy in the United States*, Cambridge, Harvard University Press, 1992
- Skocpol, Theda, *Diminished Semocracy: From membership to management in American civic life*, Oklahoma, University of Oklahoma Press, 2003
- Taylor, A. J. P., *The Struggle for Mastery in Europe: 1848-1918*, Londres, Oxford University Press, 1954
- Taylor, A. J. P., *War by Timetable: How the First World War Began*, Londres, Macdonald, 1969

Telo, António José, *Primeira Republica: Do Sonho a Realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010

Tillion, G., *The Republic of Cousins*, Londres, Al Saqi Books, 1983

Tilly, Charles, *The Formation of Nation states in Western Europe*, Princeton, Princeton University Press, 1975

Tilly, Charles, *Coercion, Capital and European States*, Cambridge, Blackwell, 1990

Torre Gomez, Hipólito de la, *Na Encruzilhada da Grande Guerra: Portugal e Espanha 1913-1919*, Lisboa, Estampa, 1980

Trachtenberg, Marc, *The Craft of International History*, Oxford, Princeton University press, 2006

Tuchman, Barbara, *The Guns of August*, Nova York, Ballantine books, 1990

Tucker, Spencer C. (Ed.), *The European Powers in the First World War*, Londres, Graland Publishing Inc., 1996

Vandenbosch, Amry, *The Neutrality of the Netherlands during the World War*, Grand Rapids, Eerdmans Publishing, 1927

Vincent-Smith, John, *As Relações Políticas Luso-britânicas 1910-1916*, Lisboa, 1975

Wheeler, Douglas, "Mais leis do que mosquitos: a Primeira Republica Portuguesa e o Império Ultramarino", *A Primeira Republica Portuguesa*, Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Eds.), Lisboa, Colibri, 2000

Whitehead, Laurence (Ed.), *The International Dimensions of Democratization*, Oxford, Oxford University Press, 1996

Williamson, Samuel R. e Wyk, Russel van, *July 1914: soldiers, Statesmen and the Coming of the Great War*, St. Bedford St. Martin's, 2003